



Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas (DFP)
Em 31 de dezembro de 2025



Sadia

Sadia
Bassi

PERDIGÃO

Qualy

Banvit

GRAN
PLUS

Relatório do auditor

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	03
---	----

Quadros

Balancos patrimoniais	08
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações do valor adicionado	14

Release de resultado

Relatório da Administração	15
----------------------------------	----

Notas explicativas

1. Contexto operacional	27
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	29
3. Políticas contábeis materiais, cenário econômico, novas normas e reformas tributárias	34

Ativos

4. Caixa e equivalentes de caixa	37
5. Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	38
6. Contas a receber de clientes	40
7. Estoques	41
8. Ativos biológicos	42
9. Tributos a recuperar	43
10. Títulos a receber	45
11. Imposto de renda e contribuição social	45
12. Investimentos	47
13. Imobilizado	51
14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento	54
15. Intangível	58

Passivos e patrimônio líquido

16. Fornecedores	60
17. Pessoal, encargos e benefícios a funcionários.....	61
18. Impostos, taxas e contribuições	70
19. Empréstimos e financiamentos.....	70
20. Títulos a pagar	72
21. Provisão para contingências	73
22. Patrimônio líquido	77

Resultado

23. Receita líquida de venda	80
24. Custo e despesa por natureza	81
25. Resultado financeiro líquido	81
26. Resultado por ação	82

Instrumentos Financeiros

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	83
--	----

Outras informações

28. Informações por segmento	97
29. Cobertura de seguros	98
30. Compromissos	98
31. Partes relacionadas.....	99
32. Remuneração dos administradores.....	101
33. Pagamento baseado em ações.....	102
34. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa.....	104
35. Eventos subsequentes	104

Pareceres e Relatório de Comitê de Auditoria

Relatório anual resumido do comitê de auditoria e integridade	105
Relatório do comitê de auditoria e integridade	107

Declarações

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes	108
---	-----

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

À Acionista, Conselheiros e Administradores da
BRF S.A.
Itajaí – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRF S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRF S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Avaliação da perda por redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo ativos intangíveis com vida útil indefinida (*goodwill*) – Notas Explicativas nº13 e nº15

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia possui valores significativos registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível (consolidado) em 31 de dezembro de 2025, nos montantes de R\$ 13.283.219 mil e R\$ 6.736.857 mil, respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), requerem que a Companhia realize anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis sem vida útil definida e/ou ativos com indicadores de perdas de recuperabilidade.

Conforme descrito na Nota Explicativa 15, o teste de recuperabilidade dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas subjetivas e significativas, tais como receita de vendas, custos de commodities, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico e entre outros.

Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tendo sido considerada uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado, novamente, um dos principais assuntos de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados com a análise do valor recuperável (e efetividade operacional dos controles internos chaves);
- Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva e premissas e dados de mercado (como receita de vendas e custos de commodities), além das taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade consideradas;
- Discussão com a administração sobre o plano de negócios;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas; e
- Leitura e avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Realização dos tributos federais e estaduais, incluindo imposto de renda e contribuição social diferidos (controladora e consolidado) – Nota Explicativa nº09 e nº11

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 09 Tributos a recuperar e nº 11 Imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado) em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tributos federais e estaduais, além de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões temporárias constituídas nos montantes de R\$ 6.805.428 mil e R\$ 1.322.848 mil, respectivamente. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções de lucro tributável futuro e estão sujeitos a avaliações e julgamentos significativos na determinação da recuperabilidade.

A administração avalia o risco de recuperabilidade destes ativos quando a probabilidade de aproveitamento destes créditos tributários é remota, considerando as seguintes alternativas legais: (i) compensações com outros tributos estaduais e federais, de acordo com a legislação tributária vigente; (ii) pagamentos a fornecedores; (iii) aquisição de equipamentos, insumos e consumos por meio de negociação junto aos fornecedores; e (iv) pedido de aprovação e ressarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários. Com relação ao imposto de renda e contribuição social diferido ativo, com base em julgamento e premissas, a Companhia faz estimativas com o objetivo de avaliar a probabilidade da ocorrência ou não de lucros futuros para realização do citado ativo, bem como estabelecer as premissas e estimativas que o determina. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais (devido às incertezas e ao alto grau de julgamento inerentes à determinação destas premissas e estimativas). Assim, as estimativas e premissas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas à época das respectivas avaliações. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado, um dos principais assuntos de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Analisamos a existência de indeferimento de créditos tributários tomados durante o exercício;
- Obtivemos carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os pedidos de ressarcimento de créditos tributários em andamento;
- Analisamos, por amostragem, as aquisições de insumos, equipamentos e pagamentos de fornecedores durante o exercício social;
- Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa considerados nos testes de recuperabilidade, bem como envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas nas avaliações de projeções econômicas e financeiras, na revisão dos cálculos matemáticos, na análise e entendimento das premissas e metodologia de cálculo e comparação das informações com expectativas de mercado, além da comparação das informações com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas;
- Analisamos, por amostragem, a compensação dos créditos tributários federais e estaduais com débitos tributários da mesma natureza, bem como efetuamos avaliação dos pedidos de ressarcimento realizados durante o exercício social;
- Desafiamos as premissas calculadas pela administração, como taxas de juros e de crescimentos econômico, visando averiguar se as premissas eram adequadas, conservadoras ou não realistas com base em dados econômicos e de mercado; e
- Leitura e avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos e respectivas divulgações estão adequadas no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Jefferson Coelho Diniz

Contador CRC 1SP-277.007/O-8

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	NE	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.189.510	3.989.024	14.447.697	11.165.364
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	956.162	894.060	1.001.213	894.080
Contas a receber de clientes	6	5.170.428	7.834.133	4.239.709	6.075.013
Estoques	7	5.069.551	4.289.502	7.496.185	6.728.002
Ativos biológicos	8	2.666.875	2.659.317	2.821.920	2.844.633
Tributos a recuperar	9	1.433.396	1.393.036	2.352.789	2.214.186
Despesas do exercício seguinte		130.980	126.189	182.403	176.290
Títulos a receber	10	44.931	112.061	768.612	32.884
Adiantamentos a fornecedores		12.675	1.938	57.514	34.076
Instrumentos financeiros derivativos	27	175.229	63.033	175.229	63.033
Caixa restrito		36.852	1.674	53.740	276.025
Dividendos a receber		-	851	-	851
Outros ativos circulantes		210.653	243.201	298.554	326.048
Total do ativo circulante		24.097.242	21.608.019	33.895.565	30.830.485
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	17.409	18.450	203.885	323.811
Contas a receber de clientes	6	22.695	21.726	24.125	22.620
Depósitos judiciais		362.106	408.039	370.139	422.333
Tributos a recuperar	9	4.429.505	4.529.397	4.452.639	4.545.446
Títulos a receber	10	1.114.138	8.035	1.114.138	8.035
Caixa restrito		-	32.501	16.888	60.790
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.148.388	2.238.313	1.322.848	2.331.012
Instrumentos financeiros derivativos	27	525.476	251.570	525.476	251.570
Outros ativos não circulantes		112.167	213.717	116.109	221.014
		7.731.884	7.721.748	8.146.247	8.186.631
Ativos biológicos	8	1.914.564	1.685.731	2.024.493	1.787.237
Investimentos	12	12.788.404	13.925.719	790.611	129.283
Imobilizado	13	10.933.026	10.250.448	13.283.219	11.879.459
Ativo de direito de uso	14	3.004.650	2.811.570	3.382.384	3.188.770
Intangível	15	3.190.978	3.192.874	6.736.857	6.673.211
		31.831.622	31.866.342	26.217.564	23.657.960
Total do ativo não circulante		39.563.506	39.588.090	34.363.811	31.844.591
TOTAL DO ATIVO					
		63.660.748	61.196.109	68.259.376	62.675.076

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	NE	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	13.113.587	12.227.480	14.567.758	13.558.284
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	17	1.382.236	1.412.184	1.602.890	1.652.327
Impostos, taxas e contribuições	18	288.874	292.069	983.066	1.141.951
Empréstimos e financiamentos	19	975.810	952.565	3.157.613	1.230.273
Antecipações de clientes		149.300	222.055	385.070	475.650
Passivo de arrendamento	14	913.111	847.407	1.054.504	1.014.813
Provisão para contingências	21	681.294	687.712	700.073	692.650
Instrumentos financeiros derivativos	27	53.822	382.976	60.688	382.976
Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) a pagar	22.5.	542.282	1.686	542.282	1.686
Títulos a pagar	20	4.845.021	6.859.731	1.233.748	229
Outras obrigações		385.477	227.808	559.550	669.738
Total do passivo circulante		23.330.814	24.113.673	24.847.242	20.820.577
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	72.191	1.933
Fornecedores	16	-	11.766	7.225	11.766
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	17	227.058	248.200	410.631	467.127
Impostos, taxas e contribuições	18	62.629	76.121	65.069	77.854
Empréstimos e financiamentos	19	21.311.225	16.827.677	22.404.389	19.510.275
Passivo de arrendamento	14	3.109.082	2.746.294	3.367.308	2.978.116
Provisão para contingências	21	1.483.437	1.493.517	1.517.348	1.539.464
Instrumentos financeiros derivativos	27	194.664	236.206	194.664	236.206
Títulos a pagar	20	34.331	2.535	42.018	-
Outras obrigações		306.288	354.469	301.143	532.554
Total do passivo não circulante		26.728.714	21.996.785	28.381.986	25.355.295
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1.	13.349.156	13.349.156	13.349.156	13.349.156
Reservas de capital e ações em tesouraria	22.2.	686.717	1.276.099	686.717	1.276.099
Reserva de lucros	22.3.	966.844	2.079.253	966.844	2.079.253
Outros resultados abrangentes	22.5.	(1.401.497)	(1.618.857)	(1.401.497)	(1.618.857)
Patrimônio líquido de controladores		13.601.220	15.085.651	13.601.220	15.085.651
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	1.428.928	1.413.553
Total do patrimônio líquido		13.601.220	15.085.651	15.030.148	16.499.204
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		63.660.748	61.196.109	68.259.376	62.675.076

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
RECEITA LÍQUIDA	23	55.853.124	52.506.272	65.048.731	61.379.038
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	24	(41.329.251)	(38.125.758)	(48.642.936)	(45.543.222)
LUCRO BRUTO		14.523.873	14.380.514	16.405.795	15.835.816
Comerciais	24	(7.440.508)	(6.869.717)	(8.732.527)	(8.111.479)
Administrativas e gerais	24	(542.457)	(549.235)	(1.005.294)	(953.059)
Resultado com equivalência patrimonial	12	(314.011)	3.177.505	10.685	(13.675)
Outras receitas (despesas) operacionais		(41.805)	(83.816)	(32.903)	82.783
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		6.185.092	10.055.251	6.645.756	6.840.386
Resultado financeiro	25	(2.092.561)	(5.890.846)	(2.543.398)	(1.790.513)
Receitas financeiras		1.504.879	744.173	2.181.053	1.225.792
Despesas financeiras		(4.682.515)	(3.822.822)	(4.725.985)	(3.645.839)
Variações monetárias e cambiais		1.085.075	(2.812.197)	1.534	629.534
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		4.092.531	4.164.405	4.102.358	5.049.873
Imposto de renda e contribuição social	11	(763.734)	(951.131)	(814.169)	(1.357.969)
Imposto de renda e contribuição social corrente		66.933	(851.630)	(4.230)	(1.349.789)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(830.667)	(99.501)	(809.939)	(8.180)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.328.797	3.213.274	3.288.189	3.691.904
Resultado líquido do exercício atribuído:					
Ao acionista controlador		3.328.797	3.213.274	3.328.797	3.213.274
Aos acionistas não controladores		-	-	(40.608)	478.630
		3.328.797	3.213.274	3.288.189	3.691.904
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - ORDINÁRIA	26	2,0907	1,9438	2,0907	1,9438
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - ORDINÁRIA	26	2,0907	1,9410	2,0907	1,9410

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.328.797	3.213.274	3.288.189	3.691.904
Varição cambial sobre os investimentos líquidos e conversão de balanços		(242.199)	122.951	(339.165)	348.503
Resultado em <i>hedge</i> de investimento líquido	27	136.241	(339.101)	136.241	(339.101)
Hedges de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo ^(a)		720.177	(549.520)	720.177	(549.182)
Hedges de fluxo de caixa - reclassificação para o resultado	27	(412.698)	236.988	(412.698)	236.988
Resultado de avaliações atuariais de planos de pensão e benefícios pós emprego ^(a)	19.2.	4.797	(8.827)	(7.899)	(19.763)
Resultado na realização de aplicações ao VJORA	5	23.729	(46.529)	23.729	(46.529)
Total do resultado abrangente do exercício		230.047	(584.038)	120.385	(369.084)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		3.558.844	2.629.236	3.408.574	3.322.820
Resultado abrangente atribuído:					
Ao acionista controlador		3.558.844	2.629.236	3.558.844	2.629.236
Aos acionistas não controladores		-	-	(150.270)	693.584

^(a) Os valores estão apresentados líquidos de tributos diferidos sobre o lucro, os quais estão divulgados na nota explicativa 11.

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.328.797	3.213.274	3.328.797	3.213.274
AJUSTES POR	6.544.782	7.080.891	7.184.969	7.810.557
Depreciação e amortização	2.956.283	2.862.994	3.563.745	3.524.504
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(40.608)	478.630
Provisão para contingências	483.776	1.378.586	487.232	1.385.723
Tributos diferidos e obrigações tributárias	830.667	99.501	809.939	8.180
Resultado de equivalência patrimonial	314.011	(3.177.505)	(10.685)	13.675
Variação cambial sobre financiamentos	(1.071.840)	2.208.516	(1.364.192)	1.301.211
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	(13.235)	577.163	1.362.658	(1.531.306)
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	1.671.220	1.508.848	1.892.397	1.714.673
Despesas de juros sobre passivos de arrendamento	386.581	356.130	414.978	385.852
Custo na emissão de operações financeiras	40.255	44.279	47.697	50.295
Ajuste a valor presente e marcação a mercado	1.389.728	106.870	1.326.926	(10.648)
Estimativa líquida para não realização de estoque	24.728	(22.293)	26.174	(30.788)
Estimativa líquida de perdas de crédito esperadas	(3.499)	13.473	7.813	28.818
Estimativa líquida de redução ao valor recuperável de tributos	1.692	1.161	1.777	1.088
Ganho ou perda no ajuste de valor justo	(74.978)	78.578	(74.978)	78.578
Outros resultados financeiros líquidos	(310.148)	1.089.032	(1.137.065)	(119.565)
Outros efeitos não caixa	(80.459)	(44.442)	(128.839)	531.637
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	(610.294)	(1.275.694)	8.010	(239.616)
Contas a receber de clientes	2.703.513	(1.660.700)	1.946.656	63.789
Estoques	(804.777)	450.331	(1.059.056)	545.882
Ativo biológico circulante	(7.558)	(78.934)	(31.276)	(134.427)
Depósitos judiciais e contingências	(421.560)	(332.982)	(414.684)	(336.218)
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	514.535	662.544	596.120	66.094
Fornecedores e fornecedores risco sacado	(726.165)	(3.301.750)	(832.549)	(953.907)
Tributos correntes e diferidos	488.211	288.257	309.094	28.248
Títulos a receber e a pagar	(3.156.657)	3.544.260	(1.043.797)	(4.437)
Instrumentos financeiros derivativos	72.608	(142.564)	74.647	(154.476)
Outras contas ativas e passivas	727.556	(704.156)	462.855	639.836
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.263.285	9.018.471	10.521.776	10.784.215
Investimentos	(380.810)	(45.173)	(543.187)	(45.173)
Aquisição de controlada, líquido do caixa	-	-	(278.198)	-
Adições ao ativo imobilizado	(1.640.347)	(736.165)	(2.260.957)	(809.765)
Adições ao ativo biológico não circulante	(1.507.884)	(1.324.126)	(1.666.647)	(1.454.687)
Adições ao ativo intangível	(200.380)	(156.597)	(242.413)	(158.946)
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(117.672)	(613.923)	232.644	(835.869)
Dividendos/JCP recebidos no exercício	1.063.722	-	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.783.371)	(2.875.984)	(4.758.758)	(3.304.440)
Empréstimos e financiamentos	3.505.265	(3.050.393)	3.707.748	(3.318.085)
Empréstimos captados	5.384.227	2.014.177	6.942.205	2.344.761
Empréstimos liquidados	(1.878.962)	(5.064.570)	(3.234.457)	(5.662.846)
Pagamento de derivativos de juros - hedge de valor justo	(251.337)	(110.043)	(251.337)	(110.043)
Passivos de arrendamento pagos	(814.373)	(831.349)	(1.033.051)	(1.068.101)
Ações em tesouraria	(615.277)	(1.288.241)	(615.277)	(1.288.242)
Dividendos/JCP pagos no exercício	(3.913.204)	(1.144.453)	(3.913.297)	(1.144.453)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.088.926)	(6.424.479)	(2.105.214)	(6.928.924)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(190.502)	(430.533)	(375.471)	1.349.849
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	4.200.486	(712.525)	3.282.333	1.900.700
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo final	8.189.510	3.989.024	14.447.697	11.165.364
Saldo inicial	3.989.024	4.701.549	11.165.364	9.264.664
VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO	4.200.486	(712.525)	3.282.333	1.900.700

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros							Total	Aos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reservas de capital e ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	13.349.156	2.597.113	-	-	-	-	(1.022.841)	14.923.428	720.228	15.643.656
Ajuste acumulado de conversão e ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	122.951	122.951	225.552	348.503
Aquisição de ações em tesouraria	-	(1.288.242)	-	-	-	-	-	(1.288.242)	-	(1.288.242)
Resultado em <i>hedge</i> de investimento líquido	-	-	-	-	-	-	(339.101)	(339.101)	-	(339.101)
Resultado em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(312.532)	(312.532)	338	(312.194)
Resultado de avaliações atuariais de planos de pensão e benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(8.827)	(8.827)	(10.936)	(19.763)
Remensuração de benefícios a empregados - benefício definido	-	-	-	-	-	11.978	(11.978)	-	-	-
Resultado na realização de aplicações ao VJORA	-	-	-	-	-	-	(46.529)	(46.529)	-	(46.529)
Pagamentos baseados em ações	-	(32.772)	-	-	-	-	-	(32.772)	-	(32.772)
Destinações										
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(259)	(259)
Juros capital próprio	-	-	-	-	-	(1.145.999)	-	(1.145.999)	-	(1.145.999)
Transações de capital	-	-	160.664	639.741	1.278.848	(2.079.253)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.213.274	-	3.213.274	478.630	3.691.904
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	13.349.156	1.276.099	160.664	639.741	1.278.848	-	(1.618.857)	15.085.651	1.413.553	16.499.204

	Reserva de lucros							Total	Aos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reservas de capital e ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	13.349.156	1.276.099	160.664	639.741	1.278.848	-	(1.618.857)	15.085.651	1.413.553	16.499.204
Ajuste acumulado de conversão e ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(242.199)	(242.199)	(96.966)	(339.165)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(615.277)	-	-	-	-	-	(615.277)	-	(615.277)
Resultado em <i>hedge</i> de investimento líquido	-	-	-	-	-	-	136.241	136.241	-	136.241
Resultado em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	307.479	307.479	-	307.479
Resultado atuariais de planos de pensão e benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	4.797	4.797	(12.696)	(7.899)
Remensuração de benefícios a empregados - benefício definido	-	-	-	-	-	12.687	(12.687)	-	-	-
Aquisição de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	165.645	165.645
Resultado na realização de aplicações ao VJORA	-	-	-	-	-	-	23.729	23.729	-	23.729
Pagamentos baseados em ações	-	25.895	-	-	-	-	-	25.895	-	25.895
Destinações										
Dividendos	-	-	-	-	(1.278.848)	(2.175.045)	-	(3.453.893)	-	(3.453.893)
Juros capital próprio	-	-	-	-	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Reserva legal	-	-	166.439	-	-	(166.439)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.328.797	-	3.328.797	(40.608)	3.288.189
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	13.349.156	686.717	327.103	639.741	-	-	(1.401.497)	13.601.220	1.428.928	15.030.148

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

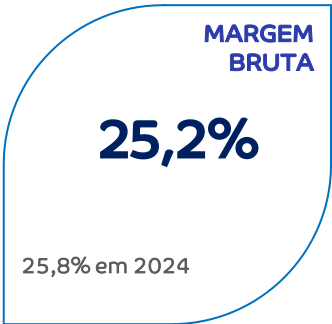
	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
RECEITAS	62.874.579	58.112.547	72.489.634	67.502.459
Vendas de mercadorias e produtos	61.348.816	57.495.827	70.762.054	66.676.067
Outros resultados	(41.803)	(83.855)	(32.910)	82.565
Receitas relativas a construção de ativos próprios	1.564.067	714.048	1.768.303	772.644
Estimativa líquida de perdas de crédito esperadas	3.499	(13.473)	(7.813)	(28.817)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS) ^(a)	(39.771.595)	(35.917.369)	(46.402.764)	(42.609.568)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(32.689.580)	(30.157.660)	(38.580.560)	(36.238.215)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.057.287)	(5.782.002)	(7.796.030)	(6.401.593)
Estimativa líquida para não realização de estoque	(24.728)	22.293	(26.174)	30.240
VALOR ADICIONADO BRUTO	23.102.984	22.195.178	26.086.870	24.892.891
Depreciação e amortização	(2.956.283)	(2.862.994)	(3.563.745)	(3.524.504)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	20.146.701	19.332.184	22.523.125	21.368.387
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.739.582	6.232.633	6.525.474	7.293.846
Equivalência patrimonial	(314.011)	3.177.505	10.685	(13.675)
Receitas financeiras	5.053.593	3.055.128	6.514.789	7.307.521
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	24.886.283	25.564.817	29.048.599	28.662.233
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	24.886.283	25.564.817	29.048.599	28.662.233
PESSOAL	7.234.010	6.776.699	8.972.275	8.292.382
Remuneração direta	4.860.265	4.456.104	6.167.270	5.554.432
Benefícios	2.018.247	1.997.860	2.412.465	2.382.752
F.G.T.S.	355.498	322.735	392.540	355.198
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	7.034.356	6.480.613	7.483.730	7.342.214
Federais	3.364.447	3.199.060	3.658.858	3.829.208
Estaduais	3.611.006	3.225.234	3.751.407	3.443.851
Municipais	58.903	56.319	73.465	69.155
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	7.289.120	9.094.231	9.304.405	9.335.733
Despesas financeiras	7.146.154	8.945.974	9.058.187	9.098.034
Aluguéis	142.966	148.257	246.218	237.699
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	3.328.797	3.213.274	3.288.189	3.691.904
Juros sobre capital próprio	1.000.000	1.145.999	1.000.000	1.145.999
Dividendos	2.175.045	-	2.175.045	-
Lucros retidos no exercício	153.752	2.067.275	153.752	2.067.275
Acionistas não controladores	-	-	(40.608)	478.630

^(a) ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; IPI – Imposto sobre produtos industrializados; PIS – Programa de Integração Social; e COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

São Paulo, 18 de março de 2026 – A BRF S.A. – “BRF” ou “Companhia” divulga seus resultados do 4º trimestre e ano de 2025. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados em reais, conforme a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), cujas comparações têm como base os mesmos períodos de 2024 e/ou anos anteriores, conforme indicado.

INDICADORES FINANCEIROS



DESEMPENHO OPERACIONAL

Toneladas (Mil tons)	4T25	4T24	Var % a/a	3T25	Var % t/t	2025	2024	Var % a/a
Volume Total	1.411	1.328	6,2%	1.341	5,2%	5.223	4.998	4,5%
Mercado Interno	820	784	4,7%	775	5,9%	3.014	2.813	7,2%
Mercado Externo	590	545	8,3%	566	4,2%	2.208	2.186	1,0%
R\$ Milhões	4T25	4T24	Var % a/a	3T25	Var % t/t	2025	2024	Var % a/a
Receita Líquida	17.775	17.549	1,3%	16.397	8,4%	65.049	61.379	6,0%
Mercado Interno	9.997	9.255	8,0%	9.030	10,7%	35.794	31.369	14,1%
Mercado Externo	7.778	8.294	(6,2%)	7.367	5,6%	29.255	30.010	(2,5%)
CPV	(13.543)	(13.078)	3,6%	(12.370)	9,5%	(48.643)	(45.543)	6,8%
Lucro Bruto	4.232	4.471	(5,3%)	4.028	5,1%	16.406	15.836	3,6%
Margem Bruta (%)	23,8%	25,5%	-1,7 p.p.	24,6%	-0,8 p.p.	25,2%	25,8%	-0,6 p.p.
EBITDA Ajustado	2.639	2.803	(5,9%)	2.526	4,5%	10.419	10.508	(0,8%)
Margem EBITDA Ajustado (%)	14,8%	16,0%	-1,1 p.p.	15,4%	-0,6 p.p.	16,0%	17,1%	-1,1 p.p.

Em 2025, alcançamos um EBITDA de R\$ 10.419 milhões, com margem EBITDA de 16,0%. Esse desempenho consolida a trajetória de crescimento da Companhia, evidenciada de forma consistente ao longo dos resultados trimestrais, e reflete o aumento de 4,5% a/a nos volumes vendidos e de 6,0% na receita líquida, mesmo em um ano desafiador para a produção local de frango, marcado pelos impactos do primeiro caso de gripe aviária em ave comercial no Brasil, registrado em maio de 2025.

No mercado interno, registramos um aumento sequencial do volumes vendidos, alcançando o maior patamar no último trimestre, mesmo excluindo o portfólio sazonal da campanha de comemorativos. Este crescimento foi impulsionado pela força de nossas principais marcas e pela manutenção dos níveis ótimos dos nossos principais indicadores de execução comercial, com destaque para o aumento de 8% a/a da base de clientes, redução de 1,6 p.p. a/a da indisponibilidade de produtos em loja e para a evolução de 1,1 p.p. a/a da aderência ao preço sugerido. Em 2025 entregamos outro patamar de volume de vendas de processados que se traduziu em um ganho importante de participação de mercado.

Adicionalmente, destacamos o sucesso da campanha de comemorativos no último trimestre de 2025, que consolidou as marcas Sadia e Perdigão líderes do Natal brasileiro com 59,9% de participação de mercado¹, através da melhoria na execução comercial e campanhas de *marketing* e *trade marketing* de alto impacto, que contribuíram para a manutenção da liderança nas principais categorias.

No mercado externo, novamente a diversificação de mercados aliada à força das nossas marcas em mercados estratégicos se traduziu em mais um ano de expansão de volumes. Esse avanço foi possível apesar dos desafios impostos pela restrição temporária da exportação brasileira da proteína de frango para diversos destinos importantes como China, países da União Europeia e Arábia Saudita. Em 2025, conquistamos 55 novas permissões para exportação, totalizando 230 desde 2022. No trimestre, destacamos a conquista de habilitações para a União Europeia, Japão e Cuba.

Na região do GCC², em 2025 observamos avanços importantes em diversas frentes estratégicas para o negócio. Seguimos crescendo a participação de processados nas vendas e estamos investindo para ampliar a capacidade de produção das fábricas de Kezad, nos Emirados Árabes Unidos, planta dedicada a produção de itens de valor agregado e atendimento às contas globais, e da planta de Dammam, na Arábia Saudita. Essa iniciativa se soma ao anúncio do investimento, em parceria com o Public Investment Fund (PIF), para a construção de uma nova planta dedicada a esse tipo de produto em Jeddah, na Arábia Saudita. Concluindo o ano, em outubro, anunciamos a criação da Sadia Halal, uma expansão da *joint venture* entre a MBRF e a Halal Products Development Company (HPDC), subsidiária integral do PIF, fundo soberano da Arábia Saudita. Em 2025 também estreamos com a marca Sadia na categoria de frangos frescos na Arábia Saudita através da participação na Addoha Poultry Company, produtor local de frango.

No trimestre, observamos uma evolução dos preços em dólares na região, dada a restrição de oferta local, e registramos recorde no volume de vendas na nossa operação doméstica. Estamos presentes na região há mais de 50 anos, e nos destacamos pelo desenvolvimento de marcas fortes, liderança de mercado e preferência do consumidor. Nosso diferencial competitivo inclui ampla capilaridade comercial e logística, somado a um *footprint* fabril alinhado à estratégia do negócio.

Na Turquia, a participação de processados nas vendas segue contribuindo para mitigar os efeitos da pressão de preços na categoria *in natura*, que segue desafiada devido ao aumento da oferta local.

1 – Fonte: Nielsen
2 - Gulf Cooperation Council (GCC): Países membro são Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã



Ainda no mercado externo, destaca-se o retorno, após sete anos de bloqueio, das exportações de carne de frango para os países da União Europeia por meio do sistema de *pré-listing*, em outubro de 2025. Essa conquista reforça o acesso do Brasil a um dos mercados mais relevantes do mundo, ao mesmo tempo em que evidencia a robustez dos padrões de inspeção nacionais e a referência em segurança sanitária.

Destacamos ainda no negócio de Exportações Diretas, o recorde de volume das exportações de suínos e processados, enviando nossos produtos para 102 países em 2025. Alinhado à estratégia corporativa, o aumento nas exportações dos produtos de valor agregado foi destaque para os mercados da Argentina, Chile, Reino Unido e países da África. Para a exportação de suínos, o desenvolvimento do mercado do Sudeste Asiático, que conquistamos através de novas habilitações, foi determinante para o resultado do ano, tanto em termos de volume quanto em rentabilidade.

Para finalizar, na China, concluímos a aquisição da fábrica de processados, na província de Henan, em abril de 2025. Os investimentos para adequar a fábrica à produção de nossos produtos estão sendo realizados gradualmente e os testes já foram iniciados. Com esta fábrica, pretendemos atender à demanda local e às contas globais.

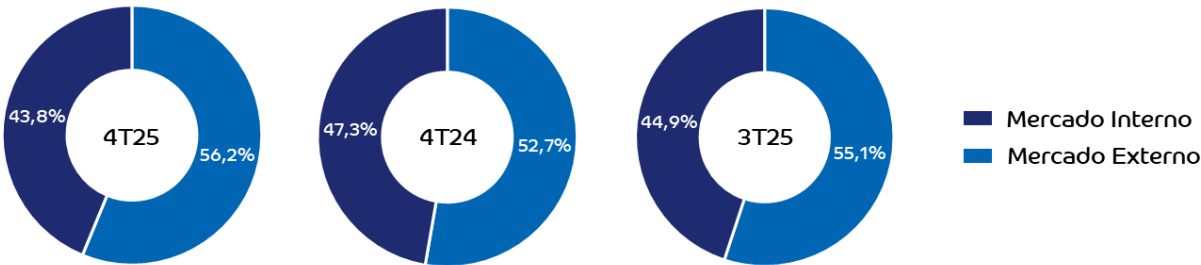


DESEMPENHO CONSOLIDADO



1. RECEITA LÍQUIDA E VOLUME

ROL (R\$ Milhões)	4T25	4T24	Var % a/a	3T25	Var % t/t	2025	2024	Var % a/a
Volumes (Mil, Toneladas)	1.411	1.328	6,2%	1.341	5,2%	5.223	4.998	4,5%
Receita Operacional Líquida	17.775	17.549	1,3%	16.397	8,4%	65.049	61.379	6,0%
Preço Médio (ROL)	12,59	13,21	(4,7%)	12,23	3,0%	12,45	12,28	1,4%



Em 2025, observamos uma expansão de 6,0% a/a da receita líquida explicada, principalmente, pelo aumento de 4,5% do volume vendido nos mercados interno e externo e pelo aumento de 1,4% do preço médio, apesar da valorização do real frente ao dólar no período observado.

No 4T25, observamos um aumento da receita líquida de 1,3% a/a explicada também pelo aumento do volume de vendas de 6,3%, apesar da retração do preço médio em 4,7% no período. Esta queda de preço é explicada, principalmente, pelo efeito cambial na receita do mercado externo e pelos desafios de preço no mercado da Turquia dado o excesso de oferta local.

Na comparação trimestral, a evolução de 8,4% da receita é também justificada pela expansão de 5,2% t/t dos volumes vendidos e de 3,0% do preço médio, apoiada pelo efeito sazonal do portfólio de comemorativos.

Na visão gerencial, onde excluimos os efeitos da hiperinflação da Turquia em todos os períodos, nossa receita líquida atingiu R\$ 65.033 milhões em 2025 versus R\$ 60.455 milhões em 2024. No 4T25, a receita líquida gerencial atingiu R\$ 17.537 milhões versus R\$ 16.844 milhões no 4T24 e R\$ 16.459 no 3T25.

2. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

CPV (R\$ Milhões)	4T25	4T24	Var % a/a	3T25	Var % t/t	2025	2024	Var % a/a
Custo dos Produtos Vendidos	(13.543)	(13.078)	3,6%	(12.370)	9,5%	(48.643)	(45.543)	6,8%
CPV/kg	(9,59)	(9,84)	(2,5%)	(9,22)	4,0%	(9,31)	(9,11)	2,2%

Em 2025, observamos uma expansão de 2,2% do custo unitário, explicado, majoritariamente, pelo i) aumento do custo de consumo do milho (+16% a/a³), compensado parcialmente pela queda do custo de consumo do farelo de soja, ii) aumento do custo de produção na plataforma da Turquia, iii) efeitos inflacionários sobre produtos e serviços, iv) efeito do mix de produtos vendidos no período e, v) pelo maior volume de compra de matéria-prima de terceiros para atender a demanda crescente de processados.

No 4T25, na comparação anual, notamos uma retração de 2,5% no custo unitário na visão societária, sendo explicado pelo efeito contábil da hiperinflação da Turquia no CPV, impactando principalmente o giro dos estoques e a depreciação do imobilizado. Na visão gerencial, onde desconsideramos esses efeitos, observamos uma estabilidade do custo unitário.

Na comparação trimestral, podemos observar um aumento de 4,0% do custo unitário na visão societária, motivado também pelo impacto da hiperinflação da Turquia. Na visão gerencial, este aumento foi de 1,7% explicado, principalmente:

i) maiores gastos com frete, refletindo a inflação do período e a demanda excedente para atender a operação de final de ano;

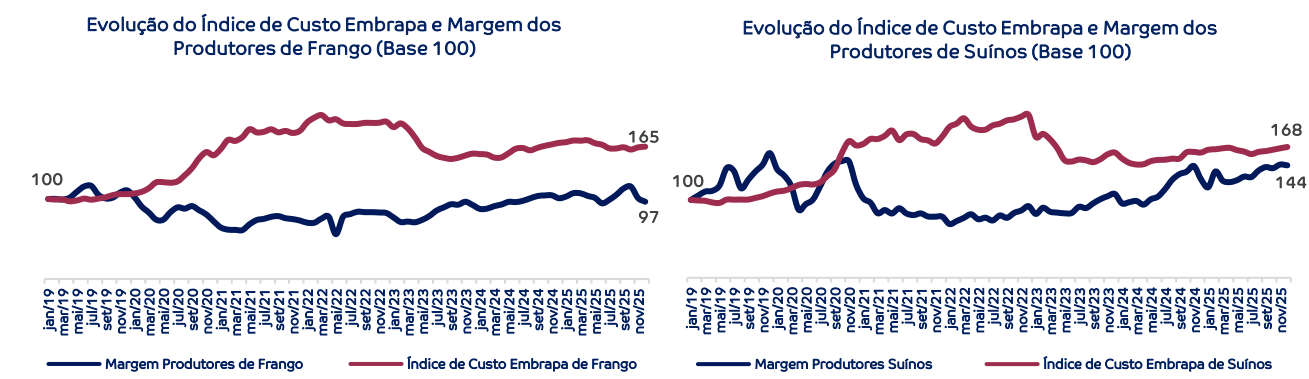
ii) pelo mix de produtos vendidos no período, inclusive com a contribuição do portfólio de comemorativos;

iii) pelo efeito cambial no estoque do mercado externo (ptax média 3T25 R\$5,45 versus R\$ 5,40 no 4T25⁴);

Os impactos descritos acima foram parcialmente mitigados pela queda do custo de consumo dos grãos no período, refletindo a assertividade no planejamento de compras da Cia e, pelas capturas do programa de eficiência, o BRF+, que no trimestre capturou R\$ 155 milhões, R\$ 1.023 milhões no acumulado do ano.

3 - Variação da média móvel de 6 meses dos preços de grãos e óleos, 2025 x 2024. Fonte: Bloomberg e Cepea/ESALQ
4 - Fonte: Banco Central do Brasil – Ptax média referente aos períodos informados

No trimestre, ao analisar o índice do custo teórico ICP Embrapa⁵ observamos um aumento do custo de produção setorial, influenciado pelo aumento do custo da ração em preços correntes. Esse efeito somado a queda do preço das proteínas *in natura* no mercado interno, refletiu numa involução do patamar de rentabilidade dos produtores⁶ de frango e suíno.



3. LUCRO BRUTO E MARGEM

Em 2025, o lucro bruto foi de R\$ 16.406 milhões, um aumento de 3,6% em relação a 2024. No 4T25, o lucro bruto foi de R\$ 4.232 milhões, uma redução de 5,3% em relação ao 4T24 e aumento de 5,1% em relação ao 3T25. A margem bruta foi de 25,2% em 2025 versus 25,8% em 2024. No 4T25 a margem bruta foi de 23,8%, ante 25,5% no 4T24 e 24,6% no 3T25.

4. EBITDA AJUSTADO

EBITDA (R\$ Milhões)	4T25	4T24	Var % a/a	3T25	Var % t/t	2025	2024	Var % a/a
Resultado Líquido Consolidado	578	868	(33,4%)	790	(26,9%)	3.288	3.692	(10,9%)
Imposto de Renda e Contribuição Social	165	652	(74,8%)	258	(36,2%)	814	1.358	(40,0%)
Finanças Líquidas	819	350	134,4%	571	43,5%	2.543	1.791	42,0%
Depreciação e Amortização	952	953	(0,1%)	890	6,9%	3.564	3.525	1,1%
EBITDA	2.514	2.822	(10,9%)	2.509	0,2%	10.210	10.365	(1,5%)
Margem EBITDA (%)	14,1%	16,1%	(1,9) p.p.	15,3%	(1,2) p.p.	16,6%	16,9%	(0,3) p.p.
Impairment	0	12	n.m.	0	n.m.	0	12	n.m.
Valor justo de florestas	0	79	n.m.	0	n.m.	0	79	n.m.
Efeitos da Hiperinflação	42	(108)	139,2%	21	101,4%	131	(74)	n.m.
Resultado da equivalência patrimonial	(5)	4	n.m.	(4)	(30,6%)	(11)	14	n.m.
Eventos climáticos - RS	0	(6)	n.m.	0	n.m.	1	113	n.m.
Despesas c/ reestruturação e incorporação BRF	88	0	n.m.	0	n.m.	88	0	n.m.
EBITDA Ajustado	2.639	2.803	(5,9%)	2.526	4,5%	10.419	10.508	(0,8%)
Margem EBITDA Ajustada (%)	14,8%	16,0%	(1,1) p.p.	15,4%	(0,6) p.p.	16,0%	17,1%	(1,1) p.p.

Em 2025, o EBITDA ajustado foi de R\$ 10.419 milhões, marginalmente abaixo em 0,8% do resultado apresentado em 2024, o melhor ano da história da Companhia. No 4T25, o EBITDA ajustado foi de R\$ 2.639 milhões, redução de 5,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior e um aumento de 4,5% frente ao 3T25. Em 2025, a margem EBITDA ajustada foi de 16,0%, ante 17,1% em 2024. A margem EBITDA ajustada no trimestre foi de 14,8%, uma redução de 1,1 p.p. em comparação ao mesmo período de 2024 e de 0,6 p.p. em relação ao 3T25.

5. LUCRO LÍQUIDO

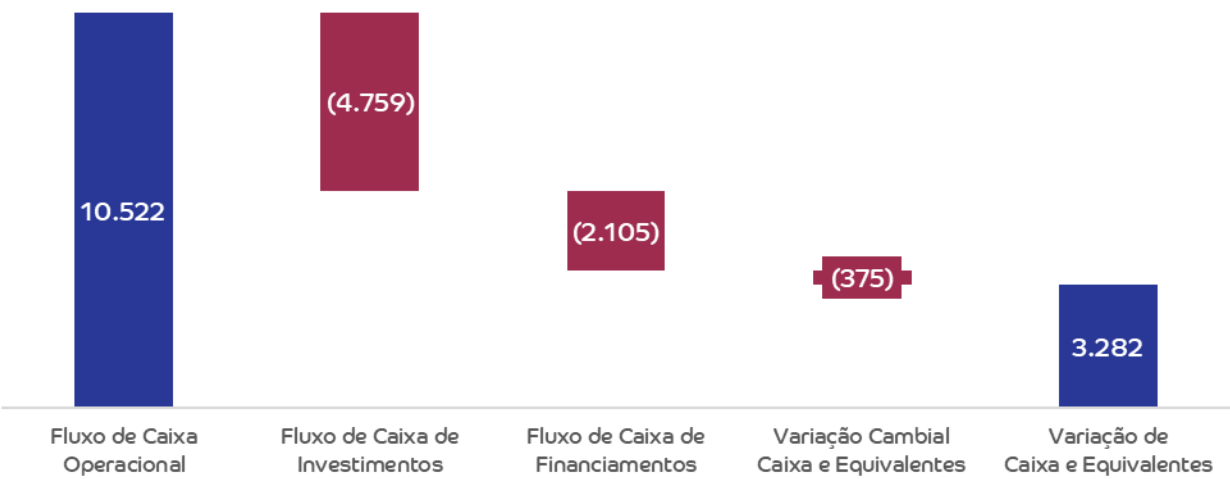
Lucro Líquido (R\$ Milhões)	4T25	4T24	Var % a/a	3T25	Var % t/t	2025	2024	Var % a/a
Lucro Líquido	578	868	(33,4%)	790	(26,9%)	3.288	3.692	(10,9%)
Margem Líquida (%)	3,2%	4,9%	(1,7) p.p.	4,8%	(1,6) p.p.	5,1%	6,0%	(1,0) p.p.

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 3.288 milhões em 2025, ante R\$ R\$ 3.692 milhões em 2024. No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 578 milhões *versus* R\$ 868 milhões no mesmo período do ano anterior e R\$ 790 milhões no 3T25.

5 - Variação do índice do custo de produção Embrapa (ICP Frango e ICP Suíno), disponibilizado publicamente no site www.embrapa.br
6 - Fonte: Bloomberg, CEPEA-Esaliq, SECEX e IBGE. Preço do frango inteiro e carcaça suína em relação ao custo da ração ajustado pelo ciclo do frango e do suíno.



6. VARIAÇÃO DE CAIXA



7. ENDIVIDAMENTO

Endividamento (R\$ Milhões)	Em 31.12.2025			Em 30.09.2025		Em 31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Δ %	Total	Δ %
Moeda Nacional	(518)	(13.940)	(14.457)	(11.769)	22,8%	(8.340)	73,3%
Moeda Estrangeira*	(2.526)	(8.134)	(10.659)	(10.082)	5,7%	(12.705)	(16,1%)
Endividamento Bruto	(3.043)	(22.074)	(25.117)	(21.851)	14,9%	(21.045)	19,3%
Caixa e Aplicações**							
Moeda Nacional	8.766	34	8.801	7.009	25,6%	5.016	75,4%
Moeda Estrangeira	6.736	186	6.923	7.157	(3,3%)	7.704	(10,1%)
Total Aplicações	15.503	221	15.723	14.166	11,0%	12.720	23,6%
Endividamento Líquido	12.460	(21.853)	(9.393)	(7.685)	22,2%	(8.325)	12,8%

* Composto por Empréstimos e Instrumentos Derivativos Líquidos.
** O caixa considerado é composto por: Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras e Caixa Restrito.

O endividamento líquido totalizou R\$ 9.393 milhões em 2025, aumento de R\$ 1.068 milhões quando comparado a 2024.

No curso normal dos negócios, a Companhia pode considerar, de tempos em tempos, a recompra de quaisquer de suas *senior unsecured notes (bonds)*, debêntures ou CRA, sujeito às condições de mercado, como alternativa para redução do custo de capital e melhor equalização da indexação cambial do perfil de endividamento. Tais recompras podem ocorrer, inclusive, por meio de transações no mercado aberto. Em conformidade às leis aplicáveis, tais transações podem ser realizadas a qualquer momento e a Companhia não possui obrigação de adquirir qualquer valor específico dos títulos supramencionados.

A Companhia reitera que não possui cláusulas restritivas (*covenants*) de alavancagem financeira e reafirma que continuará atuando de forma disciplinada na gestão de sua estrutura de capital, liquidez e alavancagem.

ANEXOS

Demonstração do Resultado Consolidado

DRE (R\$ Milhões)	2025	2024	Var % a/a
Receita Operacional Líquida	65.049	61.379	6,0%
Custo dos Produtos Vendidos	(48.643)	(45.543)	6,8%
% sobre a R.OL	(74,8%)	(74,2%)	(0,6) p.p.
Lucro Bruto	16.406	15.836	3,6%
% sobre a R.OL	25,2%	25,8%	(0,6) p.p.
Despesas Operacionais	(9.738)	(9.065)	7,4%
% sobre a R.OL	(15,0%)	(14,8%)	(0,2) p.p.
Resultado Operacional	6.668	6.771	(1,5%)
% sobre a R.OL	10,3%	11,0%	(0,8) p.p.
Outros Resultados Operacionais	(33)	83	(139,7%)
Equivalência Patrimonial	11	(14)	178,1%
EBIT	6.646	6.840	(2,8%)
% sobre a R.OL	10,2%	11,1%	(0,9) p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(2.543)	(1.791)	(42,0%)
Resultado antes dos Impostos	4.102	5.050	(18,8%)
% sobre a R.OL	6,3%	8,2%	(1,9) p.p.
Imposto de renda e contribuição social	(814)	(1.358)	(40,0%)
% sobre o resultado antes dos impostos	(19,8%)	(26,9%)	7,0 p.p.
Lucro Líquido	3.288	3.692	(10,9%)
% sobre a R.OL	5,1%	6,0%	(1,0) p.p.
EBITDA	10.210	10.365	(1,5%)
% sobre a R.OL	15,7%	16,9%	(1,2) p.p.
EBITDA Ajustado	10.419	10.508	(0,8%)
% sobre a R.OL	16,0%	17,1%	(1,1) p.p.

Balanço Patrimonial Consolidado

Balanço Patrimonial Ativo - R\$ Milhões	31.12.25	31.12.24
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	14.448	11.165
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	1.001	894
Contas a receber de clientes	4.240	6.075
Estoques	7.496	6.728
Ativos biológicos	2.822	2.845
Tributos a recuperar	2.353	2.214
Despesas do exercício seguinte	182	176
Títulos a receber	802	33
Adiantamentos a fornecedores	58	34
Instrumentos financeiros derivativos	175	63
Caixa restrito	54	276
Dividendos a receber	0	1
Outros ativos circulantes	265	326
Total Circulante	33.896	30.830
Não Circulante		
Ativo realizável a longo prazo	8.146	8.187
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	204	324
Contas a receber de clientes	24	23
Depósitos judiciais	370	422
Tributos a recuperar	4.453	4.545
Títulos a receber	1.114	8
Caixa restrito	17	61
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.323	2.331
Instrumentos financeiros derivativos	525	252
Outros ativos não circulantes	116	221
Ativos biológicos	2.024	1.787
Investimentos	791	129
Imobilizado	13.283	11.879
Ativo de direito de uso	3.382	3.189
Intangível	6.737	6.673
Total do Não Circulante	34.364	31.845
Total do Ativo	68.259	62.675

Balanço Patrimonial Consolidado

Balanço Patrimonial Passivo - R\$ Milhões	31.12.25	31.12.24
Circulante		
Fornecedores	14.568	13.558
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	1.603	1.652
Impostos, taxas e contribuições	983	1.142
Empréstimos e financiamentos	3.158	1.230
Antecipações de clientes	385	476
Passivo de arrendamento	1.055	1.015
Provisão para contingências	700	693
Instrumentos financeiros derivativos	61	383
Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) a pagar	542	2
Títulos a pagar	1.234	0
Outras obrigações	560	670
Total Circulante	24.847	20.821
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72	2
Fornecedores	7	12
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	411	467
Impostos, taxas e contribuições	65	78
Empréstimos e financiamentos	22.404	19.510
Passivo de arrendamento	3.367	2.978
Provisão para contingências	1.517	1.539
Instrumentos financeiros derivativos	195	236
Títulos a pagar	42	0
Outras obrigações	301	533
Total do Não Circulante	28.382	25.355
Total do Passivo	53.229	46.176
Patrimônio Líquido		
Capital social	13.349	13.349
Reservas de capital e ações em tesouraria	687	1.276
Reserva de lucros	967	2.079
Outros resultados abrangentes	(1.401)	(1.619)
Patrimônio líquido de controladores	13.601	15.086
Atribuído aos acionistas não controladores	1.429	1.414
Total do Patrimônio Líquido	15.030	16.499
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	68.259	62.675

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - R\$ Milhões	2025	2024
Lucro líquido - operações continuadas	3.329	3.213
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado	7.169	8.050
Variações nos saldos patrimoniais	24	(479)
Contas a receber de clientes	1.947	64
Estoques	(1.059)	546
Ativo biológico circulante	(31)	(134)
Fornecedores e fornecedores risco sacado	(833)	(954)
Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais	10.522	10.784
Investimentos	(543)	(45)
Aquisição de controlada, líquido do caixa	(278)	0
Adições ao ativo imobilizado	(2.261)	(810)
Adições ao ativo biológico não circulante	(1.667)	(1.455)
Adições ao ativo intangível	(242)	(159)
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	233	(836)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimentos	(4.759)	(3.304)
Empréstimos e financiamentos	3.708	(3.318)
Empréstimos captados	6.942	2.345
Empréstimos liquidados	(3.234)	(5.663)
Pagamento de derivativos de juros - hedge de valor justo	(251)	(110)
Passivos de arrendamento pagos	(1.033)	(1.068)
Ações em tesouraria	(615)	(1.288)
Dividendos/JCP pagos no exercício	(3.913)	(1.144)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de financiamentos	(2.105)	(6.929)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(375)	1.350
Fluxo de caixa do exercício	3.282	1.901

CANAIS DE RI

Site Relações com Investidores: <https://ri.brf-global.com/>

Contato de Relações com Investidores: +55 (11) 2322-5377

E-mail: ri@mbrf.com

José Ignacio Scoseria Rey

Diretor Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores, Gestão e Tecnologia

Leticia Vaccaro

Fernanda Coutinho

Leonardo Squarizi

Marianna Marcondes

Daniel Mattei

Imprensa

E-mail: imprensa@mbrf.com



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRF S.A. (“BRF”), em conjunto com suas controladas (coletivamente “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários – na categoria B. A Companhia está sediada no Brasil, com sua matriz localizada na Rua Jorge Tzachel, nº 475, Bairro Fazenda, Itajaí/SC e o principal escritório de negócios na cidade de São Paulo. Em virtude da operação de incorporação de ações concluída em 22 de setembro de 2025, a Companhia passou a ser uma subsidiária integral (100%) da Marfrig Global Foods S.A. (“Marfrig”). Em virtude da operação de incorporação das ações, a Companhia deixou de ser listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”) a partir de 23 de setembro de 2025.

A BRF é uma multinacional brasileira, com presença global, detentora de um extenso portfólio de produtos, sendo uma das maiores empresas mundiais de alimentos. Atua na criação, produção e abate de aves e suínos, industrialização, comercialização e distribuição de carnes *in natura*, produtos processados, massas, margarinas e *pet food*, dentre outros.

A Companhia detém como principais marcas Sadia, Perdigão, Qualy, Chester®, Kidelli, Perdix, Banvit, Biofresh e Gran Plus, presentes principalmente no Brasil, Turquia e países do Oriente Médio.

Incêndio na Unidade de Carambeí - PR

Em 1º de agosto de 2024, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que ocorreu um incêndio em uma parte de sua unidade de Carambeí – PR. Não houve fatalidades e todos os colaboradores ficaram em segurança. No mesmo mês, a Companhia conseguiu retomar de forma gradativa as operações na unidade.

Em função do incêndio, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 gastos principalmente vinculados a perdas no processo produtivo, gastos de recuperações estruturais e de equipamentos, assim como ressarcimento total do sinistro recebido das seguradoras.

Incorporação de ações entre Marfrig e BRF

Em 15 de maio de 2025, os Conselhos de Administração da Marfrig e da Companhia aprovaram a celebração, entre as partes, do Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da Companhia pela Marfrig (“Protocolo e Justificação”), o qual disciplinava os termos e condições aplicáveis à incorporação, pela Marfrig, da totalidade das ações de emissão da Companhia não detidas pela controladora na Data de Fechamento, tendo como contrapartida a entrega aos acionistas da Companhia (com exceção à Marfrig) de ações ordinárias de emissão da Marfrig, de acordo com a Relação de Substituição, com a consequente transferência da base acionária da Companhia para a Marfrig (“Incorporação de Ações”).

Em 05 de agosto de 2025, por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas no mesmo dia, os acionistas das entidades aprovaram, entre outras matérias, a operação de Incorporação de Ações. Com essa etapa concluída, iniciou-se o prazo legal de 30 dias para o exercício do Direito de Recesso, válido para acionistas de ambas as companhias. Em 05 de setembro de 2025, houve o fechamento da Incorporação de Ações mediante aprovação final do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em 08 de setembro de 2025, os Conselhos de Administração das companhias ratificaram a aprovação da operação, aprovando o resultado do Direito de Retirada, que resultou em um valor de reembolso de R\$198.535 para os acionistas então detentores de ações da Companhia e R\$16,60 para os acionistas então detentores de ações da Marfrig. Também deliberaram que as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação foram atendidas e confirmaram que a relação de substituição e frações de ações refletiria as definições do Protocolo e Justificação. Por fim, foram declaradas as distribuições permitidas previstas no Protocolo e Justificação, no montante bruto total de R\$3.321.464 pela Companhia, sendo R\$2.921.464 a título de dividendos (correspondentes a R\$1,8348/ação) e R\$400.000 a título de JCP (correspondentes a R\$0,2512/ação), e R\$2.346.333 pela Marfrig (correspondentes a R\$2,8105/ação), integralmente a título de dividendos, valores que foram reduzidos do montante que seria pago como reembolso aos acionistas que exerceram o direito de retirada.

Em 22 de setembro de 2025, em decorrência da aprovação dos Conselhos de Administração das companhias, foi confirmada a emissão de 602.799.006 novas ações, ao preço de R\$24,08, para entrega aos então acionistas da Companhia, resultando em um aumento do patrimônio líquido da Marfrig no montante de R\$14.516.413, sendo R\$4.977.203 destinados ao capital social e R\$9.539.210 destinados à reserva de capital. Foram entregues 0,8521 ações ordinárias de emissão da Marfrig para cada 1 (uma) ação de emissão da BRF detida pelos seus então acionistas.

Aquisição de participação na Gelprime – Combinação de negócios

Em 1º de outubro de 2025, foi concluída a operação de aquisição de participação de 50% do capital social da Gelprime, sociedade que produz, comercializa e distribui gelatina e colágeno através do processamento de matéria-prima de origem animal. Até a data, 100% do capital social da Gelprime era detido pelas sociedades Viposa Participações Ltda., Indústria e Comércio de Couros Britali Ltda. e Vanz Holdings Ltda. (“Vendedoras”).

A concretização da operação estava sujeita ao atendimento de determinadas condições precedentes usuais a este tipo de transação, dentre as quais a transformação da Gelprime em sociedade por ações e a aprovação pelo CADE. Com a conclusão da operação, e com base no acordo de acionistas firmado na data, a MBR investimentos Ltda. “MBR” passou a exercer controle sobre as operações da Gelprime.

A Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo na data de aquisição (30 de setembro de 2025), conforme apresentados a seguir:

	Combinação de negócios
Ativo circulante	179.467
Ativo não circulante	511.284
Imobilizado	348.717
Intangível	135.389
Outros ativos não circulantes	27.178
Passivo circulante	99.793
Passivo não circulante	259.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.991
Outros passivos não circulantes	200.677
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	331.290
Participação de acionista controlador	165.645
Participação de acionistas não-controladores	165.645
Total da contraprestação transferida	366.360
Ágio por rentabilidade futura	(200.715)

A participação de acionistas não controladores foi mensurada pela participação proporcional dos ativos e passivos reconhecidos na adquirida, conforme a NBC TG 15/R4 (Deliberação CVM 665/11).

O valor justo da contraprestação transferida foi de R\$366.360, do qual R\$279.741 foram pagos até 31 de dezembro de 2025 e R\$53.955 foram pagos em 5 de janeiro de 2026. O saldo, estimado em R\$32.664 e registrado na rubrica Títulos a Pagar, refere-se ao valor justo apurado referente a *earnout* (determinado em até USD13.600), ao qual poderão fazer jus a recebimento as vendedoras da Gelprime caso sejam atingidas as metas estabelecidas de EBITDA ajustado e a projeção de negócios apresentada pelas vendedoras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 18 de março de 2026, após recomendação do Comitê de Auditoria, e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.1. Declaração de conformidade

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM/CFC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *IFRS Accounting Standards*.

As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e resoluções e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em conformidade com a NBC TG 09 (Resolução CVM nº 117/22) – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras, enquanto, para fins de IFRS, constitui informação adicional.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras da Controladora foram elaboradas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária – Lei nº 6.404/76, que incluem os dispositivos introduzidos e alterados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009. De forma concisa com as mudanças, as leis apresentadas não se somam a totalidade, mas evidenciam as principais mudanças ocorridas para a Companhia.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Ativos, passivos e instrumentos financeiros, quando indicados, podem estar apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com o padrão IFRS e as NBCs, que requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativa relevantes, bem como premissas significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão detalhadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, que é a moeda de seu principal ambiente econômico. Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando mencionado de outra forma.

As demonstrações financeiras de cada controlada constante da consolidação da Companhia, bem como aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas de acordo com a moeda funcional de cada entidade.

Conforme dispõe a NBC TG 02/R3 (Resolução CVM 91/22) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras, a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira no encerramento do período ou exercício e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado e as diferenças resultantes na conversão são reconhecidas como Outros Resultados Abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício.

Controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação conforme descrito a seguir:

- Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- As contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média mensal, exceto no caso de controladas localizadas em economias hiperinflacionárias (taxa de fechamento); e
- Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes, na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.

2.5. Demonstrações financeiras consolidadas

As políticas contábeis materiais são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em exercícios anteriores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo;
- Os investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial e não são eliminados no processo de consolidação; e
- A participação dos acionistas não controladores está destacada nas demonstrações aplicáveis.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias") nas quais detenha o controle, o qual é obtido quando a Companhia é exposta aos riscos, retornos variáveis e possui poder de influência em tais controladas.

As demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às políticas contábeis emitidas pelo IFRS Accounting Standards.

2.6. Estrutura societária

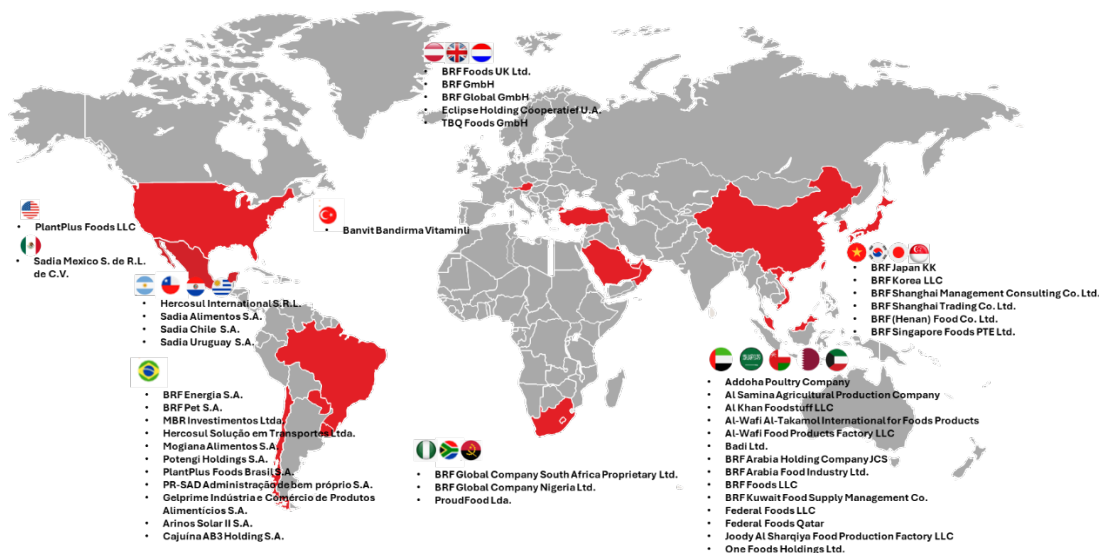
SUBSIDIÁRIAS		ATIVIDADE PRINCIPAL	PAÍS	% PARTICIPAÇÃO	
				31/12/25	31/12/24
Controladas diretas					
BRF Energia S.A.		Comercialização de energia elétrica	Brasil	100,00	100,00
BRF Foods UK Ltd.		Prestação de serviços administrativos e marketing	Inglaterra	100,00	100,00
BRF GmbH		Holding	Áustria	100,00	100,00
BRF Pet S.A.		Industrialização e comercialização de rações e nutrientes para animais	Brasil	100,00	100,00
MBR Investimentos Ltda.		Participação e adm. de sociedades e empreend. e adm. de bens próprios	Brasil	100,00	100,00
Sadia Alimentos S.A.U.		Holding	Argentina	100,00	100,00
Sadia Uruguay S.A.		Importação e comercialização de produtos	Uruguai	100,00	100,00
Controladas indiretas					
Al Khan Foodstuff LLC ("AKF")	(a)	Importação, comercialização e distribuição de produtos	Omã	70,00	70,00
Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products		Importação e comercialização de produtos	Arábia Saudita	100,00	100,00
Al-Wafi Food Products Factory Sole Propr. LLC		Importação, exportação, industrialização e comercialização de produtos	EAU (1)	100,00	100,00
Badi Ltd.		Holding	EAU (1)	100,00	100,00
Banvit Bandirma Vitaminli Yem Sanayii AS	(b)	Importação, industrialização e comercialização de produtos	Turquia	55,02	91,71
BRF (Henan) Food Co. Ltd.	(c)	Importação, exportação, industrialização e comercialização de produtos	China	100,00	-
BRF Arabia Food Industry Ltd.		Preparação de carne, frutos do mar e produção de óleos e gordura	Arábia Saudita	100,00	100,00
BRF Arabia Holding Company JSC		Holding	Arábia Saudita	70,00	70,00
BRF Foods GmbH	(d)	Importação, produção e comercialização de produtos	Áustria	-	100,00
BRF Foods LLC		Importação, produção e comercialização de produtos	EAU (1)	100,00	100,00
BRF Global Company Nigeria Ltd.		Prestação de serviços de marketing e logística	Nigéria	100,00	100,00
BRF Global Company South Africa Proprietary Ltd.		Prestação de serviços administrativos, marketing e logística	África do Sul	100,00	100,00
BRF Global GmbH		Holding e trading	Áustria	100,00	100,00
BRF Japan KK		Prestação de serviços, import., export., industr. e comerc. de produtos	Japão	100,00	100,00
BRF Korea LLC		Prestação de serviços de marketing e logística	Coreia do Sul	100,00	100,00
BRF Kuwait Food Supply Management Co.	(e)	Importação, comercialização e distribuição de produtos	Kuwait	49,00	49,00
BRF Shanghai Management Consulting Co. Ltd.		Prestação de serviços de marketing e logística	China	100,00	100,00
BRF Shanghai Trading Co. Ltd.		Importação, exportação e comercialização de produtos	China	100,00	100,00
BRF Singapore Foods PTE Ltd.		Prestação de serviços administrativos, marketing e logística	Singapura	100,00	100,00
Eclipse Holding Cöoperatief U.A.		Holding	Países Baixos	100,00	100,00
Federal Foods LLC	(e)	Importação, comercialização e distribuição de produtos	EAU (1)	49,00	49,00
Federal Foods Qatar	(e)	Importação, comercialização e distribuição de produtos	Catar	49,00	49,00
Gelprime Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios S.A.	(f)	Fabricação de produtos pós (alimentícios) e farmoquímicos; comércio de produtos alimentícios com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Brasil	50,00	-
Hercosul Alimentos Ltda.	(g)	Fabricação, comercialização de rações para animais	Brasil	-	100,00
Hercosul Distribuição Ltda.	(g)	Importação, exportação, comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios para animais	Brasil	-	100,00
Hercosul International S.R.L.		Fabricação, export., imp. de rações e nutrimentos para animais	Paraguai	100,00	100,00
Hercosul Soluções em Transportes Ltda.		Transporte rodoviário de carga	Brasil	100,00	100,00
Joody Al Sharqiya Food Production Factory LLC		Importação e comercialização de produtos	Arábia Saudita	100,00	100,00
Mogiana Alimentos S.A.		Fabricação, distribuição e comercialização de produtos Pet Food	Brasil	100,00	100,00
One Foods Holdings Ltd.		Holding	EAU (1)	100,00	100,00
ProudFood Lda.		Importação e comercialização de produtos	Angola	100,00	100,00
Sadia Chile SpA		Importação, exportação e comercialização de produtos	Chile	100,00	100,00
Sadia Mexico S. de R.L. de C.V.	(h)	Prestação de serviços administrativos, marketing e logística	México	100,00	-
TBQ Foods GmbH	(b)	Holding	Áustria	100,00	60,00
Coligadas					
Addoha Poultry Company	(i)	Industrialização e comercialização de produtos	Arábia Saudita	26,00	-
Al Samina Agricultural Production Company	(i)	Criação de frangos para corte	Arábia Saudita	100,00	-
Arios Solar II S.A.	(j)	Holding e responsável por desenvolvimento de projetos solares, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.	Brasil	49,00	-
Cajuína AB3 Holding S.A.	(j)	Holding	Brasil	49,00	-
PlantPlus Foods Brasil	(k)	Importação e comercialização de produtos	Brasil	0,10	-
PlantPlus Foods LLC	(k)	Holding	EUA (2)	30,00	-
Potengi Holdings S.A.	(l)	Holding	Brasil	50,00	50,00
PR-SAD Administração de Bem Próprio S.A.		Administração de bens	Brasil	33,33	33,33

(1) EAU – Emirados Árabes Unidos.

(2) EUA – Estados Unidos da América.

- (a) Para esta entidade, a Companhia possuía acordo que garantia direitos econômicos de 99%. Como consequência do contrato de investimento firmado com a *Halal Products Development Company* (HPDC), evento divulgado em fato relevante em 27 de outubro de 2025, em 2 de fevereiro de 2026 a BRF GmbH adquiriu 30% das ações remanescentes (bem como os direitos econômicos remanescentes) da AKF.
- (b) Em decorrência da reestruturação societária mencionada na nota explicativa nº 12, a TBQ passou a ser subsidiária integral da BRF GmbH e passou a deter participação de 55,02% na Banvit. Em 20 de janeiro de 2026, a TBQ foi incorporada pela BRF GmbH.
- (c) Em 30 de abril de 2025, foi concluída a operação, a qual não se caracterizou como uma combinação de negócios, uma vez que envolveu exclusivamente a aquisição de ativos.
- (d) Em 1º de fevereiro de 2025, a BRF Foods GmbH foi incorporada pela BRF GmbH.
- (e) Para estas entidades, a Companhia possui acordos que garantem a totalidade dos direitos econômicos.
- (f) Em 1º de outubro de 2025, foi concluída a aquisição pela MBR, da participação de 50% no capital social da Gelprime (nota explicativa nº 12).
- (g) Em 02 de janeiro de 2025, as controladas Hercosul Alimentos Ltda. e Hercosul Distribuição Ltda. foram incorporadas pela Mogiana Alimentos S.A.
- (h) Entidade constituída em 26 de agosto de 2025.
- (i) Em 14 de janeiro de 2025, foi firmado acordo de acionistas assegurando participação efetiva na Administração da Addoha. Al Samina é controlada integral da Addoha.
- (j) Em 19 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a compra de 49% de participação no capital social da Arinos Solar II S.A. e da Cajuina AB 3 Holdings S.A. (nota explicativa nº 12).
- (k) Em 23 de janeiro de 2025, foi concretizada a transferências das quotas da PlantPlus LLC e PlantPlus Brasil para a BRF.
- (l) Coligada com subsidiária da Auren Energia S.A., cuja participação econômica é de 24% (nota explicativa nº 12).

Localização Controladas e Coligadas



2.7. Readequação das demonstrações financeiras para fins comparativos - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A Administração da Companhia procedeu a readequações das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, em função da implementação das sinergias obtidas no processo de integração com o Grupo Marfrig, sem impactos significativos quanto as práticas contábeis aplicadas no exercício anterior em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As readequações abrangem os principais grupos de contas do ativo, passivo e resultado e visam refletir a nova estrutura operacional e garantir a comparabilidade das informações apresentadas no exercício corrente.

Balanco patrimonial

Ativo

			Controladora			Consolidado		
			Divulgado 31/12/24	Readequação	Readequado 31/12/24	Divulgado 31/12/24	Readequação	Readequado 31/12/24
ATIVO CIRCULANTE								
Adiantamentos	(a)		57.397	(57.397)	-	114.469	(114.469)	-
Adiantamentos a fornecedores	(a)		-	1.938	1.938	-	34.076	34.076
Dividendos a receber	(b)		-	851	851	-	851	851
Ativos mantidos para venda	(c)		3.445	(3.445)	-	3.445	(3.445)	-
Títulos a receber	(d)		32.302	79.759	112.061	32.302	582	32.884
Outros ativos circulantes	(a), (b), (c) e (d)		264.907	(21.706)	243.201	243.643	82.405	326.048
Total do ativo circulante			358.051	-	358.051	393.859	-	393.859
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Imobilizado	(e)		13.062.018	(2.811.570)	10.250.448	15.068.229	(3.188.770)	11.879.459
Ativo de direito de uso	(e)		-	2.811.570	2.811.570	-	3.188.770	3.188.770
Total do ativo não circulante			13.062.018	-	13.062.018	15.068.229	-	15.068.229
TOTAL DO ATIVO			13.420.069	-	13.420.069	15.462.088	-	15.462.088

- (a) Os saldos referentes a adiantamentos a empregados, de viagens e produtores foram reclassificados para "Outros ativos circulantes".
- (b) Dividendos foram reclassificados de "Outros ativos circulantes" para rubrica específica.
- (c) Refere-se ativos imobilizados mantidos para venda, classificado como "Outros ativos circulantes".
- (d) Títulos a receber com partes relacionadas, anteriormente classificados na rubrica de "Outros ativos circulantes", o qual era devidamente divulgado em nota explicativa de Partes Relacionadas.
- (e) O saldo de "Ativo de direito de uso" foi reclassificado para a rubrica específica.

Passivo

		Controladora			Consolidado		
		Divulgado 31/12/24	Readequação	Readequado 31/12/24	Divulgado 31/12/24	Readequação	Readequado 31/12/24
PASSIVO CIRCULANTE							
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	(a)	-	1.412.184	1.412.184	-	1.652.327	1.652.327
Salário, obrigações sociais e participações	(a)	1.348.225	(1.348.225)	-	1.557.051	(1.557.051)	-
Benefícios a empregados	(a)	63.959	(63.959)	-	95.276	(95.276)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) a pagar	(b)	-	1.686	1.686	-	1.686	1.686
Títulos a pagar	(c)	-	229	229	-	229	229
Outras obrigações	(b) e (c)	229.723	(1.915)	227.808	671.653	(1.915)	669.738
Total do passivo circulante		1.641.907	-	1.641.907	2.323.980	-	2.323.980
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Pessoal, encargos e benefícios a funcionários	(a)	-	248.200	248.200	-	467.127	467.127
Benefícios a empregados	(a)	248.200	(248.200)	-	467.127	(467.127)	-
Total do passivo não circulante		248.200	-	248.200	467.127	-	467.127
TOTAL DO PASSIVO							
		1.890.107	-	1.890.107	2.791.107	-	2.791.107

- (a) Os saldos referentes a obrigações com Pessoal, Encargos e Benefícios, antes apresentados separadamente, foram concentrados em uma rubrica única para melhor apresentação.
- (b) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar foram classificados em rubrica específica.
- (c) Títulos a pagar foi reclassificado para rubrica específica.

Demonstrações do resultado

		Controladora			Consolidado		
		Divulgado Acumulado 2024	Readequação	Readequado Acumulado 2024	Divulgado Acumulado 2024	Readequação	Readequado Acumulado 2024
Comerciais	(a)	(6.856.244)	(13.473)	(6.869.717)	(8.082.662)	(28.817)	(8.111.479)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(a)	(13.473)	13.473	-	(28.817)	28.817	-

(a) O saldo foi classificado para "Despesas comerciais" para manter consistência com a natureza da despesa.

Demonstrações do valor adicionado

		Controladora			Consolidado		
		Divulgado	Readequação	Readequado	Divulgado	Readequação	Readequado
		Acumulado 2024		Acumulado 2024	Acumulado 2024		Acumulado 2024
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(35.885.237)	(32.132)	(35.917.369)	(42.575.567)	(34.001)	(42.609.568)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(a)	(5.749.870)	(32.132)	(5.782.002)	(6.367.592)	(34.001)	(6.401.593)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		3.920.011	2.312.622	6.232.633	1.210.271	6.083.575	7.293.846
Receitas financeiras	(a)	744.173	2.310.955	3.055.128	1.225.792	6.081.729	7.307.521
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		6.815.408	2.278.823	9.094.231	3.288.005	6.047.728	9.335.733
Despesas financeiras	(a)	6.667.151	2.278.823	8.945.974	3.050.306	6.047.728	9.098.034

(a) As variações monetárias e cambiais com impacto credor durante o ano passaram a ser classificadas como "Receitas financeiras", consistentemente com a classificação na Demonstração do Resultado.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS, CENÁRIO ECONÔMICO, NOVAS NORMAS E REFORMAS TRIBUTÁRIAS

3.1. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados.

3.1.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

NE	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis
6 e 27	Determinação da taxa de perda na mensuração das perdas de crédito esperadas
8	Determinação do valor justo dos ativos biológicos decorrente de dados não observáveis significativos
13 e 15	Fatores redutores da vida útil técnica tais como desgaste, obsolescência e influência de fatores externos na determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida
14	Definição ou alteração da probabilidade de exercício de opção de renovação ou rescisão antecipada de contrato de arrendamento mercantil
15	Determinação do valor recuperável de ativos não financeiros; principais premissas: taxa de desconto e taxas de crescimento
17	Premissas atuariais na mensuração do passivo relacionado a benefícios a empregados
21	Avaliação da probabilidade de perda e mensuração do passivo nas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

3.2. Cenário econômico

Economia hiperinflacionária

Os efeitos da economia hiperinflacionária foram reconhecidos em contrapartida à rubrica "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido, e as variações cambiais no resultado do exercício.

Conforme requerido pela norma contábil, os itens não monetários, assim como o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço das subsidiárias esteja registrado ao valor corrente.

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do exercício, tanto para itens patrimoniais como de resultado.

Nas demonstrações financeiras para o exercício de 2025, a correção monetária por hiperinflação impactou negativamente o resultado da Companhia em R\$93.402 (positivamente em R\$224.843 no exercício 2024).

Argentina

A Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária a partir de 2018. A inflação definida e aplicada no exercício de 2025 foi de 31,5% (117,8% em 2024).

Turquia

A Turquia passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária a partir de 2022. A inflação definida e aplicada no exercício de 2025 foi de 30,9% (44,4% em 2024).

A Companhia vem apresentando as demonstrações financeiras com a correção da inflação para as controladas nesses países.

3.3 Novas normas e interpretações técnicas

3.3.1. Novas normas e revisões aplicadas

Para as seguintes alterações de normas ou interpretações técnicas efetivas para exercícios iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2025, a Administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos na Companhia, a saber:

Norma	Descrição
IAS 28/ CPC 18 (R3)	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.
ICPC 09 (R3)	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.
IAS 21/ CPC 02 (R2)	A Resolução CVM 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras – e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
IFRS 1/ CPC 37 (R1)	
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que não são obrigatórias ou vigentes em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações, a Administração está avaliando se haverá impactos significativos na Companhia:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024)	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)		
IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	O IFRS <i>Accounting Standards</i> , órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada “ <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ”. Esta norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.
IFRS 19	O IFRS <i>Accounting Standards</i> , órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de maio de 2024, a nova norma IFRS 19, intitulada “ <i>Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i> ”. Esta norma tem como objetivo permitir que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas IFRS na preparação de suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, a entidade deve ser uma subsidiária, não deve possuir responsabilidade pública e deve ter uma controladora que divulgue demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões do IFRS.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

3.2. Reformas tributárias

Reforma Tributária Internacional

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do Pilar Dois, voltadas aos grupos multinacionais com receitas consolidadas a partir de € 750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos. Essas regras exigem o cálculo da alíquota efetiva de imposto em cada jurisdição onde o grupo atua, e, caso essa alíquota seja inferior a 15%, impõem um pagamento complementar.

Para 2025, a Companhia aplica essas regras em diversos países em que atua, nos continentes da Ásia, Europa, Oriente Médio e África, os quais a Companhia segue avaliando os possíveis impactos. No Brasil, a adoção parcial do Pilar Dois ocorreu por meio da MP 1.262, IN 2.228/24 e Lei 15.079/24, que instituíram o imposto adicional doméstico (QDMTT), como um adicional da CSLL, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Com base em estudo realizado para a jurisdição, a Companhia se beneficiou de uma das “salva-guardas” previstas na legislação, estando dispensada do adicional da CSLL.

Reforma Tributária Nacional

Em decorrência da Emenda Constitucional nº 132/2023, que alterou o Sistema Tributário Nacional, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que inaugura a regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo. A nova legislação institui os tributos Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Imposto Seletivo (IS), com substituição progressiva dos atuais PIS, COFINS, ICMS e ISS até 2033.

O cronograma de transição prevê que, a partir de 2027, o PIS e COFINS serão substituídos pelo CBS, e terá início a cobrança do IS sobre produtos específicos, cuja regulamentação ainda está pendente. Já a partir de 2029, o ICMS e o ISS serão substituídos pelo IBS.

Os principais impactos dizem respeito à eliminação de benefícios fiscais e introdução da não cumulatividade plena, permitindo a apropriação integral de créditos sobre aquisições de bens e serviços, sem as limitações do atual Sistema Tributário.

Diante desse cenário, foi constituído um grupo técnico multidisciplinar com foco em avaliar impactos fiscais sobre custos, despesas e precificação, mapear ajustes operacionais, sistêmicos e contratuais, garantir conformidade com a nova legislação e identificar oportunidades de eficiência tributária e estratégica. A atuação proativa do grupo visa assegurar uma transição segura e competitiva, alinhada às diretrizes de governança e sustentabilidade da Companhia.

Entre os anos de 2026 e 2032, haverá o período de transição com coexistência dos sistemas tributários “antigo” e “novo”. Os impactos da reforma na apuração dos tributos referidos, desde o início do período de transição, serão plenamente conhecidos apenas após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Dessa forma, a Reforma não produz efeitos nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos disponíveis no caixa e depósitos bancários à vista, conforme demonstrado abaixo:

		Controladora			Consolidado	
	Taxa de juros média a.a%	31/12/25	31/12/24	Taxa de juros média a.a%	31/12/25	31/12/24
Caixa e bancos						
Reais	-	147.193	269.699	-	159.312	296.529
Dólar norte-americano	-	411.568	162.389	-	887.508	630.990
Euro	-	6.834	4.603	-	13.283	16.995
Lira turca	-	-	-	-	14.810	6.348
Rial saudita	-	-	-	-	238.394	256.879
Outros	-	23.187	78	-	300.518	170.621
		588.782	436.769		1.613.825	1.378.362
Equivalentes de caixa						
Em reais						
Certificado de depósito bancário	15,00%	7.244.514	3.545.946	15,00%	7.451.797	3.716.958
Nota off-shore ^(a)	-	-	-	-	-	1.501.608
Letras Financeiras Sênior	15,20%	100.396	-	15,20%	100.396	-
Fundos de investimento	14,90%	7.805	4.727	14,90%	7.805	4.727
		7.352.715	3.550.673		7.559.998	5.223.293
Em dólar norte-americano						
Overnight	-	-	1.582	-	-	1.582
Time deposit	3,51%	248.013	-	4,22%	3.917.483	2.721.270
Outras moedas						
Time deposit - Rial saudita	-	-	-	4,46%	557.505	959.103
Time deposit ^(b)	-	-	-	31,28%	798.886	881.754
		248.013	1.582		5.273.874	4.563.709
		8.189.510	3.989.024		14.447.697	11.165.364

^(a) Investimento em instituições financeiras no mercado internacional, com o saldo em Reais (R\$) indexado ao DI.

^(b) Os valores são substancialmente denominados em Lira Turca (TRY).

Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras automáticas, cujos vencimentos, no momento da aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A seguir demonstramos as aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários por modalidade:

				Controladora	
	PMPV ^(a)	Moeda	Taxa de juros média a.a.%	31/12/25	31/12/24
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
NTN - Notas do tesouro nacional ^(b)	16,34	Real	10,86%	916.116	859.029
				916.116	859.029
Valor justo por meio do resultado					
Fundo de investimentos ^(c)	1,08	Real	-	17.409	18.450
LFT - Letra financeira do tesouro	0,17	Real	14,31%	40.046	35.031
				57.455	53.481
Total aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários				973.571	912.510
Ativo circulante				956.162	894.060
Ativo não circulante				17.409	18.450

^(a) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

^(b) Contempla o montante de R\$(22.800) alocado em VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes).

^(c) Representado pela alocação do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) BRF II.

				Consolidado	
	PMPV ^(a)	Moeda	Taxa de juros média a.a.%	31/12/25	31/12/24
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
NTN - Notas do tesouro nacional ^(b)	16,34	Real	10,86%	916.116	859.029
Títulos mobiliários "Ações" ^(c)	1,08	Dólar	-	13.756	15.481
				929.872	874.510
Valor justo por meio do resultado					
LFT - Letra financeira do tesouro	0,17	Real	14,31%	40.046	35.031
Fundos de investimentos ^(d)	1,08	Real	-	17.409	18.450
Títulos mobiliários "B3"	0,08	Real	-	20	20
				57.475	53.501
Custo amortizado					
Títulos soberanos e outros ^(e)	3,77	Dólar	6,77%	180.779	289.880
Operações compromissadas	0,08	Real	15,12%	36.972	-
				217.751	289.880
Total aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários				1.205.098	1.217.891
Ativo circulante				1.001.213	894.080
Ativo não circulante				203.885	323.811

^(a) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

^(b) Contempla o montante de R\$(22.800) alocado em VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes).

^(c) Está representado por ações da Aleph Farms, Ltd.

^(d) Representado pela alocação do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) BRF II.

^(e) Investimentos substancialmente em títulos privados e do governo angolano que se refere a *Bonds* em Dólar dos EUA, apresentados líquidos de perdas de crédito esperadas no montante de R\$13.810 (R\$22.530 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia ofereceu como garantia, sem restrição de uso, para operações de contratos futuros negociados na B3, o montante de R\$ 245.814 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 69.753 em 31 de dezembro de 2024) referente a títulos e valores mobiliários.

A Companhia mantém substancialmente investimentos em modalidades amplamente adotadas pelo mercado, mitigando os riscos, liquidez e rentabilidade. Suas aplicações incluem CDBs e letras financeiras, ambas atreladas ao CDI e com possibilidade de resgate imediato, além de títulos de renda fixa, que oferecem previsibilidade de retorno.

Adicionalmente, a Companhia investe no mercado internacional em títulos privados e do governo angolano, estruturados com prazos predefinidos.

Com o objetivo de diversificação e adequação às dinâmicas do mercado, a Companhia mantém investimentos em modalidades alternativas que ampliam sua gestão estratégica, tais como:

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)

Aplicação em cotas de fundos voltados à aquisição de direitos creditórios, permitindo à Companhia maior flexibilidade na alocação de recursos, sem comprometer liquidez ou gerar ônus financeiro imediato.

Fundo de Investimento

Trata-se de um fundo de investimento em cotas de renda fixa, com alocação predominante em ativos de baixo risco, como títulos públicos e privados. Seu objetivo é proporcionar liquidez e previsibilidade, acompanhando indicadores econômicos como o CDI e a taxa SELIC.

Títulos do Tesouro Nacional

Incluem Letras Financeiras do Tesouro (LFT), indexadas à taxa SELIC, e Notas do Tesouro Nacional (NTN), vinculadas ao IPCA. Esses papéis oferecem previsibilidade e proteção contra oscilações inflacionárias e cambiais.

Política contábil

As aplicações financeiras e títulos e valores imobiliários compreendem as aplicações que podem ser prontamente resgatadas e possuem um risco insignificante de mudança de valor, e estão mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Contas a receber - mercado interno	1.262.461	2.336.984	1.337.801	2.437.344
Terceiros	1.209.547	2.285.150	1.326.831	2.420.942
Partes relacionadas ^(a)	52.914	51.834	10.970	16.402
Contas a receber - mercado externo	4.553.882	6.206.245	3.606.885	4.426.344
Terceiros	2.238.524	2.906.380	3.492.116	4.395.420
Partes relacionadas ^(a)	2.315.358	3.299.865	114.769	30.924
	5.816.343	8.543.229	4.944.686	6.863.688
(-) Ajuste a valor presente	(32.663)	(28.340)	(40.733)	(39.291)
(-) Perdas de crédito esperadas	(590.557)	(659.030)	(640.119)	(726.764)
	5.193.123	7.855.859	4.263.834	6.097.633
Ativo circulante	5.170.428	7.834.133	4.239.709	6.075.013
Ativo não circulante	22.695	21.726	24.125	22.620

^(a) As contas a receber de clientes - partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa nº 31 - Partes relacionadas.

A composição das contas a receber de clientes por vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Valores a vencer:	5.108.243	7.749.078	4.101.422	5.904.865
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	73.338	89.821	116.220	165.952
de 31 a 60 dias	33.709	30.630	51.247	37.227
de 61 a 90 dias	5.246	5.050	12.849	9.228
Acima de 90 dias	595.807	668.650	662.948	746.416
	5.816.343	8.543.229	4.944.686	6.863.688

A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	(659.030)	(726.764)
Adições	(11.372)	(32.995)
Reversões	14.871	25.182
Baixas	10.431	33.027
Variação cambial e hiperinflação	54.543	61.431
Em 31 de dezembro de 2025	(590.557)	(640.119)

Para as vendas no mercado externo a prazo, a Companhia possui seguro, carta crédito e outras garantias no valor de R\$1.338.987 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.441.599 em 31 de dezembro em 2024), as quais cobrem 73,0% em 2025 (78,8% em 31 de dezembro de 2024) desta modalidade.

A Companhia realiza cessões de créditos sem direito de regresso ao FIDC BRF II, que tem como objetivo exclusivo adquirir direitos creditórios originados de operações comerciais realizadas entre a Companhia e seus clientes no Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, possuía o saldo de R\$ 895.299 (R\$ 959.434 em 31 de dezembro de 2024) em aberto referente a tais direitos creditórios, os quais foram desreconhecidos do balanço no momento da cessão.

Política contábil

Contas a receber de clientes: as contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente. A Companhia mensura o ajuste a valor presente ("AVP") sobre os saldos de curto e longo prazo de contas a receber, sendo registrados em conta redutora da respectiva rubrica em contrapartida às rubricas de Receitas de vendas e Receitas (despesas) financeiras, líquidas. A taxa utilizada pela Companhia representa a média dos Certificados de Depósito Interfinanceiro somada a um spread representativo do risco de crédito.

Cessão de recebíveis: Os títulos a receber de clientes que são vendidos nas operações de cessão de recebíveis são desreconhecidos no momento da cessão, ou seja, quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

Perdas de crédito esperadas: a Companhia realiza regularmente estudo de perdas históricas das carteiras de clientes que possui em todas as regiões, levando em consideração as dinâmicas dos mercados em que atua e instrumentos que possui para redução dos riscos de crédito, tais como: cartas de crédito, seguros e garantias reais, assim como identifica clientes específicos cujos riscos destoam da carteira, os quais são tratados conforme expectativas individuais. Com base nestes estudos são gerados fatores de perdas estimadas por carteira e classe de vencimentos que, aplicados sobre os montantes de contas a receber, geram as perdas de crédito esperadas. Adicionalmente a Companhia avalia fatores macroeconômicos que possam influenciar nas referidas perdas e caso necessário ajusta o modelo de cálculo.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Produtos acabados ^(a)	1.766.134	1.467.108	3.769.641	3.464.741
Produtos em elaboração	382.747	355.074	430.769	409.577
Matérias-primas	1.922.008	1.586.041	2.111.658	1.832.921
Embalagens e almoxarifados	1.170.010	1.011.805	1.369.357	1.163.590
(-) Ajuste a valor presente ^(b)	(126.961)	(110.867)	(131.774)	(115.546)
(-) Estimativa líquida para não realização	(44.387)	(19.659)	(53.466)	(27.281)
	5.069.551	4.289.502	7.496.185	6.728.002

^(a) Os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção.

^(b) Refere-se a contrapartida do lançamento inicial do AVP das contas de fornecedores da Companhia, o qual é realizado para o custo conforme o giro dos estoques.

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda e avaliação da realização subsequente (mercado), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	(19.659)	(27.281)
Adições	(107.802)	(156.060)
Reversões	83.074	129.886
Variação cambial e hiperinflação	-	(11)
Em 31 de dezembro de 2025	(44.387)	(53.466)

A Administração da Companhia procedeu com a avaliação da estimativa com valor realizável líquido para os estoques, ao qual concluiu ser suficiente para a constituição dos saldos.

Política contábil

Estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados e inferiores ao valor realizável líquido. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas adquiridas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem e tributos não recuperáveis. Reduções ao valor realizável líquido dos estoques por obsolescência, deterioração, baixa movimentação e valor realizável pela venda são mensuradas e registradas em cada período, conforme necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de Custo dos Produtos Vendidos, sem transitar pelos estoques.

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos são compostos por animais vivos (aves e suínos) e florestas, conforme detalhado abaixo:

Movimentação Ativo Biológico (Circulante)

	Controladora	Consolidado
	Animais vivos	Animais vivos
Em 31 de dezembro de 2024	2.659.317	2.844.633
Aumento devido a aquisições	25.694.716	28.147.489
Transferência para estoques	(28.990.141)	(31.899.720)
Variação no valor justo decorrente de reprodução e apropriação de custos produtivos	3.302.983	3.783.507
Variação cambial e hiperinflação	-	(53.989)
Em 31 de dezembro de 2025	2.666.875	2.821.920

Movimentação Ativo Biológico (Não circulante)

	Controladora			Consolidado		
	Animais vivos	Florestas	Total	Animais vivos	Florestas	Total
Em 31 de dezembro de 2024	1.215.393	470.338	1.685.731	1.316.899	470.338	1.787.237
Aumento devido a aquisições	738.808	102.496	841.304	806.515	102.496	909.011
Variação no valor justo decorrente de reprodução e apropriação de custos produtivos	667.043	-	667.043	757.636	-	757.636
Depreciação / Exaustão	(1.285.775)	(70.167)	(1.355.942)	(1.449.620)	(70.167)	(1.519.787)
Ajuste no valor justo das florestas	-	74.685	74.685	-	74.685	74.685
Reclassificação ^(a)	-	1.743	1.743	-	1.743	1.743
Variação cambial e hiperinflação	-	-	-	13.968	-	13.968
Em 31 de dezembro de 2025	1.335.469	579.095	1.914.564	1.445.398	579.095	2.024.493

^(a) Valores reclassificados do ativo de direito de uso para o ativo biológico.

8.1. Tabela de análise de sensibilidade

O valor justo de aves, suínos e florestas é determinado por meio de dados não observáveis, portanto, é classificado na hierarquia de valor justo de Nível 3. Abaixo são apresentadas as principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo e o impacto na mensuração:

Ativo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	O valor justo estimado poderia sofrer alterações se:	
			Aumentar	Reduzir
Florestas	Abordagem de receita	Preços estimados de madeira em pé	Preço da madeira se for superior	Preço da madeira se for inferior
		Produtividade estimada por hectare	Rendimento por hectare se for superior	Rendimento por hectare se for inferior
		Custo de colheita e transporte	Custo da colheita menor	Custo da colheita se for maior
		Taxa de Desconto	Taxa de desconto menor	Taxa de desconto se for maior
Animais vivos	Abordagem de custo	Preços de insumos para ração	Custo da ração se for superior	Custo da ração se for inferior
		Custo com alojamento	Custo com alojamento se for superior	Custo com alojamento se for inferior
		Custos com integrados	Custo com integrado se for superior	Custo com integrado se for inferior

Os preços utilizados na avaliação referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia está alocada e foram obtidos por meio de pesquisas de mercado. A taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado.

O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo biológico (florestas) em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 99,97 por metro estéreo (R\$ 85,12 por metro estéreo em 31 de dezembro de 2024), enquanto a taxa de desconto real utilizada em 31 de dezembro de 2025 foi de 10,4% (9,2% em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil

A Companhia reconhece os ativos biológicos em conformidade com a NBC TG 29/R2 (Resolução CVM 74/22) – Ativo biológico e florestas. Dessa forma, são mensurados pelo valor justo menos as despesas estimadas de venda, exceto quando não for possível se determinar o valor justo de forma razoavelmente confiável, nesse caso, se opta pelo valor de custo menos depreciação e perda esperada por redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura as aves e suínos com base nos respectivos custos de formação, visto que diferença entre estes e o valor justo é irrelevante e, para as florestas, adota-se um modelo de precificação com base em receita projetada, enquadrando-se no nível 3 de hierarquia do valor justo.

Anualmente a Companhia realiza o estudo de avaliação do valor justo das florestas, por meio do método do fluxo de caixa descontado e o ganho ou a perda proveniente da mudança no valor justo do ativo biológico é reconhecido no resultado do exercício em que tiver origem.

Na apuração do valor justo dos animais vivos já estão contempladas todas as perdas inerentes ao processo de criação.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
ICMS e IVA ^(a)	1.692.933	1.900.655	2.466.648	2.473.731
IPI	1.175.833	1.176.162	1.175.892	1.177.941
INSS ^(a)	534.371	422.154	534.371	422.163
Crédito de PIS e COFINS	1.948.649	2.031.212	1.990.127	2.040.746
IRRF/IRPJ e CSLL a recuperar ^(a)	540.613	430.454	667.200	683.051
Outros	112.944	102.546	113.918	102.951
(-) Perda estimada por redução ao valor recuperável	(142.442)	(140.750)	(142.728)	(140.951)
	5.862.901	5.922.433	6.805.428	6.759.632
Ativo circulante	1.433.396	1.393.036	2.352.789	2.214.186
Ativo não circulante	4.429.505	4.529.397	4.452.639	4.545.446

^(a) IVA: Imposto sobre o valor agregado; INSS: Imposto Nacional do Seguro Social; IRRF: Imposto de Renda Retido na Fonte; IRPJ: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

9.1. ICMS e IVA

Em decorrência de sua atividade, a Companhia gera saldos a recuperar de ICMS que são compensados com saldos de ICMS a pagar decorrentes das vendas no mercado interno ou são transferidos para terceiros.

A Companhia possui saldos a recuperar de ICMS nos estados do Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, entre outros, os quais se realizarão a curto e a longo prazos, com base em estudo de recuperabilidade revisado e aprovado pela Administração.

Em 20 de junho e 16 de outubro de 2024, a Companhia firmou um contrato no qual negociou a compra de créditos de ICMS da Marfrig, no estado de São Paulo, no valor de R\$113.000 e R\$350.000 nas respectivas datas, com um deságio aplicado compatível com o mercado. A utilização foi realizada conforme a apuração mensal da Companhia no Estado, com a compensação do montante em R\$ 375.000 até 31 de dezembro de 2025 (R\$178.076 em 31 de dezembro de 2024).

Em diversas outras jurisdições fora do Brasil, incidem IVA em operações regulares da Companhia com bens e serviços, com expectativa de realização a curto e longo prazos. Não há risco de não utilização do crédito de ICMS e IVA para os estabelecimentos onde há saldo de créditos, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

9.2. IPI

A Companhia possui registrados ativos tributários decorrentes de ganhos de causas judiciais relacionadas a IPI, em especial crédito prêmio. O saldo referente a estes ativos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.195.031 (R\$1.185.146 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$1.162.991 (R\$1.162.991 em 31 de dezembro de 2024) registrados na rubrica "Tributos a recuperar" e o restante, referente aos casos em que os precatórios já foram expedidos, registrado na rubrica "Outros valores a receber" classificado no não circulante, no montante de R\$32.040 (R\$22.155 em 31 de dezembro de 2024). A atualização monetária dos saldos é reconhecida na rubrica "Receitas financeiras". Não há risco de não utilização do crédito de IPI para os estabelecimentos onde há saldo de créditos, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

9.3. INSS

O saldo de INSS a recuperar corresponde a diferenças de contribuições previdenciárias sobre salário maternidade, risco de acidente do trabalho, um terço de férias, acordos trabalhistas, auxílio-doença e aviso prévio.

9.4. PIS e COFINS

A Companhia é detentora de créditos de PIS e COFINS não cumulativos, nos termos das Leis nºs. 10.637/02, 10.833/03, 10.865/04, 10.925/04, 11.033/04, 12.058/09 e 12.350/10, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado interno e externo.

A realização desses saldos normalmente ocorre por meio de compensação com saldo a pagar em operações de venda no mercado interno de produtos tributados, com outros tributos federais e com as alterações promovidas pela Lei nº 13.670 em agosto de 2018, que permitiu a compensação de débitos previdenciários com demais créditos do contribuinte. A partir daquela data, a Companhia passou a liquidar seus débitos previdenciários com tais créditos.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo atualizado dos processos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS reconhecidos pela Companhia foi de R\$1.548.724 (R\$1.720.431 em 31 de dezembro de 2024). A atualização monetária dos saldos é reconhecida na rubrica "Receitas financeiras". Não há risco de não utilização do crédito de PIS e COFINS para os estabelecimentos onde há saldo de créditos, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

9.5. IRRF / IRPJ e CSLL a recuperar

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre serviços, aplicações financeiras, saldo negativo de imposto de renda e da contribuição social de anos anteriores e imposto de renda pago no exterior sobre os lucros disponibilizados no Brasil. O imposto de renda pago no exterior é realizável mediante a compensação com o imposto de renda e contribuição social apurada sobre os lucros de exercícios futuros e não há prazo para prescrição.

9.6. Realização dos créditos tributários federais no Brasil

A Companhia utilizou saldos a recuperar de PIS, COFINS e IPI para compensar saldos a pagar de tributos federais como INSS e Imposto de Renda no montante de R\$ 1.535.511 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.433.559 em 31 de dezembro de 2024), preservando sua liquidez e otimizando sua estrutura de capital.

9.7. Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de tributos

As perdas estimadas foram calculadas com base no melhor julgamento da Administração de realização dos saldos dos tributos a recuperar da Companhia, sendo feitas sobre os créditos de ICMS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento nesta rubrica está demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	(140.750)	(140.951)
Adições	(5.962)	(6.152)
Reversões	4.270	4.375
Em 31 de dezembro de 2025	(142.442)	(142.728)

10. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Partes relacionadas ^(a)	1.147.818	79.759	1.114.795	582
Alienação de granjas ^(b)	10.159	38.255	10.159	38.255
Ajuste a valor presente	(1.501)	(5.910)	(1.501)	(5.910)
Alienação de participação societária ^(c)	-	-	756.704	-
Outros títulos a receber	2.593	7.992	2.593	7.992
	1.159.069	120.096	1.882.750	40.919
Ativo circulante	44.931	112.061	768.612	32.884
Ativo não circulante	1.114.138	8.035	1.114.138	8.035

^(a) O valor se refere a transações com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 31 - Partes relacionadas.

^(b) O valor apresentado decorre das vendas das granjas em Guatambu.

^(c) Referente à reestruturação da TBQ, conforme mencionado na nota explicativa 12 – Investimentos.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Imposto de renda	844.189	1.645.584	978.237	1.713.371
Contribuição social	304.199	592.729	344.611	617.641
Tributos diferidos ativos	1.148.388	2.238.313	1.322.848	2.331.012
Imposto de renda	-	-	(64.918)	(1.795)
Contribuição social	-	-	(7.273)	(138)
Tributos diferidos passivos	-	-	(72.191)	(1.933)
Total tributos diferidos	1.148.388	2.238.313	1.250.657	2.329.079

A seguir está apresentada a composição dos tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízos fiscais de IRPJ	2.456.197	2.504.706	2.565.564	2.543.398
Base de cálculo negativa de CSLL	884.231	901.694	913.285	915.623
Diferenças temporárias ativa	1.219.597	1.382.136	1.325.105	1.502.145
Diferenças temporárias passiva	(3.411.637)	(2.550.223)	(3.553.297)	(2.632.087)
Tributos diferidos líquidos	1.148.388	2.238.313	1.250.657	2.329.079

As declarações de imposto de renda no Brasil estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir da data da sua entrega. A Companhia pode estar sujeita a cobrança adicional de tributos, multas e juros em decorrência dessas revisões. Os resultados apurados pelas subsidiárias no exterior estão sujeitos à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

Conforme as estimativas da Companhia e de suas controladas, os lucros tributários futuros permitirão a realização dos tributos diferidos durante o cronograma demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Exercícios		
2026	189.522	197.613
2027	263.275	279.172
2028	259.099	285.553
2029	285.017	312.813
2030	307.310	329.154
2031 a 2035	203.621	2.074.544
	1.507.844	3.478.849

11.2. Conciliação da alíquota efetiva

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei 12.973/2014.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante dos tributos apresentados no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Lucro antes dos efeitos tributários	4.092.531	4.164.405	4.102.358	5.049.873
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal (34%)	(1.391.461)	(1.415.898)	(1.394.802)	(1.716.957)
Ajustes para apuração de alíquota efetiva:				
Tributação de lucro de empresas no exterior	(100.507)	(322.911)	(100.507)	(329.147)
Crédito de imposto pago no exterior	129.623	141.206	129.623	141.206
Efeito de diferenças de alíquotas de empresas no exterior	-	-	(228.914)	62.206
Incentivo fiscal	-	6.916	-	6.916
Equivalência patrimonial	(106.760)	1.080.356	3.633	(4.649)
Variação cambial	-	-	(14.839)	922.204
Juros sobre capital próprio	340.000	389.640	340.000	389.640
Crédito de Subvenção de Investimento	512.632	6.116	512.632	6.116
Provisão de contingência (IRPJ/CSLL)	-	(977.277)	-	(977.277)
Outras adições/exclusões	(147.261)	140.721	(60.995)	141.773
Total	(763.734)	(951.131)	(814.169)	(1.357.969)
Total tributo corrente	66.933	(851.630)	(4.230)	(1.349.789)
Total tributo diferido	(830.667)	(99.501)	(809.939)	(8.180)
	(763.734)	(951.131)	(814.169)	(1.357.969)
Alíquota efetiva ^(a)	19%	23%	20%	27%

(a) A diferença entre a alíquota nominal e alíquota efetiva é substancialmente afetada pelos resultados de equivalência patrimonial, pela tributação de lucros no exterior e as variações cambiais advindas de itens monetários que fazem parte do investimento líquido em entidades no exterior.

Política contábil

Tributos correntes: no Brasil, compreende IRPJ e a CSLL, que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e legislações aplicáveis. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação em bases universais instituída pela Lei nº 12.973/14. A Companhia analisa o resultado de cada subsidiária para a aplicação da referida legislação, de forma a respeitar os tratados assinados pelo Brasil e evitar a dupla tributação.

Tributos diferidos: São reconhecidos quando há créditos e débitos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de tributos diferidos são classificados como não circulantes. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos em um horizonte de 10 anos não é provável, o ativo é desreconhecido.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam promulgadas na data do balanço.

Em cumprimento à interpretação ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas, a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e não identificou impactos a serem registrados.

A Companhia avalia periodicamente as posições assumidas em que há incertezas sobre o tratamento fiscal adotado e constitui provisão quando aplicável.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Participação em sociedades controladas e coligadas	12.779.738	13.917.053	781.945	120.616
Outros investimentos ^(a)	8.666	8.666	8.666	8.667
	12.788.404	13.925.719	790.611	129.283

^(a) Saldo de investimento reconhecido ao custo.



12.1. Investimentos diretos na controladora

As informações e movimentações dos investimentos em controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas a seguir:

	Controladas diretas										Coligadas					Total
	BRF Energia S.A.	BRF Pet S.A.	BRF GmbH	BRF Foods UK Ltd	MBR Investimentos	Sadia Alimentos S.A.U.	Sadia Uruguay S.A.	Hercosul International S.R.L.	Proudfood Ltd.	Sadia Chile SpA	Potengi Holdings S.A.	PlantPlus Foods LLC	PlantPlus Foods Brasil	Arinos Solar II	Cajuina AB3	
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	24%	30%	0,10%	49%	49%	
Total de ativos	199.239	1.539.529	13.467.781	6.219	445.918	2.279	60.256	118.107	6.700	703.565	990.633	9.665	16.379	236.327	127.653	
Total de passivos	185.221	320.165	2.604.050	3.798	114.442	82	12.846	117.699	6.035	703.565	499.171	672	11.379	-	1.951	
Capital social	18.177	1.348.878	6.523	1.294	325.436	338.054	(44.877)	94.080	3	16.169	596.931	1.028.838	28.921	234.364	124.351	
Patrimônio Líquido	14.018	1.219.364	10.863.731	2.421	331.476	2.197	47.410	408	665	-	491.463	8.993	5.000	236.327	125.702	
Resultado líquido	1.039	(104.347)	(228.743)	417	2.278	(2.567)	1.481	(12)	29	25.350	(36.104)	(900)	(1.000)	-	-	
Em 31/12/2024	12.979	1.287.674	12.437.503	1.999	6.259	2.024	46.274	1.006	719	-	120.616	-	-	-	-	13.917.053
Resultado de equivalência patrimonial	1.039	(104.347)	(228.743)	417	2.278	(2.567)	1.481	(12)	29	25.350	(8.665)	(270)	(1)	-	-	(314.011)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(1.063.722)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.063.722)
Aumento de capital	-	25.790	-	-	322.939	-	-	-	-	-	6.000	-	-	-	-	354.729
Aquisição de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.922	17	115.800	61.594	180.333
Outros resultados abrangentes	-	10.247	(281.307)	5	-	2.740	(345)	(586)	(83)	2.019	-	46	(11)	-	-	(267.275)
Reversão de provisão para perda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.369)	-	-	-	-	-	(27.369)
Em 31/12/2025	14.018	1.219.364	10.863.731	2.421	331.476	2.197	47.410	408	665	-	117.951	2.698	5	115.800	61.594	12.779.738

(a) As aquisições de participações societárias na Plant Plus Foods, LLC e Plant Plus Brasil e na Arinos Solar II e na Cajuina AB3 estão descritas nas notas explicativas 12.3.2. e 12.2.1, respectivamente.

12.2. INVESTIMENTOS DIRETOS

Abaixo as descrições das movimentações de investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

12.2.1. PlantPlus Foods, LLC (“PlantPlus”)

Em 07 de novembro de 2024, a Marfrig e a Archer-Daniels-Midland Company (“ADM”), que fornecia os ingredientes e o *know-how* técnico para o desenvolvimento de produtos à base de plantas, concordaram mutuamente em desfazer a parceria realizada, pela qual 30% pertenciam a ADM. A Marfrig manteve a sua participação de 70%.

Com o encerramento da parceria, a participação de 30% detida pela a ADM teve sua *units* transferidas para a Companhia, ao qual ocorreu em 23 de janeiro de 2025, após a aprovação sem ressalvas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Devido a isto, a partir de fevereiro de 2025, o investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

12.2.2. Parceria com a Auren Energia S.A.

Em 18 de julho de 2025, a Companhia e a Auren Energia S.A. (“Auren”) celebraram um Termo de Acordo e um Contrato de Compra e Venda de Ações (“CCVA”), relativo: (i) à compra pela Companhia e venda pela Auren de determinadas ações representativas do capital da Arinos Solar II S.A. (“Arinos”) e da Cajuína AB3 Holding S.A. (“Cajuína AB3”), sociedades do grupo econômico da Auren (“Sociedades”), e (ii) à formalização de contratos de compra de energia elétrica (“PPAs Autoprodução”) entre a Companhia e as sociedades (ou empresas do grupo econômico das sociedades).

Dentre outras condições previstas no CCVA, os PPAs Autoprodução referem-se à comercialização de 80 MW (oitenta *megawatts*) médios de energia elétrica para o período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2040. A conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, o qual ocorreu em 19 de dezembro de 2025, data a partir da qual a Companhia passou a deter 49% do capital social da Arinos e da Cajuína AB3, entidades coligadas.

A compra das ações das sociedades, no valor total de R\$126.000, será paga em 4 parcelas, tendo a primeira, no montante de R\$26.081, sido paga na data da conclusão da transação. As demais parcelas, registradas como “Títulos a Pagar”, serão pagas a cada 6 (seis) meses da data de conclusão da transação e estarão sujeitas à correção pela variação positiva acumulada do IPCA desde 1º de abril de 2025 até a data de pagamento de cada parcela.

12.3. INVESTIMENTOS INDIRETOS

Abaixo as descrições das movimentações dos investimentos indiretos durante o exercício findo em dezembro de 2025:

12.3.1. Aquisição de participação na Addoha Poultry Company

Em 31 de outubro de 2024, a BRF Arabia Holding Company (“BRF Arabia”), controlada indireta detinha 70% pela Companhia e 30% pela Halal Products Development Company (“HPDC”), por sua vez uma subsidiária integral do Public Investment Fund (PIF) da Arábia Saudita, firmou contrato vinculante para adquirir 26% da Addoha Poultry Company (Addoha), sociedade que opera no abate de frangos no Reino da Arábia Saudita.

Em 14 de janeiro de 2025, um acordo de acionistas foi firmado entre a BRF Arabia e os atuais acionistas da Addoha, assegurando participação efetiva na administração da empresa e permitindo que o *know-how* da BRF e da HPDC contribua para maximização das sinergias entre as entidades. Nesta data, a aquisição deu-se por concluída e, do seu valor total de \$316.200 reais sauditas (R\$511.105), R\$188.351 foram registrados como investimento e R\$322.754 foram registrados como ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Sendo a Addoha uma coligada da BRF Arabia, e devido ao fato de haver influência significativa nesta coligada, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

12.3.2. Reestruturação societária: Banvit / TBQ Foods GmbH / BRF GmbH

Em 13 de dezembro de 2021, a Companhia, por intermédio de suas subsidiárias, celebrou um aditivo ao acordo de acionistas com a Qatar Holding LLC ("QIA"), alterando os termos da parceria na TBQ Foods GmbH ("TBQ"). À época, a TBQ era detida 60% pela Companhia e 40% pela QIA, refletindo uma participação de 91,71% na Banvit Bandırma Vitaminli Yem Sanayi Anonim Şirketi ("Banvit"). O aditivo extinguiu a opção de venda (*put option*) detida pela QIA e estabeleceu o direito de a sócia requerer, até o encerramento do exercício de 2024, a reestruturação societária da Banvit.

Em 15 de dezembro de 2024, a QIA exerceu formalmente a opção e o processo foi concluído em 30 de dezembro de 2025, mediante uma transação de troca de ações que resultou na segregação das participações diretas na Banvit, passando a Companhia, através de sua controlada BRF GmbH, a deter 55,02%, e a QIA a deter 36,68% de participação direta na Banvit.

No contexto da transação, o saldo de R\$774.334 (EUR119.707) associado a Títulos a pagar seria compensado com o montante referente a Títulos a receber de R\$756.628 (EUR116.970), resultando em um montante líquido de R\$17.706 (EUR2.737), o qual foi pago pela BRF GmbH à QIA em 26 de janeiro de 2026, compensação que reflete a substância econômica do acordo de liquidação mútua firmado entre as partes.

Após a reestruturação, a TBQ passou a ser uma subsidiária integral da Companhia. Em 20 de janeiro de 2026, a TBQ foi incorporada pela BRF GmbH, visando a simplificação da estrutura societária do Grupo.

12.4. Investimentos em coligadas

São avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados, conforme NBC TG 18/R3 (Resolução CVM 211/24) - Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto. A participação da Companhia em coligadas é descrita a seguir:

- a) A Companhia, por meio de sua coligada Addoha, possui participação de 100% na Al Samina com sede na Arábia Saudita;
- b) A Companhia possui participação de 30% e 0,10% na PlantPlus e na PlantPlus Foods Brasil, respectivamente;
- c) A Companhia possui participação de 24% na Potengi Holdings S.A; e
- d) A Companhia possui participação de 49% na Arinos Solar II S.A. e na Cajuína AB3 Holding S.A.

Política contábil

São classificados neste grupo investimentos: i) Em controladas, que são entidades nas quais a Companhia exerce controle e consolida os resultados e ii) em coligadas, nos quais a Companhia exerce o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente mensurados pelo método da equivalência patrimonial, onde ganhos e perdas são registrados na rubrica de equivalência patrimonial.

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

A Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

As combinações de negócios entre entidades sob controle comum são reconhecidas utilizando o método de aquisição quando os acordos possuem substância e pelo custo quando não for observada substância na transação. Na avaliação da existência de substância são considerados fatores como envolvimento de terceiros na transação, criação de entidades novas e planos futuros para a nova entidade, como eventual venda, mudança de controle, entre outros.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado (ganho por compra vantajosa).

13. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado é apresentada a seguir:

Controladora					
Imobilizado					
Descrição	Terrenos, edificações e instalações	Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Taxas anuais médias de depreciação	3,15%	5,97%	-	14,66%	
Custo de aquisição	8.788.387	9.637.200	614.444	7.186	19.047.217
Depreciação acumulada	(3.514.232)	(5.275.932)	-	(6.605)	(8.796.769)
Saldo líquido em 31/12/2024	5.274.155	4.361.268	614.444	581	10.250.448
Adições	30.454	3.096	1.606.799	(2)	1.640.347
Baixas	(1.972)	(24.065)	(688)	(31)	(26.756)
Transferências	400.379	777.762	(1.178.172)	31	-
Reclassificação ^(a)	-	(258.066)	-	-	(258.066)
Depreciação do exercício	(216.963)	(455.733)	-	(251)	(672.947)
Saldo líquido em 31/12/2025	5.486.053	4.404.262	1.042.383	328	10.933.026
Custo de aquisição	9.206.789	10.062.555	1.042.383	6.980	20.318.707
Depreciação acumulada	(3.720.736)	(5.658.293)	-	(6.652)	(9.385.681)
Saldo líquido no final do exercício	5.486.053	4.404.262	1.042.383	328	10.933.026

^(a) Refere-se à reclassificação líquida de R\$(964) para intangíveis, R\$(261.907) referente a reopção de crédito de PIS e COFINS para tributos a recuperar e R\$4.805 de outros ativos circulantes (referente a ativos mantidos para venda).

	Consolidado				
	Imobilizado				
Descrição	Terrenos, edificações e instalações	Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Taxas anuais médias de depreciação	3,18%	6,11%	-	14,66%	
Custo de aquisição	9.827.132	11.029.174	665.341	23.188	21.544.835
Depreciação acumulada	(3.756.593)	(5.886.612)	-	(22.171)	(9.665.376)
Saldo líquido em 31/12/2024	6.070.539	5.142.562	665.341	1.017	11.879.459
Adição por combinação de negócios	206.392	123.503	18.806	16	348.717
Adições	202.947	66.021	1.991.520	469	2.260.957
Baixas	(3.633)	(26.079)	(757)	(33)	(30.502)
Transferências	446.902	876.956	(1.323.889)	31	-
Reclassificação ^(a)	-	(266.063)	-	-	(266.063)
Variação cambial e hiperinflação	(51.245)	(60.920)	(4.047)	922	(115.290)
Depreciação do exercício	(247.541)	(544.935)	-	(1.583)	(794.059)
Saldo líquido em 31/12/2025	6.624.361	5.311.045	1.346.974	839	13.283.219
Custo de aquisição	10.614.943	11.674.530	1.346.974	23.123	23.659.570
Depreciação acumulada	(3.990.582)	(6.363.485)	-	(22.284)	(10.376.351)
Saldo líquido no final do exercício	6.624.361	5.311.045	1.346.974	839	13.283.219

^(a) Refere-se à reclassificação líquida de R\$(8.783) para intangíveis, R\$(262.085) referente a reopção de crédito de PIS e COFINS para tributos a recuperar e R\$4.805 de outros ativos circulantes (referente a ativos mantidos para venda).

A Companhia não identificou indícios de ativos registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A Companhia possui itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação, bem como itens temporariamente ociosos, conforme apresentados a seguir:

	Controladora	
	31/12/25	
Descrição	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação
Terrenos, edificações e instalações	33.702	344.761
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	67.216	1.130.979
Outras imobilizações	111	79
	101.029	1.475.819

	Consolidado	
	31/12/25	
Descrição	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação
Terrenos, edificações e instalações	33.702	395.704
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	73.477	1.189.252
Outras imobilizações	111	115
	107.290	1.585.071

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 59.023 na Controladora e R\$ 59.621 no Consolidado (R\$ 32.131 na Controladora e R\$ 34.003 no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

A taxa média ponderada utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 10,19% a.a. na Controladora e 10,25% a.a. no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (8,47% a.a. na Controladora e 11,03% a.a. no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

O valor contábil dos bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia de operações de diversas naturezas, são apresentados abaixo:

		Consolidado	
Descrição	Tipo de garantia	31/12/25	31/12/24
Terrenos	Tributário/cível	6.825	18.603
Edificações, instalações e benfeitorias	Tributário	30.831	71.706
Máquinas e equipamentos	Tributário/cível	12.370	33.124
Móveis e utensílios	Tributário	527	752
Florestas	Tributário	737	879
		51.290	125.064

13.1. Aquisição de fábrica de processados na província de Henan na China

Em 20 de novembro de 2024, a BRF GmbH, subsidiária integral da Companhia, firmou contrato vinculante com a Henan Best Foods Co. Ltd., uma subsidiária da OSI Group, empresa norte-americana que atua no processamento de alimentos, para adquirir uma fábrica de processados na província de Henan, China.

Em 30 de abril de 2025, ocorreu o fechamento da operação pelo valor total de US\$ 44.986 (R\$ 254.630) nessa data, pago com o valor registrado como “Caixa restrito” e destinado a essa finalidade, o qual não configurou uma combinação de negócios, visto que compreendeu apenas uma transação envolvendo aquisição de ativos.

Em 23 de junho de 2025, a BRF GmbH efetuou um aumento de capital no montante de \$70.000 yuans chineses (R\$53.816) a fim de subsidiar a expansão dessa nova operação.

A fábrica possui duas linhas para processamento de alimentos, com capacidade de 28 mil toneladas/ano e possibilidade de expansão para duas linhas adicionais. A aquisição sedimenta a presença da Companhia no mercado chinês e consolida sua capacidade de atender a clientes na região.

13.2. Fábrica de Jeddah (Arábia Saudita)

Em 21 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um investimento de cerca de US\$160.000 (R\$919.840) para construção de uma nova fábrica de produtos processados em Jeddah, Arábia Saudita.

O investimento será feito pela BRF Arabia, subsidiária da Companhia em sociedade com a HPDC, a qual, em 17 de junho de 2025, efetuou um aumento de capital de R\$218.940 (\$150.000 reais sauditas) na BRF Arabia Food Industry Ltd. (subsidiária detentora da nova fábrica), dando continuidade, assim, ao processo de expansão no mercado Halal.

A nova fábrica terá capacidade de produção de aproximadamente 40 mil toneladas/ano de produtos processados a base de aves e bovinos. O projeto permitirá à Companhia aumentar sua produção local de 17 mil para até 57 mil toneladas ao ano, capturando a demanda crescente do mercado da região e de contas globais, bem como sedimentando sua parceria estratégica com a Arábia Saudita.

Política contábil

O imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmontagem, deduzido da depreciação acumulada. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação, exceto para itens referentes a ativo de direito de uso (divulgado em nota explicativa específica).

De acordo com a NBC TG 01/R4 (Resolução CVM 90/22) – redução ao valor recuperável de ativos, anualmente é avaliado se o ativo sofreu desvalorização. Somente se houver alguma indicação deve ser estimado o valor recuperável do ativo durante o exercício.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Os ganhos e as perdas em alienações de imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

14. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

14.1. Ativo de direito de uso

A movimentação de ativo de direito de uso é apresentada a seguir:

Controladora				
Direito de uso				
Descrição	Plantas industriais (a)	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Taxas anuais médias de depreciação	13,11%	19,77%	70,53%	
Custo	4.532.464	151.781	140.437	4.824.682
Depreciação acumulada	(1.855.502)	(54.921)	(102.689)	(2.013.112)
Saldo líquido em 31/12/2024	2.676.962	96.860	37.748	2.811.570
Adições	795.965	53.658	105.636	955.259
Baixas	(26.393)	(2.372)	(2.913)	(31.678)
Reclassificação ^(b)	(1.743)	-	-	(1.743)
Depreciação do exercício	(619.816)	(37.985)	(70.957)	(728.758)
Saldo líquido em 31/12/2025	2.824.975	110.161	69.514	3.004.650
Custo	4.872.504	197.990	236.380	5.306.874
Depreciação acumulada	(2.047.529)	(87.829)	(166.866)	(2.302.224)
Saldo líquido no final do exercício	2.824.975	110.161	69.514	3.004.650

^(a) Contempla terrenos, edificações, instalações e benfeitorias.

^(b) Valores reclassificados do ativo de direito de uso para o ativo biológico.

	Consolidado			
	Direito de uso			
Descrição	Plantas industriais (a)	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Taxas anuais médias de depreciação	12,56%	20,07%	60,79%	
Custo	4.927.736	203.958	479.356	5.611.050
Depreciação acumulada	(2.081.401)	(81.885)	(258.994)	(2.422.280)
Saldo líquido em 31/12/2024	2.846.335	122.073	220.362	3.188.770
Adições	919.442	85.784	185.541	1.190.767
Baixas	(27.452)	(2.413)	(4.921)	(34.786)
Transferências	36.512	(47.630)	11.118	-
Reclassificação ^(b)	(1.743)	-	-	(1.743)
Variação cambial e hiperinflação	(12.952)	38	(16.719)	(29.633)
Depreciação do exercício	(698.968)	(40.418)	(191.605)	(930.991)
Saldo líquido em 31/12/2025	3.061.174	117.434	203.776	3.382.384
Custo	5.321.600	212.580	542.587	6.076.767
Depreciação acumulada	(2.260.426)	(95.146)	(338.811)	(2.694.383)
Saldo líquido no final do exercício	3.061.174	117.434	203.776	3.382.384

(a) Contempla terrenos, edificações, instalações e benfeitorias.

(b) Valores reclassificados do ativo de direito de uso para o ativo biológico.

14.2. Passivo de arrendamento

A Companhia mensura seus passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento.

A seguir está apresentada a composição dos passivos de arrendamento:

	Controladora		
Arrendamento	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	31/12/25	31/12/24
Plantas industriais ^(a)	9,46%	3.826.033	3.442.212
Máquinas e equipamentos	14,03%	124.413	108.104
Veículos	9,79%	71.747	43.385
Total		4.022.193	3.593.701
Passivo circulante		913.111	847.407
Passivo não circulante		3.109.082	2.746.294

(a) Contempla terrenos, edificações, instalações e benfeitorias.

	Consolidado		
Arrendamento	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	31/12/25	31/12/24
Plantas industriais ^(a)	9,29%	4.084.755	3.634.541
Máquinas e equipamentos	13,85%	132.339	135.150
Veículos	8,91%	204.718	223.238
Total		4.421.812	3.992.929
Passivo circulante		1.054.504	1.014.813
Passivo não circulante		3.367.308	2.978.116

(a) Contempla terrenos, edificações, instalações e benfeitorias.

Abaixo está apresentada a movimentação dos passivos de arrendamento:

Descrição	31/12/24	Novos contratos	Despesa financeira	Pagamentos	Baixas	Ajuste de conversão de balanço	31/12/25
Controladora	3.593.701	955.259	386.581	(814.373)	(98.975)	-	4.022.193
Consolidado	3.992.929	1.190.767	414.978	(1.033.051)	(97.533)	(46.278)	4.421.812

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
2025	-	847.407	-	1.014.813
2026	913.111	649.185	1.054.503	719.971
2027	713.245	535.845	807.635	587.398
2028	570.334	381.720	627.239	413.702
2029	499.095	327.729	522.163	339.134
2030 em diante	1.326.408	851.815	1.410.272	917.911
	4.022.193	3.593.701	4.421.812	3.992.929

Estão demonstrados abaixo os valores reconhecidos no resultado referentes aos itens isentos de reconhecimento: ativos de baixo valor, arrendamentos de curto prazo e pagamentos variáveis:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2025	Acumulado 2024	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Pagamentos variáveis não incluídos no passivo de arrendamento	10.672	7.162	10.672	39.830
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	8.564	17.806	11.315	38.670
Despesas relativas a ativos de baixo valor	17.887	8.656	17.950	8.815
Total	37.123	33.624	39.937	87.315

14.2.1. Direito potencial de PIS e COFINS

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de alguns arrendamentos de plantas industriais, edificações, máquinas e equipamentos e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS apresentados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação arrendamento	171.697	156.886
PIS/COFINS potencial (9,25%)	15.882	14.512

14.2.2. Efeitos inflacionários

Em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado.

As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, e os índices de inflação são observáveis no mercado. De forma que os fluxos inflacionados possam ser apurados pelos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou o Índice de Preços Amplo ao Consumidor – IPCA (4,26% a.a.) para correção do saldo.

Ativos de direito de uso			Passivo de arrendamento		
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Fluxo real	31/12/2025	31/12/2025	Fluxo real	31/12/2025	31/12/2025
Direito de uso	3.733.408	4.313.375	Passivo de arrendamento	4.408.774	4.836.790
Depreciação	(728.758)	(930.991)	Despesa financeira	(386.581)	(414.978)
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Fluxo inflacionado	31/12/2025	31/12/2025	Fluxo inflacionado	31/12/2025	31/12/2025
Direito de uso	3.892.451	4.488.078	Passivo de arrendamento	4.596.588	5.036.159
Depreciação	(759.803)	(967.496)	Despesa financeira	(403.049)	(432.213)

Política contábil

Os arrendamentos são contabilizados de acordo com a norma NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 (Resolução CVM 95/22), que determina que todos os contratos que contém um arrendamento, exceto quando enquadrado nas isenções, sejam reconhecidos os passivos assumidos pelos arrendatários em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses e para os contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. As opções de prorrogação da vigência, rescisão antecipada dos contratos e de compra são analisadas individualmente considerando o tipo de ativo envolvido bem como sua relevância no processo produtivo da Companhia.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. Adicionalmente, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido ao valor recuperável, quando aplicável, e reajustado pela mensuração subsequente do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente apurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, os quais são registrados em Receitas (despesas) financeiras. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

O passivo é reavaliado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa, (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido, ou (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é reavaliado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso, ou no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Adicionalmente, contratos com prazo indeterminado e sem pagamentos fixos são registrados no resultado conforme incorridos.

15. INTANGÍVEL

A Companhia possui ativo intangível apresentado de acordo com a NBC TG 04/R4 (Resolução CVM 93/22) - ativo intangível.

A Companhia não identificou indícios de ativos que remanescem em seus livros registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A composição e a movimentação do intangível estão apresentadas a seguir:

Controladora								
	Taxa média de amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Aquisição	Baixas	Reclassificação ^(a)	Transferências	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ágio	-	1.783.655	-	-	-	-	-	1.783.655
Software e licenças	38,13%	217.159	-	(6)	964	180.652	(194.941)	203.828
Marcas e patentes	10,00%	1.152.998	-	-	-	-	(24)	1.152.974
Acordos de não concorrência	56,90%	1.802	15.459	-	-	-	(3.671)	13.590
Intangíveis em andamento	-	37.260	184.921	(4.598)	-	(180.652)	-	36.931
Total		3.192.874	200.380	(4.604)	964	-	(198.636)	3.190.978

(a) Valores reclassificados do imobilizado.

Consolidado								
	Taxa média de amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Variação cambial e hiperinflação	Reclassificação ^(a)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ágio	-	3.771.262	201.070	-	-	(146.504)	-	3.825.828
Software e licenças	36,86%	233.864	1.305	21	(744)	1.504	1.090	224.895
Marcas e patentes	8,67%	2.007.502	107.458	-	(8)	(15.964)	-	2.098.717
Relacionamento com clientes	8,10%	620.340	26.272	-	-	(38.255)	-	500.477
Acordos de não concorrência	44,51%	2.551	-	20.502	-	58	-	18.584
Licença para uso de terra	2,66%	-	-	29.089	-	(271)	-	28.321
Intangíveis em andamento	-	37.692	-	192.801	(4.759)	196	7.693	40.035
Total		6.673.211	336.105	242.413	(5.511)	(199.236)	8.783	6.736.857

(a) Valores reclassificados do imobilizado.

Os ágios gerados em aquisições de participações societárias no exterior estão expressos na moeda funcional da unidade de negócio e estão convertidos a taxa de fechamento, conforme previsto na NBC TG 02/R3 (Resolução CVM 91/22) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente (custo de desenvolvimento) pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente. O ágio por rentabilidade futura representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição, e qualquer perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado e não é revertida.

Quando o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração do resultado na data de aquisição.

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a NBC TG 15/R4 (Resolução CVM 71/22) – combinação de negócios. A Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas.

Os valores de marcas adquiridas de terceiros até 31 de dezembro de 2009 foram apurados pelo seu valor pago, enquanto os valores de marcas e relacionamento com clientes adquiridos como parte de combinação de negócios após 30 de setembro de 2008 foram apurados pelo seu valor justo em consonância com a NBC TG 15/R4 (Resolução CVM 71/22) – combinação de negócios, para mais detalhes sobre as combinações de negócios e valores provenientes de cada uma delas, veja as demonstrações financeiras anteriores da Companhia.

Conforme NBC TG 01/R4 (Resolução CVM 90/22) – redução ao valor recuperável de ativos, o teste de recuperabilidade dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente para os intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos.

Determinados intangíveis da Companhia (ágio e marcas) têm vida útil indefinida, conforme avaliação de especialistas.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, as quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos são elaborados abrangendo o período máximo de 5 anos, em linha com o plano estratégico da Companhia e com as projeções de crescimento embasados em séries históricas atualizadas por fatos relevantes. As taxas de desconto dos fluxos de caixa utilizam o método do WACC e são devidamente discutidas e validadas com a Administração da Companhia.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de recuperabilidade é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC), o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. A Companhia adota como UGC para suas avaliações de valor recuperável de um ativo a sua segmentação por unidade de negócio.

Para fins de teste de recuperabilidade o ágio registrado no reconhecimento inicial de uma aquisição é alocado a cada uma das unidades de negócio da entidade onde que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios que o gerou.

As perdas por recuperabilidade são incluídas no resultado e não são revertidas.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Terceiros	12.898.508	12.002.977	14.757.614	13.722.273
Partes relacionadas ^(a)	435.636	421.681	47.740	41.967
(-) Ajuste a valor presente	(220.557)	(185.412)	(230.371)	(194.190)
	13.113.587	12.239.246	14.574.983	13.570.050
Passivo circulante	13.113.587	12.227.480	14.567.758	13.558.284
Passivo não circulante	-	11.766	7.225	11.766

^(a) Os fornecedores - partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa nº 31 - Partes relacionadas.

O saldo de faturas incluídas no Risco Sacado era de R\$ 4.265.431 na Controladora e R\$ 4.503.838 no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.735.503 na Controladora e R\$ 4.942.713 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil

Contas a pagar a fornecedores contemplam obrigações decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia, sobre as quais não incidem juros e são geralmente liquidadas em um prazo de 150 dias.

A Companhia possui parcerias com diversas instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis e, portanto, transferirem o direito do recebimento das faturas junto as instituições financeiras ("Risco Sacado" ou "Programa"). Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição financeira, não havendo qualquer participação da Companhia.

O Programa pode gerar benefícios nas relações comerciais da Companhia e seus fornecedores, como preferência e prioridade de abastecimento em casos de oferta restrita, melhores condições comerciais, entre outros, sem que a essência mercantil da relação seja modificada.

As faturas incluídas no Programa são pagas conforme as mesmas condições de preço e prazo negociadas com seus fornecedores, sem a incidência de qualquer encargo para a Companhia, de forma que não há alterações das condições comerciais após negociação e faturamento dos bens ou serviços.

O prazo médio de pagamento acordado junto aos fornecedores que escolhem participar do Programa é substancialmente semelhante ao prazo médio de pagamento acordado junto aos fornecedores não participantes.

A Companhia mensura e discrimina o ajuste a valor presente para todas as suas operações mercantis efetuadas a prazo, especificando itens financeiros e operacionais.

17. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Os saldos de pessoal, encargos e benefícios a funcionários estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Salários e encargos	919.042	788.209	1.014.199	851.661
Bonificações	396.676	560.016	490.999	705.390
Benefícios a funcionários	293.576	312.159	508.323	562.403
	1.609.294	1.660.384	2.013.521	2.119.454
Passivo circulante	1.382.236	1.412.184	1.602.890	1.652.327
Passivo não circulante	227.058	248.200	410.631	467.127

17.1. Bonificações

O pagamento dos valores de bonificação é associado ao cumprimento de métricas de desempenho da companhia e ao desempenho individual de seus colaboradores, sendo necessário o atingimento do EBITDA estipulado pelos Administradores para que haja o pagamento da bonificação.

17.2. Benefícios a funcionários

17.2.1. Plano de aposentadoria suplementar

A Companhia é patrocinadora dos seguintes planos de previdência complementar, voltados aos seus funcionários e administradores: i) Plano II – Contribuição variável com opção de benefício definido – Fechado para adesões; ii) Plano III – Contribuição definida – Aberto para adesões; e iii) Plano FAF – Benefício definido - Fechado para adesões.

A administração destes planos é executada pela BRF Previdência, entidade fechada de previdência complementar, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, que, por meio de seu Conselho Deliberativo, é responsável por estabelecer os objetivos e políticas previdenciárias, assim como estabelecer diretrizes fundamentais e normas de organização, operação e administração. O Conselho Deliberativo é formado por representantes da patrocinadora e participantes, na proporção de 2/3 e 1/3, respectivamente.

17.2.1.1. Planos de benefício definido

O Plano II é um plano de contribuição variável estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das provisões matemáticas com a opção de transformação do saldo de conta aplicável em renda mensal vitalícia (benefício definido) na data da concessão do benefício. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) sobrevida superior à prevista nas tábuas de mortalidade e (ii) rentabilidade real do patrimônio abaixo da taxa de desconto real. Apesar de fechado para adesões, o Plano II possui participantes ativos e assistidos; contudo, são apresentadas apenas as estatísticas dos participantes assistidos que recebem renda vitalícia, visto que são aqueles que trazem risco atuarial para o plano.

O Plano FAF (Fundação Atílio Francisco Xavier Fontana) tem como finalidade suplementar o benefício pago pelo INSS. O benefício é apurado com base na renda do participante e os montantes variam conforme o tipo de aposentadoria e outros critérios definidos no plano. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) sobrevida superior à prevista nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior à esperada, (iii) crescimento salarial acima do esperado, (iv) rentabilidade real do patrimônio abaixo da taxa de desconto real, (v) alterações das regras da previdência social, e (vi) composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.

As avaliações atuariais dos planos administrados pela BRF Previdência são efetuadas anualmente por especialistas independentes e revisadas pela Administração, de acordo com normas vigentes.

Na hipótese da ocorrência de resultado deficitário nos planos, em valores superiores aos definidos pela legislação, o mesmo deverá ser equacionado pela patrocinadora, participantes e assistidos, na proporção existente entre suas contribuições.

O benefício econômico apresentado como um ativo considera apenas a parte do superávit que é realmente possível de recuperação. A forma de recuperação do superávit, caracterizado como reserva especial dos planos nos termos da legislação, se dá por meio de reduções em contribuições futuras ou reversão dos valores de forma parcelada aos participantes, assistidos e patrocinadora verificando sua proporção contributiva.

17.2.1.2. Planos de contribuição definida

O Plano III é um plano na modalidade de contribuição definida, em que as contribuições são conhecidas e o valor do benefício dependerá diretamente do valor das contribuições efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, do tempo de contribuição e do resultado obtido por meio do investimento das contribuições.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$ 30.441 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 28.903 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o Plano possuía 33.004 participantes (34.354 participantes em 31 de dezembro de 2024).

Caso os participantes dos Planos II e III encerrem o vínculo empregatício com a patrocinadora, o saldo não utilizado de contribuições da patrocinadora no pagamento de benefícios ou institutos formará um fundo de sobra que poderá ser utilizado para compensar as contribuições futuras da patrocinadora.

17.2.1.3. Movimentação de benefício definido e contribuição variável

Os ativos e passivos atuariais, bem como a movimentação das obrigações e direitos relacionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	FAF		Plano II	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Composição dos ativos e passivos atuariais				
Valor presente das obrigações atuariais	3.242.752	3.181.366	20.245	20.547
Valor justo dos ativos	(3.688.568)	(3.734.685)	(20.835)	(21.712)
(Superávit) déficit	(445.816)	(553.319)	(590)	(1.165)
Superávit irrecuperável (efeito do limite do ativo)	445.816	553.319	590	1.165
(Ativo) / passivo atuarial líquido	-	-	-	-
Movimentação no superávit irrecuperável				
Superávit irrecuperável no início do exercício	553.319	298.645	1.165	1.056
Juros sobre o superávit irrecuperável	58.043	28.491	122	99
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	(165.546)	226.183	(697)	10
Superávit irrecuperável do final do exercício	445.816	553.319	590	1.165
Movimentação do valor presente das obrigações				
Valor presente das obrigações no início do exercício	3.181.366	3.348.786	20.548	21.789
Juros sobre obrigações atuariais	320.460	308.002	2.039	1.963
Custo do serviço corrente	16.927	19.226	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(246.082)	(229.382)	(2.147)	(1.937)
Ganhos atuariais - experiência	109.764	35.984	848	377
Perdas atuariais - hipóteses econômicas	(145.161)	(301.250)	(1.043)	(1.645)
Ganhos atuariais - hipóteses demográficas	5.477	-	-	-
Valores das obrigações no final do exercício	3.242.751	3.181.366	20.245	20.547
Movimentação do valor justo dos ativos				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(3.734.685)	(3.647.431)	(21.712)	(22.845)
Receita de juros sobre ativos do plano	(378.503)	(336.492)	(2.160)	(2.062)
Benefícios pagos pelo plano	246.082	229.382	2.147	1.937
Rendimento de ativos (maior) menor que projeção	178.538	19.856	892	1.258
Valor dos ativos no final do exercício	(3.688.568)	(3.734.685)	(20.833)	(21.712)
Movimentação dos resultados abrangentes				
Saldo do início do exercício	19.226	18.153	-	-
Reversão para resultados acumulados	(19.226)	(18.153)	-	-
Perdas (ganhos) atuariais	29.920	265.266	195	1.268
Rendimento de ativos maior (menor) que projeção	(178.538)	(19.856)	(892)	(1.258)
Mudança no superávit irrecuperável	165.546	(226.183)	697	(10)
Valor dos resultados abrangentes no final do exercício	16.928	19.227	-	-
Custo reconhecido no resultado				
Custo dos serviços correntes	(16.927)	(19.226)	-	-
Juros sobre obrigações atuariais	(320.460)	(308.002)	(2.039)	(1.963)
Rendimento esperado do ativo do plano	378.503	336.492	2.160	2.062
Juros sobre superávit irrecuperável	(58.043)	(28.491)	(121)	(99)
Valor do custo reconhecido no resultado	(16.927)	(19.227)	-	-
Estimativa de custos para o exercício seguinte				
Custo de benefício definido	(17.254)	(16.927)	-	-
Valor estimado para o exercício seguinte	(17.254)	(16.927)	-	-

17.2.1.4. Hipóteses atuariais e dados demográficos

As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	Consolidado			
	FAF		Plano II	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Premissas atuariais				
Hipóteses econômicas				
Taxa de desconto	10,96%	10,49%	11,15%	10,44%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	4,30%	4,60%	N/A	N/A
Hipóteses demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000 básico, por sexo	AT-2000 básico, por sexo	AT-2000 básico, por sexo	AT-2000 básico, por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO-58	CSO-58	CSO-58	CSO-58
Dados demográficos				
Nº de participantes ativos	4.679	5.030	-	-
Nº de participantes beneficiários assistidos	8.352	8.171	52	51

17.2.1.5. Composição das carteiras de investimentos dos planos

A composição das carteiras de investimentos dos planos está apresentada a seguir:

	Consolidado							
	FAF				Plano II			
	31/12/25		31/12/24		31/12/25		31/12/24	
Composição de carteira do fundo								
Renda fixa	3.019.463	81,9%	2.919.403	78,2%	19.314	92,7%	19.424	89,5%
Renda variável	155.289	4,2%	361.891	9,7%	813	3,9%	1.874	8,6%
Imóveis	309.102	8,4%	308.858	8,3%	-	0,0%	-	0,0%
Outros	204.716	5,6%	144.533	3,9%	708	3,4%	414	1,9%
	3.688.570	100%	3.734.685	100%	20.835	100%	21.712	100%
% de retorno nominal sobre os ativos	9,98%		9,23%		9,48%		9,03%	

17.2.1.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os valores a seguir representam os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros, bem como a duração média das obrigações dos planos:

	Consolidado	
	FAF	Plano II
2026	273.465	2.206
2027	283.430	2.252
2028	292.412	2.293
2029	304.358	2.330
2030	317.235	2.359
2031 a 2035	1.793.298	11.961
Duração média ponderada - em anos	9,70	7,70

17.2.1.7. Análises de sensibilidade do plano de benefício definido - FAF

Em 31 de dezembro de 2025, a análise de sensibilidade quantitativa em relação às hipóteses significativas do plano de benefício definido - FAF está demonstrada a seguir:

Hipóteses significativas	Premissa utilizada	Variação (+ 1%)		Variação (+ 1%)	
		Taxa	VPO ^(a)	Taxa	VPO ^(a)
Plano de benefícios - FAF					
Taxa de desconto	10,96%	11,96%	3.551.218	9,96%	2.979.694
Crescimento salarial ^(b)	1,06%	2,06%	3.206.208	0,06%	3.160.684

^(a) Valor presente da obrigação.

^(b) Taxa real.

17.2.2. Descrição e características dos benefícios e riscos associados

A Companhia tem como política de recursos humanos oferecer os seguintes benefícios pós-emprego e outros benefícios a funcionários, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos nas demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Plano médico	62.261	60.486	62.261	61.278
Multa do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	60.492	75.771	60.492	75.771
Homenagem por tempo de serviço	103.990	111.071	103.990	111.071
Outros	66.833	64.831	281.580	314.283
	293.576	312.159	508.323	562.403

17.2.2.1. Plano médico

A Companhia oferece o benefício de plano médico com contribuição fixa aos funcionários aposentados de acordo com a Lei nº 9.656/98.

Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade; (ii) rotatividade inferior à esperada; e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

17.2.2.2. Multa do F.G.T.S. por ocasião de desligamento na aposentadoria

Conforme pacificação emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho ("TRT") em 20 de abril de 2007, a aposentadoria não surte efeito no contrato de trabalho estabelecido entre a Companhia e seus funcionários. No entanto, a partir do momento em que o funcionário está aposentado perante o INSS e eventualmente ocorre o seu desligamento da empresa, a Companhia pode firmar, em certos casos, acordo mútuo concedendo o pagamento do benefício que equivale a 20% de multa sobre o saldo do F.G.T.S. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade; (ii) rotatividade inferior à esperada; e (iii) crescimento salarial acima do esperado.

17.2.2.3. Homenagem por tempo de serviço

A Companhia tem como política premiar seus funcionários ativos que atingem 10 anos de serviços prestados e a partir desta data, sucessivamente a cada 5 anos, com uma remuneração adicional. Os principais riscos atuariais são: (i) rotatividade inferior à esperada; (ii) crescimento salarial acima do esperado; e (iii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade.

17.2.2.4. Outros

Gratificação por aposentadoria

Por ocasião da aposentadoria, os funcionários com mais de 8 anos de serviços prestados à Companhia, além das verbas legais, são elegíveis a indenização complementar. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) rotatividade inferior à esperada; (ii) crescimento salarial acima do esperado; e (iii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade.

Seguro de vida

A Companhia oferece o benefício do seguro de vida ao funcionário que no momento do seu desligamento estiver aposentado e que durante o contrato de trabalho era optante pelo seguro, com o período de benefício variando de 2 a 3 anos. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade; (ii) rotatividade inferior à esperada; e (iii) crescimento salarial acima do esperado.

Benefício definido – subsidiárias no exterior

A Companhia possui registrado passivo relacionado a benefício definido para certas subsidiárias localizadas na Turquia, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã e Kuwait, relacionado a pagamentos no evento de desligamento caso certas condições sejam atingidas, as quais variam de acordo com a legislação de cada país. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) rotatividade inferior à esperada; e (ii) crescimento salarial acima do esperado.

17.2.2.5. Movimentação das obrigações atuariais dos benefícios

As movimentações das obrigações atuariais relacionadas a outros benefícios, preparadas com base em laudo atuarial e revisadas pela Administração, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado							
	Plano médico		Multa FGTS		Homenagem por tempo de serviço		Outros ^(a)	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Composição dos passivos atuariais								
Valor presente das obrigações atuariais	69.487	61.278	60.492	75.771	103.990	111.071	295.112	314.283
Passivo líquido reconhecido	69.487	61.278	60.492	75.771	103.990	111.071	295.112	314.283
Movimentação do valor presente das obrigações								
Valor presente no início do exercício	61.278	66.245	75.771	70.535	111.071	125.991	314.283	278.050
Juros sobre obrigação atuarial	6.265	6.268	6.713	5.668	10.882	10.893	29.407	36.487
Custo do serviço corrente	-	19	3.103	3.021	5.423	6.146	27.836	31.573
Custo do serviço passado	7.629	-	-	-	-	(15.040)	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	(2.441)	(3.679)	(4.249)	(5.146)	(21.297)	(20.995)	(32.736)	(24.850)
(Ganhos) perdas atuariais - experiência	189	1.350	(14.638)	5.952	11.631	11.472	26.979	81.695
Perdas atuariais - hipóteses demográficas	-	(811)	(3.840)	-	(10.340)	-	(3.150)	(122)
(Ganhos) perdas atuariais - hipóteses econômicas	(3.254)	(8.114)	(2.368)	(4.258)	(3.380)	(7.397)	(22.780)	(124.617)
(Ganhos) perdas atuariais - variação cambial	-	-	-	-	-	-	(44.418)	36.067
Valor das obrigações no final do exercício	69.666	61.278	60.492	75.772	103.990	111.070	295.421	314.283
Movimentação do valor justo dos ativos								
Benefícios pagos diretamente pela empresa	2.441	3.679	4.249	5.146	21.297	20.995	32.736	24.850
Contribuições da patrocinadora	(2.441)	(3.679)	(4.249)	(5.146)	(21.297)	(20.995)	(32.736)	(24.850)
Valor justo dos ativos no final do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação dos resultados abrangentes								
Saldo no início do exercício	118.007	110.432	(13.859)	(12.165)	-	-	(55.162)	(134.273)
Ganhos (perdas) atuariais	(3.065)	7.575	(20.846)	(1.694)	-	-	(23.722)	43.044
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	(44.418)	36.067
Valor dos resultados abrangentes no final do exercício	114.942	118.007	(34.705)	(13.859)	-	-	(123.302)	(55.162)
Custos reconhecidos no resultado								
Juros sobre obrigações atuariais	(6.265)	(6.268)	(6.713)	(5.668)	(10.882)	(10.893)	(29.407)	(36.487)
Custo do serviço corrente	-	(19)	(3.103)	(3.021)	(5.423)	(6.146)	(27.836)	(31.573)
Custo do serviço passado	(7.629)	-	-	-	-	15.040	-	-
Reconhecimento imediato de perdas	-	-	-	-	2.088	(4.075)	-	-
Valor do custo reconhecido no resultado	(13.894)	(6.287)	(9.816)	(8.689)	(14.217)	(6.074)	(57.243)	(68.060)
Estimativa de custos para o exercício seguinte								
Custo do serviço corrente	-	-	(2.646)	(3.103)	(4.602)	(5.423)	-	(2.257)
Juros sobre obrigações atuariais	(7.349)	(6.265)	(5.682)	(6.713)	(10.670)	(10.882)	(6.253)	(4.989)
Valor estimado para o exercício seguinte	(7.349)	(6.265)	(8.328)	(9.816)	(15.272)	(16.305)	(6.253)	(7.246)

^(a) Considera a somatórios dos benefícios de Gratificação por aposentadoria, Seguro de vida e Benefício definido concedido em certas subsidiárias da Companhia.

17.2.2.6. Hipóteses atuariais e dados demográficos

As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são a seguir resumidas:

	Consolidado							
	Plano médico		Multa F.G.T.S.		Homenagem por tempo de serviço		Outros ^(a)	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Premissas atuariais								
Hipóteses econômicas								
Taxa de desconto	10,79%	10,43%	11,36%	10,61%	11,36%	10,66%	10,84%	10,61%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	11,20%	3,50%
Inflação médica	6,60%	6,60%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	N/A	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	7,09%	3,50%
Crescimento do saldo de FGTS	N/A	N/A	3,50%	3,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Hipóteses demográficas								
Tábua de mortalidade	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 Básico por sexo	-	-
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A	Álvaro Vindas desagravada em 50%	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas desagravada em 50%	Álvaro Vindas desagravada em 30%	-	-
Tábua de rotatividade - histórico BRF	2025	2024	2025	2024	2025	2024	-	-
Dados demográficos								
Nº de participantes ativos	-	-	98.583	93.575	98.583	93.575	105.201	100.259
Nº de participantes beneficiários assistidos	1.091	1.189	-	-	-	-	875	968

^(a) Considera a somatório dos benefícios de Gratificação por aposentadoria, Seguro de vida e Benefício definido concedido em certas subsidiárias da Companhia.

17.2.2.7. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os valores a seguir representam os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, bem como a duração média destas:

Pagamentos	Plano médico	Multa FGTS	Homenagem por tempo de serviço	Outros ^(a)	Total
2026	2.472	20.956	20.122	54.032	97.582
2027	2.938	4.713	16.514	26.859	51.024
2028	3.297	4.724	15.453	27.325	50.799
2029	3.798	6.042	17.220	28.522	55.582
2030	4.299	5.776	17.318	32.448	59.841
2031 a 2035	29.497	40.763	73.410	244.068	387.738
Duração média ponderada - em anos	6,60	5,35	5,49	5,85	

^(a) Considera a somatório dos benefícios de Gratificação por aposentadoria, Seguro de vida e Benefício definido concedido em certas subsidiárias da Companhia.

17.2.2.8. Análise de sensibilidade dos benefícios pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios:

Hipóteses significativas	Premissa utilizada	(+) Variação		(-) Variação	
		Taxa (%)	VPO ^(a)	Taxa (%)	VPO ^(a)
Planos médicos					
Taxa de desconto	10,79%	11,79%	57.569	9,79%	76.002
Inflação médica	6,60%	7,60%	76.055	5,60%	57.424
Homenagem por tempo de serviço					
Taxa de desconto	11,36%	12,36%	100.282	10,36%	108.020
Rotatividade	Histórico	+3%	89.396	-3%	117.832
Multa do FGTS					
Taxa de desconto	11,36%	12,36%	58.049	10,36%	63.209
Crescimento salarial	3,50%	4,50%	61.022	2,50%	59.998
Rotatividade	Histórico	+3%	51.550	-3%	69.540

^(a) Valor presente da obrigação.

Política contábil

A Companhia patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição definida, além de outros benefícios pós-emprego, para os quais, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente, os quais são revisados pela Administração. O custeio dos benefícios definidos é estabelecido individualmente para cada plano, tendo como base o método de crédito unitário projetado.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos e o rendimento sobre os ativos do plano, são reconhecidas no balanço patrimonial em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes no exercício em que incorreram, com exceção da Homenagem por Tempo de Serviço, em que a contrapartida ocorre no resultado do exercício. As mensurações não são reclassificadas no resultado de exercícios subsequentes.

A Companhia reconhece o ativo líquido de benefício definido somente quando o valor justo dos ativos do plano exceder o valor presente da obrigação.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado do exercício nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- Data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviço; e
- Data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

O custo dos serviços e os juros líquidos sobre o valor do passivo ou ativo de benefício definido são reconhecidos nas categorias de despesas relacionadas à função que o beneficiário executa e no resultado financeiro, respectivamente.

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
ICMS a recolher	172.363	142.998	649.035	520.975
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	54.993	192.844	508.413
Parcelamentos especiais	94.937	92.886	96.816	95.132
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	84.203	77.313	109.440	95.285
	351.503	368.190	1.048.135	1.219.805
Passivo circulante	288.874	292.069	983.066	1.141.951
Passivo não circulante	62.629	76.121	65.069	77.854

Em 09 de janeiro de 2025, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS, no montante de R\$ 9.474, que serão liquidados em caixa em sessenta parcelas.

Em 31 de maio de 2025, a Companhia aderiu ao programa de anistia do Estado de Minas Gerais (Decreto 48.997/25), pelo montante de R\$ 101.458, liquidado em junho de 2025.

Em 31 de julho de 2025, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de contribuição previdenciária incidentes sobre pagamentos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), pelo montante de R\$ 22.691, parcelado em 12 meses.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora	
Linha de crédito	Encargos (a.a)	Taxa média ponderada de juros (a. a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	31/12/25	31/12/24
Moeda nacional					
Certificado de recebíveis de agronegócio (CRA)	IPCA + CDI + Pré-Fixado	12,21%	7,56	12.823.897	6.676.194
Linhas de crédito de exportação	CDI	16,56%	1,70	1.118.537	1.113.401
Debêntures	IPCA	10,21%	0,33	289.453	550.542
				14.231.887	8.340.137
Moeda estrangeira					
Bonds	Pré-Fixado	5,34%	14,96	6.963.127	7.842.004
Linhas de crédito de exportação	Pré-Fixado	4,24%	2,74	1.065.038	1.598.101
CRA	Pré-Fixado	6,00%	9,26	26.983	-
Total moeda estrangeira				8.055.148	9.440.105
Total de empréstimos e financiamentos				22.287.035	17.780.242
Passivo circulante				975.810	952.565
Passivo não circulante				21.311.225	16.827.677

				Consolidado	
Linha de crédito	Encargos (a.a)	Taxa média ponderada de juros (a. a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	31/12/25	31/12/24
Moeda nacional					
Capital de giro	Pré-Fixado	15,79%	3,48	225.343	-
CRA	IPCA + CDI + Pré-Fixado	12,21%	7,56	12.823.897	6.676.194
Linhas de crédito de exportação	CDI	16,56%	1,70	1.118.537	1.113.400
Debêntures	IPCA	10,21%	0,33	289.453	550.542
				14.457.230	8.340.136
Moeda estrangeira					
Capital de giro	Pré-Fixado + EIBOR3M	9,97%	1,53	1.502.927	1.200.957
Linhas de crédito de exportação	Pré-Fixado	4,24%	2,74	1.065.038	1.598.102
CRA	Pré-Fixado	6,00%	9,26	26.983	-
Bonds	Pré-Fixado	5,16%	12,38	8.509.824	9.601.353
Total moeda estrangeira				11.104.772	12.400.412
Total de empréstimos e financiamentos				25.562.002	20.740.548
Circulante				3.157.613	1.230.273
Não circulante				22.404.389	19.510.275

Abaixo está apresentada a movimentação de empréstimos e financiamentos:

Descrição	31/12/24	Adição de combinação de negócios	Novos contratos (a)	Custo sobre empréstimos	Pagamentos (b)	Juros (c)	Variação cambial	Ajuste de conversão de balanço	31/12/25
Controladora	17.780.242	-	5.384.227	40.255	(1.878.962)	2.033.113	(1.071.840)	-	22.287.035
Consolidado	20.740.548	258.693	6.942.205	47.697	(3.234.457)	2.254.917	(1.364.192)	(83.409)	25.562.002

(a) Inclui novos contratos de empréstimos.

(b) Inclui as operações de capital de giro.

(c) Inclui valores de juros, correção monetária do principal, cupom e marcação a mercado para as dívidas objeto de proteção em *hedge* de valor justo.

A seguir está apresentado o cronograma de empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
2025	-	952.565	-	1.230.274
2026	975.810	715.186	3.157.614	3.394.155
2027	2.317.551	2.393.321	3.173.982	2.396.949
2028	982.889	912.971	1.035.100	912.971
2029	1.814.077	774.579	1.998.598	774.579
2030 em diante	16.196.708	12.031.620	16.196.708	12.031.620
	22.287.035	17.780.242	25.562.002	20.740.548

19.1. Emissão de CRA

Em 22 de abril de 2025, a Companhia concluiu sua 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 4 séries para colocação privada, no valor total de R\$ 1.250.000. As debêntures foram objeto de Colocação Privada junto à ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Securitizadora), no âmbito de sua 390ª emissão de CRA em até quatro séries, com lastro, para distribuição pública destinada ao público em geral.

Em 04 de agosto de 2025, a Companhia concluiu sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 5 séries, para colocação privada, no valor total de R\$ 2.000.000. As debêntures foram objeto de Colocação Privada junto à ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Securitizadora), no âmbito de sua 403ª emissão de CRA em até cinco séries, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio, para distribuição pública destinada ao público em geral.

Em 19 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 4 séries, para colocação privada, no valor total de R\$ 2.375.000. As debêntures foram objeto de Colocação Privada junto à ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Securitizadora), no âmbito de sua 434ª emissão de CRA em até quatro séries, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio, para distribuição pública destinada a investidores qualificados.

19.2. Amortizações Antecipadas

Em 2025, as amortizações antecipadas totalizaram o montante de R\$20.696 de principal e R\$291 referentes a juros e outros, integralmente relacionados à recompra do Bond 2026 no primeiro trimestre do exercício.

19.3. Cláusulas de *covenants*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía cláusulas de *covenants* financeiros (cláusulas restritivas associadas à manutenção de índices financeiros, tais como, indicadores de resultado, liquidez ou alavancagem) relacionadas aos empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de *covenants* relacionadas a indicadores não financeiros, as quais estavam integralmente atendidas nas datas dos balanços.

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

20. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Investimentos ^(a)	102.242	-	500.717	-
Partes relacionadas ^(b)	4.777.110	6.862.266	637	229
Alimentação de participação societária ^(c)	-	-	774.412	-
	4.879.352	6.862.266	1.275.766	229
Passivo circulante	4.845.021	6.859.731	1.233.748	229
Passivo não circulante	34.331	2.535	42.018	-

^(a) Refere-se a valores devidos aos vendedores (terceiros) pela aquisição de ações/participação nas empresas Cajuína AB3, Arinos Solar II, Gelprime e Mogiana Alimentos S.A.

^(b) Os valores de títulos a pagar - partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa nº 31 - Partes relacionadas.

^(c) Valor associação à reestruturação societária da TBQ, conforme nota explicativa nº 12 – Investimentos.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

21.1. Provisões

A Companhia é parte de diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas trabalhistas, fiscais e cíveis, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais.

Os saldos das provisões estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Trabalhistas e previdenciárias	378.680	428.159	387.758	436.422
Fiscais	1.412.422	1.387.934	1.444.396	1.424.387
Cíveis	373.629	365.136	385.267	371.305
	2.164.731	2.181.229	2.217.421	2.232.114
Passivo circulante	681.294	687.712	700.073	692.650
Passivo não circulante	1.483.437	1.493.517	1.517.348	1.539.464

A seguir está apresentada a movimentação das provisões:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2024	428.159	1.387.934	365.136	2.181.229	436.422	1.424.387	371.305	2.232.114
Adições	287.199	169.170	40.671	497.040	290.904	181.040	42.183	514.127
Reversões	(144.081)	(47.891)	(25.968)	(217.940)	(146.687)	(64.768)	(31.700)	(243.155)
Atualização monetária	70.114	118.294	16.270	204.678	71.346	118.899	26.015	216.260
Pagamentos	(262.711)	(215.085)	(22.480)	(500.276)	(262.711)	(215.082)	(22.480)	(500.273)
Variação cambial	-	-	-	-	(1.516)	(80)	(56)	(1.652)
Em 31 de dezembro de 2025	378.680	1.412.422	373.629	2.164.731	387.758	1.444.396	385.267	2.217.421

21.1.1. Trabalhistas e previdenciárias

A Companhia é ré em reclamações trabalhistas individuais e coletivas. Na opinião da Administração e de seus assessores legais, a provisão constituída é considerada suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia refere-se a temas comumente alegados no segmento, com destaque para questões relacionadas à jornada de trabalho, insalubridade e pausa térmica, entre outros. Na avaliação da Administração, nenhuma das reclamações trabalhistas é individualmente relevante.

21.1.2. Fiscais

As contingências tributárias classificadas como perda provável, envolvem principalmente os seguintes processos:

ICMS

A Companhia discute administrativa e judicialmente glosas de ICMS sobre materiais intermediários, imobilizado, crédito presumido de ICMS, crédito sobre energia elétrica consumida nos centros de distribuição, falta de comprovação de exportação no prazo legal, sucumbência, substituição tributária, multa isolada, majoração de alíquota e outros, no montante de R\$52.705 (R\$73.763 em 31 de dezembro de 2024).

PIS e COFINS

A Companhia discute administrativa e judicialmente o aproveitamento de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados na compensação de tributos federais, cujo montante é de R\$134.755 (R\$128.681 em 31 de dezembro de 2024).

IRPJ/CSLL

A Companhia discute judicialmente a compensação integral de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativa de CSLL, do ano-calendário de 2012, no montante de R\$1.053.141 (R\$977.277 em 31 de dezembro de 2024).

Outras contingências de caráter tributário

A Companhia possui outras provisões para as ações relacionadas ao recolhimento de contribuição previdenciária, INCRA, débitos incluídos no REFIS com depósito que aguardam consolidação e conversão em pagamento, débitos decorrentes de divergência de obrigações acessórias, glosa de crédito presumido de IPI, omissão de receita – estimativa IRPJ, Imposto de Importação, IOF e outros, cujo montante é de R\$203.795 (R\$159.945 em 31 de dezembro de 2024).

21.1.3. Cíveis

As contingências cíveis e outras (de natureza ambiental, administrativa, regulatória, imobiliária, etc.) referem-se principalmente a litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e alegações de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, controvérsias relativas à propriedade intelectual, questões administrativas e regulatórias, ambientais, imobiliárias e relações de consumo, dentre outros temas. Discutem-se principalmente pleitos de indenização por perdas e danos, aplicação de penalidades e cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer.

21.2. Processos trabalhistas e previdenciários, fiscais e cíveis classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis pelos seus Assessores Jurídicos, os quais estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Trabalhistas e previdenciários	339.367	323.808	351.937	331.877
Fiscais	22.118.376	19.732.632	22.274.528	19.881.466
Cíveis	2.103.033	2.010.519	2.455.514	2.175.584
	24.560.776	22.066.959	25.081.979	22.388.927

21.2.1. Trabalhistas e previdenciários

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como: justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, acidentes de trabalho, horas “*in itinere*”, risco ergonômico entre outros.

21.2.2. Fiscais

Os processos de natureza tributária com perdas possíveis totalizam R\$ 22.274.528 em 31 de dezembro de 2025 (R\$19.881.466 em 31 de dezembro de 2024). Apresentam-se abaixo as contingências mais relevantes referentes às seguintes matérias:

PIS e COFINS

A Companhia discute supostas diferenças cobradas decorrentes de: vendas de carnes temperadas, massas e tortas; créditos presumidos de ICMS; ajustes extemporâneos de redução da base de cálculo relativos à subvenção de ICMS e adicional de ICMS; glosas de créditos extemporâneos sobre marketing, rebates, representação comercial, benefícios a empregados, vale-alimentação, assistência médica, vale-transporte, vacinas, medicamentos, ativo imobilizado, maravalha, combustíveis e lubrificantes, desinfetantes e produtos de limpeza; e glosas de créditos ordinários sobre frete na transferência de produto acabado, *cross docking*, despesas portuárias, materiais de manutenção, insumos isentos, insumos com suspensão, créditos presumidos de atividades agroindustriais e glosas sobre outros bens e serviços em face da restrição pela Receita Federal do Brasil (RFB) do conceito de insumos, totalizando R\$14.805.458 (R\$12.863.634 em 31 de dezembro de 2024).

ICMS

A Companhia discute processos que totalizam R\$4.474.769 (R\$4.440.884 em 31 de dezembro de 2024) para os seguintes temas relacionados a este tributo: i) glosa pelos Estados de destino da mercadoria, do crédito de ICMS proveniente de incentivos fiscais concedidos pelos Estados de origem de forma unilateral, sem aprovação de convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária ("CONFAZ"), a denominada "guerra fiscal"; ii) a não comprovação da exportação; iii) autos de infração do Estado do Rio de Janeiro referentes ao período de 2014 a 2018, em face de suposto descumprimento de Termo de Acordo ("TARE") que dispunha sobre benefício fiscal; iv) Ação Civil Pública no Estado do Rio de Janeiro em face de utilização de benefício fiscal; e v) outros processos, destacando-se débitos relativos a: a) supostas diferenças de substituição tributária; b) glosa de crédito presumido de ICMS proveniente de benefício fiscal previsto no PRODEPE por suposto descumprimento de obrigação acessórias; c) glosa de crédito presumido sobre transferências por entender o Fisco que o benefício do PRODEIC aplica-se apenas a operações de venda; d) glosa de crédito de ICMS sobre entradas por transferência de mercadorias destinadas à comercialização sob alegação de que a base de cálculo praticada teria sido superior ao custo de produção definido na lei complementar 87/96 (art. 13, § 4º); e) glosa de crédito de ICMS sobre materiais intermediários que o Fisco classificou como de uso e consumo; f) glosa de crédito presumido de ICMS supostamente acima do limite previsto na legislação de Santa Catarina, entre outros.

IRPJ e CSLL

A Companhia discute administrativa e judicialmente diversos processos de restituição e compensação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, inclusive em decorrência do reconhecimento de decisão judicial relativa ao Plano Verão. As contingências relativas a tais tributos totalizam R\$ 404.915 (R\$ 390.435 em 31 de dezembro de 2024).

Lucros auferidos no exterior

A Companhia foi autuada pela RFB por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL em relação aos lucros auferidos por suas subsidiárias estabelecidas no exterior, no valor total de R\$ 1.052.387 (R\$ 974.964 em 31 de dezembro de 2024). As defesas estão suportadas no fato de que as subsidiárias no exterior estão sujeitas exclusivamente à tributação integral nos países em que estão sediadas em decorrência de tratados para evitar a dupla tributação.

IPI

A Companhia discute administrativa e judicialmente a não homologação de compensações de créditos presumidos de IPI decorrentes de aquisições de produtos não tributados e de materiais intermediários.

Contribuições previdenciárias

A Companhia discute supostas diferenças a título de contribuições previdenciárias sobre a remuneração em folha de pagamento, participação de empregados no lucro, adicional de GILRAT para financiamento de aposentadoria especial, SAT/RAT, bem como outras verbas de diversas naturezas.

Outras contingências

A Companhia discute casos relacionados à multa isolada por suposto descumprimento de obrigações acessórias, multa aduaneira na importação, suposta falta de comprovação *drawback*, glosa de crédito de reintegra e supostas diferenças de IPTU, taxas e ISS.

21.2.3. Cíveis

As contingências de natureza cível e outras (de natureza ambiental, administrativa, regulatória, imobiliária, etc.) são em sua maioria litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e alegações de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, controvérsias relativas à propriedade intelectual, questões administrativas e regulatórias, ambientais, imobiliárias, relações de consumo, dentre outros temas. Discutem-se principalmente pleitos de indenização por perdas e danos, aplicação de penalidades e obrigações de fazer ou de não-fazer.

21.3. Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, o total de fianças bancárias contratadas corresponde a R\$ 151.377 (R\$ 195.798 em 31 de dezembro de 2024) e foram oferecidas principalmente em garantias de processos judiciais onde se discute a utilização de créditos tributários. Essas fianças possuem um custo médio de 1,13% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (1,63% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem: i) uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado; ii) é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e iii) uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ademais as provisões são corrigidas monetariamente em Receitas (despesas) financeiras, exceto em situações em que as características e riscos são similares, onde os valores complementares de juros e encargos acompanham a classificação do valor principal de forma agregada.

Nos casos em que há grande número de processos de mesma natureza, cujos valores não são individualmente relevantes, a Companhia utiliza também estudos estatísticos para determinar a probabilidade e o valor das perdas.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. A mensuração inicial é feita pelo valor justo e as mensurações subsequentes pelo maior valor entre: o valor justo na data de aquisição e o valor pelo qual a provisão seria reconhecida.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição do patrimônio líquido está apresentada da seguinte forma:

	N. E.	31/12/25	31/12/24
Capital social	22.1.	13.349.156	13.349.156
Reserva de capital e ações em tesouraria	22.2.	686.717	1.276.099
Reservas de lucros	22.3.	966.844	2.079.253
Outros resultados abrangentes	22.6.	(1.401.497)	(1.618.857)
		13.601.220	15.085.651

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$13.653.418 dividido em 1.592.192.459 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O valor realizado do capital social no balanço está líquido dos gastos com as ofertas públicas de ações no montante de R\$304.262, que compreende o período de 2009 a 2025.

22.2. Reserva de capital e ações em tesouraria

O saldo da reserva de capital e ações em tesouraria era composto conforme descrito abaixo:

Reserva de capital e ações em tesouraria	Saldo em 31 de dezembro de 2024	(Aquisição) / alienação	Cancelamento de ações	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Reserva de capital				
Transações de capital	2.763.364	-	(1.912.965)	850.399
Aquisição de ações em controladas	(273.480)	-	-	(273.480)
Pagamento baseado em ações BRF	131.872	(22.074)	-	109.798
	2.621.756	(22.074)	(1.912.965)	686.717
Ações em tesouraria				
Ações em tesouraria	(1.345.657)	(567.308)	1.912.965	-
	(1.345.657)	(567.308)	1.912.965	-
	1.276.099	(589.382)	-	686.717

Reserva de capital

A reserva de capital reflete as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionadas à formação ou ao incremento do capital social, as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em obtenção ou perda de controle, bem como ganhos e/ou ágio em transações de capital.

Programa de recompra de ações

Em 26 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, no âmbito do programa de aquisição de ações de sua própria emissão, um acréscimo de até 15.000.000 de ações ordinárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recomprou 21.044.000 ações, totalizando R\$ 416.741, referentes ao Programa II, iniciado em 7 de maio de 2024.

Incorporação de ações

No contexto da operação societária de incorporação de ações pela Marfrig, acionistas titulares de 9.981.683 ações de emissão da Companhia exerceram o Direito de Retirada, no montante de R\$2.374.067.

Em 18 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento integral das ações mantidas em tesouraria, bem como daquelas pertencentes aos acionistas dissidentes, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Em virtude do processo de Incorporação de Ações mencionado na nota explicativa nº 1, todas as ações da Companhia anteriormente em circulação passaram a ser de titularidade da Marfrig. Em 18 de setembro de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria e em posse dos acionistas dissidentes.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em circulação e em tesouraria no exercício:

Saldo em tesouraria	Quantidade de ações
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.629.171
(+) Aquisição - programa de recompra	21.044.000
(-) Entrega de ações (direito de retirada)	(2.374.067)
(-) Cancelamento de ações em tesouraria	(80.299.104)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

22.3. Reserva de lucros

Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva legal era R\$327.103 (R\$160.664 em 31 de dezembro de 2024). A reserva legal é constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação societária vigente.

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia é beneficiária de incentivos de ICMS concedidos por governos estaduais, no âmbito de programas de desenvolvimento regional, incluindo o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC), o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE) e o Programa de Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás (ProGoiás).

Adicionalmente, a Companhia usufrui de incentivos concedidos pelos Estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Esses incentivos estão associados à realização de investimentos em unidades produtivas, à manutenção e geração de empregos e ao estímulo ao desenvolvimento social e econômico das regiões onde a Companhia atua, estando sujeitos ao cumprimento de condições e contrapartidas previstas nos respectivos atos concessórios.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de reserva de incentivo fiscal era de R\$639.741, mantendo-se o mesmo em relação a 31 de dezembro de 2024.

22.4. Reserva de retenção de lucros

Remuneração dos acionistas

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	3.328.797
(-) Reserva legal - 5%	(166.439)
(+) Ganho atuarial	12.687
Lucro líquido após reserva legal e ganho atuarial	3.175.045
Dividendos obrigatório - 25%	793.761
Dividendos adicionais	1.381.284
JCP	1.000.000
Dividendo e JCP	3.175.045
IRRF s/ JCP	(147.950)
Dividendo e JCP líquido	3.027.095

Em 02 de fevereiro de 2026, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais, no montante de R\$532.428, que está registrado na rubrica “Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) a pagar”, o qual foi liquidado em 4 de fevereiro de 2026. Os dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados pela Administração no exercício 2025 foram liquidados em 29 de setembro e 19 de dezembro de 2025, totalizando o montante de R\$3.175.045.

A Companhia aprovou a distribuição de dividendo utilizando a Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$1.278.848 no exercício 2025.

Política contábil

A distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos é apurada com base na legislação societária e no Estatuto Social e na Política de Destinação de Resultados da Companhia.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

22.5. Outros resultados abrangentes

A movimentação do saldo de Outros Resultados Abrangentes está demonstrada abaixo:

Outros resultados abrangentes	Em 31 de dezembro de 2024	Efeito cambial	(Realização)/ Constituição	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Variação cambial sobre os investimentos líquidos e conversão de balanços	(15.047)	(67.399)	-	(82.446)
Variação cambial sobre ágio	(702.926)	(174.800)	-	(877.726)
Resultado em <i>hedge</i> de investimento líquido	(547.073)	-	136.241	(410.832)
Resultado em <i>hedge</i> de juros líquido	(246.961)	-	307.479	60.518
Resultado atuariais de planos de pensão e benefícios pós emprego	(60.320)	-	(7.890)	(68.210)
Resultado na realização de aplicações ao VJORA	(46.530)	-	23.729	(22.801)
	(1.618.857)	(242.199)	459.559	(1.401.497)

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita mercado interno				
Terceiros	42.469.121	39.060.151	43.720.166	38.429.579
Partes relacionadas ^(a)	279.074	190.876	94.557	73.831
	42.748.195	39.251.027	43.814.723	38.503.410
Receita mercado externo				
Terceiros	15.133.272	9.213.402	30.556.836	31.490.685
Partes relacionadas ^(a)	6.459.749	11.000.624	303.544	170.984
	21.593.021	20.214.026	30.860.380	31.661.669
Receita operacional bruta	64.341.216	59.465.053	74.675.103	70.165.079
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre vendas	(5.495.694)	(4.989.555)	(5.707.529)	(5.291.167)
Devoluções e abatimentos	(2.992.398)	(1.969.226)	(3.918.843)	(3.494.874)
	(8.488.092)	(6.958.781)	(9.626.372)	(8.786.041)
Receita líquida de vendas	55.853.124	52.506.272	65.048.731	61.379.038

^(a) Os saldos com partes relacionadas estão detalhados conforme nota explicativa nº 31 - Partes relacionadas.

Nenhum cliente, individualmente ou de forma agregada (grupo econômico), foi responsável por mais de 5% das receitas líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Política contábil

As receitas de vendas advêm da comercialização e distribuição de carnes *in-natura*, produtos processados, massas, margarinas, pet food e outros, e são reconhecidas e mensuradas observando as seguintes etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, formalizados por meio de ordens de vendas; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita mediante a satisfação da obrigação de desempenho.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela comercialização de produtos, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As vendas da Companhia são originadas por ordens de vendas. Os descontos e rebates podem tanto ser negociados pontualmente quanto ter suas condições definidas nos contratos, em geral, firmados com grandes redes de varejo e atacado. Em todos os casos, a obrigação de performance é satisfeita quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente, o qual irá depender do tipo de frete contratado pelo cliente.

A Companhia possui vendas com pagamento à vista e a prazo. Os pagamentos a prazo possuem ajuste a valor presente para reconhecimento do componente financeiro.

A receita é apresentada líquida dos tributos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas entre as empresas do grupo.

24. CUSTO E DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Custos dos produtos e mercadorias vendidas				
Custos dos estoques	(32.863.900)	(30.279.671)	(38.771.418)	(36.375.236)
Depreciação e amortização	(2.616.559)	(2.524.006)	(2.910.069)	(2.919.014)
Salários e benefícios a empregados	(5.848.792)	(5.322.081)	(6.961.449)	(6.248.972)
	(41.329.251)	(38.125.758)	(48.642.936)	(45.543.222)
Despesas comerciais				
Depreciação e amortização	(308.618)	(310.415)	(587.637)	(536.086)
Salários e benefícios a empregados	(1.708.766)	(1.492.886)	(2.261.422)	(2.000.136)
Frete	(3.310.837)	(3.188.709)	(3.219.613)	(3.114.529)
Despesas com exportação	(664.771)	(589.961)	(757.296)	(660.934)
Marketing	(877.615)	(761.953)	(1.108.990)	(963.537)
Outros	(569.901)	(525.793)	(797.569)	(836.257)
	(7.440.508)	(6.869.717)	(8.732.527)	(8.111.479)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(31.106)	(28.622)	(66.039)	(69.613)
Salários e benefícios a empregados	(392.361)	(445.224)	(631.932)	(661.128)
Serviços com terceiros	(85.936)	(71.829)	(125.166)	(106.081)
Outros	(33.054)	(3.560)	(182.157)	(116.237)
	(542.457)	(549.235)	(1.005.294)	(953.059)

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	981.713	733.240	1.404.444	1.130.647
Juros provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(2.289.312)	(2.207.792)	(2.670.907)	(2.464.225)
Correções monetárias, despesas bancárias, amortizações custos sobre dívida e outros	(1.870.037)	(1.630.615)	(1.278.469)	(687.030)
Variação cambial ativa e passiva	1.085.075	(2.785.679)	1.534	230.095
Total	(2.092.561)	(5.890.846)	(2.543.398)	(1.790.513)
Receitas financeiras				
Terceiros	1.484.057	735.946	2.160.231	1.225.792
Partes relacionadas ^(a)	20.822	8.227	20.822	-
Variações monetárias e cambiais	3.548.714	2.310.955	4.333.736	6.081.729
	5.053.593	3.055.128	6.514.789	7.307.521
Despesas financeiras				
Terceiros	(4.416.963)	(3.319.696)	(4.725.985)	(3.645.839)
Partes relacionadas ^(a)	(265.552)	(503.126)	-	-
Variações monetárias e cambiais	(2.463.639)	(5.123.152)	(4.332.202)	(5.452.195)
	(7.146.154)	(8.945.974)	(9.058.187)	(9.098.034)
Total	(2.092.561)	(5.890.846)	(2.543.398)	(1.790.513)

^(a) Os saldos de resultado financeiro com partes relacionadas estão detalhados conforme nota explicativa nº 31 - Partes relacionadas.

Política contábil

A receita financeira está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como as receitas de juros obtidas por meio do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor de ativos financeiros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e as variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

26. RESULTADO POR AÇÃO

A seguir demonstramos a reconciliação do cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	31/12/25	31/12/24
Resultado atribuível aos acionistas	3.328.797	3.213.274
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	3.328.797	3.213.274
Ações ordinárias	1.592.192.459	1.682.473.246
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em unidades) - básico	-	1.653.093.656
Número de ações potenciais	-	2.407.480
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em unidades) - diluído	1.592.192.459	1.655.501.136
Resultado básico (em R\$)	2,0907	1,9438
Resultado diluído (em R\$)	2,0907	1,9410

Política contábil

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. Esse cálculo segue as diretrizes da NBC TG 41/R2 (Resolução CVM 113/22) sobre o resultado por ação, excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas caso todas as ações ordinárias potenciais diluídas (como *stock option*) fossem convertidas em ações ordinárias.

Quando não houver ações ordinárias potenciais diluídas (como *stock option*), o número de ações consideradas no cálculo do resultado básico e diluído permanecem o mesmo.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

27.1. Contexto geral

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado, os quais são gerenciados ativamente em conformidade à Política de Gestão de Riscos Financeiros (“Política de Risco”) e documentos estratégicos e diretrizes a ela subordinadas. A Política de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração e está disponível no site da Companhia.

A estratégia de gestão de riscos da Companhia, guiada pela Política de Riscos, tem como objetivos principais:

- a) Proteger os resultados operacional e financeiro da Companhia, assim como seu patrimônio líquido de variações adversas nos preços de mercado, em especial câmbio, commodities e juros;
- b) Proteger a Companhia contra o risco de contrapartes das operações financeiras contratadas bem como estabelecer diretrizes para a sustentação da liquidez necessária para que a Companhia honre seus compromissos financeiros; e
- c) Proteger o caixa da Companhia contra volatilidade de preços, condições adversas nos mercados em que atua e condições adversas na sua cadeia produtiva.

A Política de Risco define a governança dos órgãos responsáveis pela execução, aprovação e monitoramento da estratégia de gestão de riscos, assim como os limites e instrumentos que podem ser utilizados.

Adicionalmente, a Administração aprovou as seguintes políticas, que estão disponíveis no site da Companhia:

- a) Política Financeira, que tem por objetivo: (i) estabelecer as diretrizes para a gestão da dívida financeira e estrutura de capital da Companhia; e (ii) orientar a tomada de decisão da Companhia em relação à gestão do caixa (aplicações financeiras); e
- b) Política de Destinação de Resultados que tem por objetivo definir as práticas adotadas pela Companhia relativas à destinação de seus resultados, prevendo, dentre outros, a periodicidade de pagamento de dividendos e o parâmetro utilizado para a definição do respectivo montante.

Dentre as diretrizes estabelecidas pela Companhia destacamos o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, a mensuração dos mesmos e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Companhia será representada exclusivamente por seus Diretores e Procuradores, conforme limites estabelecidos em seu Estatuto Social, e a aprovação do Conselho de Administração será requerida para atos e operações com valores superiores a esse limite.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção máxima a moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	NE	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Ativo					
Designados como <i>hedge accounting</i>					
Risco cambial de resultado	27.6.3.	107.594	35.484	107.594	35.484
Risco de preço de <i>commodities</i>	27.6.2.	4.708	20.727	4.708	20.727
Risco de taxa de juros	27.6.1.	561.483	251.795	561.483	251.795
Não designados como <i>hedge accounting</i>					
Risco cambial de balanço	27.6.3.	26.920	6.597	26.920	6.597
		700.705	314.603	700.705	314.603
Ativo circulante		175.229	63.033	175.229	63.033
Ativo não circulante		525.476	251.570	525.476	251.570
Passivo					
Designados como <i>hedge accounting</i>					
Risco cambial de resultado	27.6.3.	(26.489)	(360.557)	(26.489)	(360.557)
Risco de preço de <i>commodities</i>	27.6.2.	(3.817)	(22.102)	(3.817)	(22.102)
Risco de taxa de juros	27.6.1.	(199.590)	(236.523)	(199.590)	(236.523)
Não designados como <i>hedge accounting</i>					
Risco cambial de balanço	27.6.3.	(18.590)	-	(25.185)	-
Risco de taxa de juros	27.6.1.	-	-	(271)	-
		(248.486)	(619.182)	(255.352)	(619.182)
Passivo circulante		(53.822)	(382.976)	(60.688)	(382.976)
Passivo não circulante		(194.664)	(236.206)	(194.664)	(236.206)
Posição líquida de derivativos		452.219	(304.579)	445.353	(304.579)

27.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias a seguir:

	Controladora			
	31/12/25			
	Custo amortizado	VJORA ^(a) - instrumentos patrimoniais	Valor justo pelo resultado	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	588.782	-	7.600.728	8.189.510
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	-	916.116	57.455	973.571
Caixa restrito	36.852	-	-	36.852
Contas a receber de clientes	4.977.143	-	215.980	5.193.123
Títulos a receber	11.251	-	-	11.251
Títulos a receber - partes relacionadas ^(b)	1.114.138	-	-	1.114.138
Derivativos não designados	-	-	26.920	26.920
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	673.785	673.785
	6.728.166	916.116	8.574.868	16.219.150
Passivos financeiros				
Fornecedores	13.113.587	-	-	13.113.587
Empréstimos e financiamentos ^(c)	11.845.947	-	10.441.088	22.287.035
Derivativos não designados	-	-	25.456	25.456
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	229.896	229.896
	24.959.534	-	10.696.440	35.655.974

	Consolidado			
	31/12/25			
	Custo amortizado	VJORA ^(a) - instrumentos patrimoniais	Valor justo pelo resultado	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.613.825	-	12.833.872	14.447.697
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	180.779	929.872	94.447	1.205.098
Caixa restrito	70.628	-	-	70.628
Contas a receber de clientes	4.047.854	-	215.980	4.263.834
Títulos a receber	767.955	-	-	767.955
Títulos a receber - partes relacionadas ^(b)	1.114.795	-	-	1.114.795
Derivativos não designados	-	-	26.920	26.920
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	673.785	673.785
	7.795.836	929.872	13.845.004	22.570.712
Passivos financeiros				
Fornecedores	14.574.983	-	-	14.574.983
Empréstimos e financiamentos ^(c)	15.120.914	-	10.441.088	25.562.002
Derivativos não designados	-	-	25.456	25.456
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	229.896	229.896
	29.695.897	-	10.696.440	40.392.337

^(a) Todos os derivativos estão classificados como valor justo por meio do resultado. No entanto, aqueles designados como instrumentos de *hedge accounting* têm seus efeitos também no Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido ou em Estoques.

^(b) Os saldos com partes relacionadas estão detalhados conforme nota explicativa nº 31 - Partes relacionadas.

^(c) A parte dos empréstimos e financiamentos que é objeto de *hedge* de valor justo está classificada como Valor justo pelo resultado. O restante do saldo de empréstimos e financiamentos está classificado como Custo amortizado, sendo que aqueles designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou de investimento líquido têm seus efeitos também no Patrimônio Líquido.

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentadas ao fim desta nota explicativa.

27.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com os níveis hierárquicos que refletem as premissas utilizadas em sua mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão alocados os investimentos em ações, contas remuneradas, *overnights*, depósitos a prazo, Letras Financeiras do Tesouro e fundos de investimento;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais as premissas são observáveis. Nesta categoria estão alocados os Certificados de Depósitos Bancários e os derivativos, os quais são valorizados por modelos de precificação amplamente aceitos no mercado (fluxo de caixa descontado e Black & Scholes). Os inputs observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e

Nível 3: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alteração entre os níveis de hierarquia.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por hierarquia de mensuração.

	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante e não-circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.805	7.592.923	7.805	12.826.067
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	916.116	57.455	929.872	94.447
Contas a receber de clientes	-	215.980	-	215.980
Derivativos não designados	-	26.920	-	26.920
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>	-	673.785	-	673.785
Passivo circulante e não-circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	(10.441.088)	-	(10.441.088)
Derivativos não designados	-	(25.456)	-	(25.456)
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>	-	(229.896)	-	(229.896)
Total	923.921	(2.129.377)	937.677	3.140.759

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia.

O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil. Com exceção dos casos apresentados abaixo, e somente para fins de divulgação, os *bonds* estão demonstrados com base em preços observáveis em mercados ativos.

Moeda		Vencimento	31/12/25		31/12/24	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
BRF S.A.						
BRF SA BRFSBZ 4 7/8	USD	2030	3.294.841	3.136.744	3.706.212	3.351.896
BRF SA BRFSBZ 5 3/4	USD	2050	3.668.286	3.098.558	4.135.792	3.262.625
Controladora			6.963.127	6.235.302	7.842.004	6.614.521
BRF GmbH						
BRF SA BRFSBZ 4.35	USD	2026	1.546.697	1.522.375	1.759.349	1.712.346
Consolidado			8.509.824	7.757.677	9.601.353	8.326.867

27.4. Administração do risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito relacionado aos ativos financeiros que detém: valores a receber de clientes, títulos e outras contas a receber, títulos e valores mobiliários, contratos de derivativos e caixa e equivalentes de caixa. A exposição da Companhia ao risco de crédito pode ser avaliada nas notas explicativas 4, 5 e 6.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia são as contas a receber de clientes apresentados na nota explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes. O valor do risco efetivo de eventuais perdas se encontra apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa e contratos derivativos em geral está direcionado às contrapartes com notas de crédito consideradas como Grau de Investimento. A manutenção de ativos com risco de contrapartes é monitorada constantemente, conforme classificação de *rating* e concentração do portfólio da Companhia, em linha com os requisitos aplicáveis de redução ao valor recuperável.

A seguir estão os valores de ativo financeiro (circulante e não circulante) sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	8.189.510	3.989.024	14.447.697	11.165.364
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	973.571	912.510	1.205.098	1.217.891
Contas a receber de clientes	5.193.123	7.877.585	4.263.834	6.120.253
Instrumentos financeiros derivativos	700.705	314.603	700.705	314.603
Outros valores a receber	322.820	456.918	414.663	547.062
	15.379.729	13.550.640	21.031.997	19.365.173

27.5. Administração do risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia encontrará dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

O principal indicador para monitoramento é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre as disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários de curto prazo) e o endividamento (curto prazo).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Disponibilidades	9.145.672	4.883.084	15.448.910	12.059.444
Empréstimos e financiamentos	975.810	952.565	3.157.613	1.230.273
Indicador de liquidez modificado	9,37	5,13	4,89	9,80

Compromissos financeiros

As tabelas abaixo resumem as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia:

	Controladora						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	2027	2028	2029	2030 2031 em diante
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	22.287.035	37.501.334	2.110.438	3.759.799	2.219.304	3.640.576	7.083.654 18.687.563
Fornecedores	13.113.587	13.334.144	13.334.144	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.022.193	3.596.430	905.454	611.770	465.660	427.182	1.186.364 -
Passivos financeiros derivativos							
Designados como hedge accounting para a proteção de:							
Risco de taxas de juros	199.590	199.590	-	-	-	-	- 199.590
Risco cambial	26.489	26.489	26.489	-	-	-	- -
Risco de preço de commodities	3.817	3.817	3.817	-	-	-	- -
Não designados como hedge accounting para a proteção de:							
Risco cambial de balanço	18.590	18.590	18.590	-	-	-	- -

	Consolidado							
	31/12/25							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	2027	2028	2029	2030	2031 em diante
Passivos financeiros não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	25.562.002	40.698.284	4.360.009	4.653.308	2.273.174	3.640.576	10.605.178	15.166.039
Fornecedores	14.574.983	14.805.354	14.805.354	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.421.812	3.980.097	1.084.328	670.628	504.674	442.048	1.278.419	-
Passivos financeiros derivativos								
Designados como <i>hedge accounting</i> para a proteção de:								
Risco de taxas de juros	199.590	199.590	-	-	-	-	-	199.590
Risco cambial	26.489	26.489	26.489	-	-	-	-	-
Risco de preço de <i>commodities</i>	3.817	3.817	3.817	-	-	-	-	-
Não designados como <i>hedge accounting</i> para a proteção de:								
Risco cambial de balanço	25.185	25.185	25.185	-	-	-	-	-
Risco de taxa de juros	271	271	271	-	-	-	-	-

27.6. Administração do risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado em função dos preços das *commodities*, taxas de juros, renda variável (ações) e taxas de câmbio. Para cada risco a Companhia realiza uma administração contínua e estudos de sensibilidade apresentados nesta nota.

27.6.1. Risco de taxas de juros

Refere-se ao risco da Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros que afetam passivos e ativos da Companhia.

A Política de Riscos da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas. Entretanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas taxas e para gerenciar disparidades entre seus ativos e passivos.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia ativo (equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) e passivo (empréstimos) está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Exposição à taxa IPCA				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	916.116	859.029	916.116	859.029
Empréstimos e financiamentos	(9.174.921)	(6.300.159)	(9.174.921)	(6.300.159)
	(8.258.805)	(5.441.130)	(8.258.805)	(5.441.130)
Exposição à taxa CDI				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	7.370.124	3.569.123	7.614.379	3.740.135
Empréstimos e financiamentos	(3.188.821)	(136.766)	(3.188.821)	(136.766)
	4.181.303	3.432.357	4.425.558	3.603.369
Exposição à taxa Selic				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	40.046	35.031	40.046	35.031
	40.046	35.031	40.046	35.031
Exposição à taxa EIBOR3M:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(947.603)	(927.160)
	-	-	(947.603)	(927.160)
Total	(4.037.456)	(1.973.742)	(4.740.804)	(2.729.890)

Os instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição a taxas de juros estão demonstrados abaixo:

					Consolidado	
Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Notional	31/12/25	MTM R\$
Swap de juros	Debênture - 1ª emissão - 3ª série - IPCA + 5,50% a.a.	IPCA + 5,50% a.a.	CDI + 0,57% a.a.	BRL 200.000		19.798
Swap de juros	Debênture - 1ª emissão - 3ª série - IPCA + 5,50% a.a.	IPCA + 5,50% a.a.	100% do CDI	BRL 200.000		16.209
Swap de juros	Debênture - 2ª emissão - 1ª série - IPCA + 5,30% a.a.	IPCA + 5,30% a.a.	CDI + 2,20% a.a.	BRL 580.000		94.187
Swap de juros	Debênture - 2ª emissão - 2ª série - IPCA + 5,60% a.a.	IPCA + 5,60% a.a.	CDI + 2,29% a.a.	BRL 837.000		104.854
Swap de juros	Debênture - 3ª emissão - série única - IPCA + 4,78% a.a.	IPCA + 4,78% a.a.	CDI + 0,12% a.a.	BRL 1.000.000		158.882
Swap de juros	Debênture - 1ª emissão - 1ª série - IPCA + 6,83% a.a.	IPCA + 6,83% a.a.	109,32% do CDI	BRL 990.000		101.815
Swap de juros	Debênture 5ª emissão IPCA + 7,23%	IPCA + 7,23% a.a.	CDI + 0,98% a.a.	BRL 1.635.000		(147.342)
Swap de juros	Debênture 5ª emissão PRÉ + 12,92%	PRÉ 12,92% a.a.	CDI + 0,89% a.a.	BRL 925.000		(52.248)
Swap de juros	Debênture - 6ª emissão - 2ª série - IPCA + 8,04% a.a.	IPCA + 8,04% a.a.	CDI + 0,3% a.a.	BRL 448.179		12.040
Swap de juros	Debênture - 6ª emissão - 3ª série - IPCA + 8,23% a.a.	IPCA + 8,23% a.a.	CDI + 0,59% a.a.	BRL 417.440		17.844
Swap de juros	Debênture - 6ª emissão - 4ª série - IPCA + 8,38% a.a.	PRÉ 8,38% a.a.	CDI + 0,825% a.a.	BRL 896.442		29.323
Swap de juros	Debênture - 7ª emissão - 2ª série - PRE + 13,57% a.a.	PRÉ 13,57% a.a.	CDI - 0,3% a.a.	BRL 794.971		2.626
Swap de juros	Debênture - 7ª emissão - 3ª série - IPCA + 7,75% a.a.	IPCA + 7,75% a.a.	CDI - 0,3% a.a.	BRL 191.358		3.905
					9.115.390	361.893

Adicionalmente, o Consolidado contempla duas operações de *swap* de juros (ativo pré – passivo CDI) não designados para *hedge accounting* atrelados a dívida pré, sendo o MtM total de (R\$271) em 31 de dezembro de 2025.

27.6.2. Risco dos preços de *commodities*

Commodities de milho, farelo de soja, grão e óleo de soja

Os preços do milho e do farelo, grão e óleo de soja estão expostos aos riscos de preços decorrentes de compras futuras. A gestão deste risco, é feita por meio de estoques físicos, saldos de pedidos a preço fixo e por meio de instrumentos financeiros derivativos.

A Política de Gestão de Riscos estabelece limites para proteção de fluxo de compra de milho, farelo de soja, soja grão e óleo de soja, com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento de preço destas matérias-primas, e compreende a possível utilização de instrumentos derivativos ou da administração de estoques.

A Companhia efetua compras de *commodities* com preços a fixar nos mercados futuro e *spot* e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição ativa (compra) para fixar antecipadamente tais preços.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de preço de *commodities* de milho e do farelo, grão e óleo de soja a fixar, estão demonstrados abaixo:

						Consolidado
Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Indexador	Vencimento	Quantidade	Taxa de preço ^(a)	31/12/25
						MTM R\$
Non-deliverable forward - compra	Compras de Óleo de Soja - preço a fixar	Óleo de Soja - CBOT	2º Tri. 2026	8.992 ton	1.140,8197	(1.770)
Non-deliverable forward - compra	Compras de Óleo de Soja - preço a fixar	Óleo de Soja - CBOT	3º Tri. 2026	5.492 ton	1.110,6526	(229)
Non-deliverable forward - compra	Compras de Óleo de Soja - preço a fixar	Óleo de Soja - CBOT	4º Tri. 2026	996 ton	1.088,8618	48
Collar - compra	Compras de Milho - preço a fixar	Milho - B3	2º Tri. 2026	5.492 ton	1.110,6526	(119)
Collar - compra	Compras de Milho - preço a fixar	Milho - B3	3º Tri. 2026	996 ton	1.088,8618	(26)
					21.968	(2.096)

(a) Preço base de cada *commodity* em USD/ton, exceto Milho – B3 denominado em R\$/ton.

Em certas situações, a Companhia efetua compras futuras de *commodities* com preços fixos e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição passiva (venda) para manter os preços de tais compras a mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de valor justo para proteção da exposição ao risco de preço fixo de *commodities* estão demonstrados abaixo:

						Consolidado
Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Indexador	Vencimento	Quantidade	Taxa de preço ^(a)	31/12/25 MTM R\$
Non-deliverable forward - venda	Compras de Milho - preço fixo	Milho - CBOT	2º Tri. 2026	6.782 ton	188,9871	389
Non-deliverable forward - venda	Compras de Milho - preço fixo	Milho - CBOT	3º Tri. 2026	51.895 ton	177,4276	185
Non-deliverable forward - venda	Compras de Milho - preço fixo	Milho - CBOT	4º Tri. 2026	3.988 ton	184,3340	61
Futuros de milho - venda	Compras de Milho - preço fixo	Milho - B3	1º Tri. 2026	5.940 ton	1.219,1667	6
Futuros de milho - venda	Compras de Milho - preço fixo	Milho - B3	2º Tri. 2026	14.742 ton	1.174,2682	27
Futuros de milho - venda	Compras de Milho - preço fixo	Milho - B3	3º Tri. 2026	364.176 ton	1.148,2773	1.315
						447.523
						1.983

(a) Preço base de cada *commodity* em USD/ton, exceto Milho – B3 denominado em R\$/ton.

A Companhia avaliou que parte do seu custo, compras físicas futuras de *commodities* em dólar, também gera exposição cambial e, sendo assim, realizou a contratação dos seguintes derivativos e os designou como *hedge* de valor justo:

						Consolidado	
Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício	Notional	31/12/25 MTM R\$
NDF	Custo em USD	BRL	USD	2º Tri. 2026	6,1991	USD 185	100
NDF	Custo em USD	BRL	USD	3º Tri. 2026	6,0830	USD 3.489	904
						3.674	1.004

27.6.3. Risco cambial

Estes riscos referem-se às alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira que possam ocasionar perdas não esperadas para a Companhia, redução dos ativos e receitas, bem como o aumento dos passivos e custos. A exposição da Companhia é administrada em três dimensões: exposição de balanço patrimonial, exposição de resultado operacional e exposição de investimentos.

Exposição de balanço patrimonial

A Política de Riscos para gestão da exposição de balanço tem como objetivo equilibrar os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, de forma a proteger o balanço patrimonial e o resultado financeiro da Companhia, por meio do uso de operações de derivativos na bolsa de futuros e mercado de balcão.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			Controladora
Descrição	31/12/25	31/12/24	Efeito no resultado Variação cambial 2025
Operacional			
Contas a receber de clientes	4.553.882	6.206.245	(316.827)
Importações a pagar	(1.794.415)	(1.328.610)	65.692
Outros	(737.319)	(2.860.547)	(31.845)
Subtotal	2.022.148	2.017.088	(282.980)
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(5.700.198)	(7.085.155)	1.071.840
Títulos a pagar e a receber	(3.629.312)	(6.784.006)	547.152
Saldo de bancos e aplicações financeiras ^(a)	689.602	415.083	(280.920)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.039.711)	(773.197)	29.983
Subtotal	(10.679.619)	(14.227.275)	1.368.055
Total	(8.657.471)	(12.210.187)	1.085.075
Variação cambial ativa			3.548.714
Variação cambial passiva			(2.463.639)
Variação cambial líquida			1.085.075

^(a) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

			Consolidado
Descrição	31/12/25	31/12/24	Efeito no resultado Variação cambial 2025
Operacional			
Contas a receber de clientes	5.807.474	7.695.285	(336.351)
Importações a pagar	(3.428.031)	(2.850.869)	(26.619)
Outros	2.367.382	571.554	(279.635)
Subtotal	4.746.825	5.415.970	(642.605)
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(9.951.566)	(10.045.462)	1.364.192
Títulos a pagar e a receber	3.025.163	1.334.085	(78.034)
Saldo de bancos e aplicações financeiras ^(a)	4.497.122	4.276.065	(672.006)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.039.711)	(773.197)	29.987
Subtotal	(4.468.992)	(5.208.509)	644.139
Total	277.833	207.461	1.534
Variação cambial ativa			4.333.736
Variação cambial passiva			(4.332.202)
Variação cambial líquida			1.534

^(a) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial de balanço estão demonstrados na tabela abaixo:

					Consolidado	
Operações não designadas para <i>hedge accounting</i>	Ativo	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício	Notional	31/12/25 Valos justo R\$
Non-deliverable forward	BRL	CLP	1º Tri. 2026	0,0061	CLP (50.118.196)	(6.058)
Non-deliverable forward	BRL	EUR	1º Tri. 2026	6,6370	EUR (60.000)	2.778
Non-deliverable forward	USD	EUR	1º Tri. 2026	1,1666	EUR (175.000)	(12.234)
Futuros - B3	BRL	USD	1º Tri. 2026	5,5067	USD (904.500)	74.750
Futuros - B3	USD	BRL	1º Tri. 2026	5,5331	USD 660.000	(50.906)
					(50.597.696)	8.330

Adicionalmente, no Consolidado há *swaps* de câmbio (ativo USD pré e passivo BRL CDI) não designados para *hedge accounting* atrelados a dívida em dólares americanos, cujo valor justo total é de (R\$6.595) em 31 de dezembro de 2025.

Exposição de resultado operacional

A gestão da exposição de resultado operacional tem como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como *hedge accounting* de fluxo de caixa.

A Companhia possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição.

Os valores de *hedge* de fluxo de caixa (instrumentos derivativos) estão demonstrados abaixo:

						Consolidado	
Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício	Notional	31/12/25 MTM R\$ ^(a)
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2026	6,3306	USD 52.000	39.503
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2026	5,9532	USD 147.000	36.859
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2026	5,8040	USD 165.000	177
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	4º Tri. 2026	5,8523	USD 107.000	(3.799)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2026	5,7580	USD 406.000	13.342
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2026	5,7084	USD 116.500	(2.820)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2026	5,8629	USD 61.000	(1.984)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	4º Tri. 2026	5,8800	USD 2.500	(173)
						1.057.000	81.105

^(a) Corresponde à parcela não realizada do resultado do *hedge* registrada em Outros Resultados Abrangentes.

Exposição de investimentos no exterior

A Companhia possui tanto investimentos (ativos líquidos) quanto empréstimos (passivos financeiros) denominados em moeda estrangeira. Para equilibrar os efeitos contábeis no patrimônio líquido certos passivos financeiros não derivativos são designados como instrumentos de proteção à exposição cambial gerada por tais investimentos.

Os instrumentos financeiros não derivativos designados como *hedge accounting* de investimento líquido estão demonstrados abaixo:

						Consolidado	
Hedge de valor justo - Instrumentos não derivativos		Objeto (investimento)	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício	Notional	31/12/25 Variação cambial ^(a)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Federal Foods LLC		USD	3º Tri. 2050	3,7649	USD ^(b) 44.158	(110.916)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	BRF Kuwait Food Management Company WLL		USD	3º Tri. 2050	3,7649	USD ^(b) 88.552	(155.427)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al Khan Foodstuff LLC		USD	3º Tri. 2050	3,7649	USD ^(b) 53.446	(105.519)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products		USD	3º Tri. 2050	5,1629	USD ^(c) 23.426	(6.848)
						209.582	(378.710)

^(a) Corresponde à parcela efetiva do resultado do *hedge* acumulada em Outros Resultados Abrangentes.

^(b) Designado em 1º de agosto de 2019.

^(c) Designado em 9 de novembro de 2022.

Em 1º de fevereiro de 2025, a subsidiária BRF Foods GmbH foi incorporada pela controlada BRF GmbH e teve a relação de *hedge* descontinuada.

27.7. Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de preços de *commodities*, taxas de câmbio, taxas de juros e índices de preços, dentre outras variáveis.

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo.

Seleção dos riscos

Os principais riscos que podem afetar o valor dos instrumentos financeiros da Companhia são:

- a) Taxa de câmbio US\$/R\$, US\$/EUR, US\$/TRY, US\$/AED e US\$/CLP;
- b) Taxa de juros flutuante EIBOR 3M;
- c) Taxa de inflação IPCA; e
- d) Taxa de juros CDI e SELIC.

Nos cenários possível e remoto foi considerado, em ambos os casos, uma variação (tanto positiva como negativa) de 15% e 30%, respectivamente, a partir do cenário provável. Tais cenários de sensibilidade se originam de informações e premissas utilizadas pela Administração no monitoramento dos riscos anteriormente mencionados.

Para o câmbio, a Administração usa o relatório Focus como referência para o Dólar Americano, interpolando as cotações do ano vigente e subsequente. O cenário provável das demais moedas é apurado com base na paridade do Dólar Americano.

As informações utilizadas na preparação destas análises têm como base a posição em 31 de dezembro de 2025, detalhadas nos itens acima. Os valores estimados podem diferir significativamente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Companhia. Os valores positivos indicam ganhos e os negativos indicam perdas.

Os valores de sensibilidade abaixo são de variações dos instrumentos financeiros sob cada cenário:

Consolidado						
Taxa de câmbio - dólar x real						
Instrumento	Cenário Valores expostos	Cenário remoto -30%	Cenário possível -15%	Cenário Provável	Cenário possível 15%	Cenário remoto 30%
Time deposit	3.917.483	(1.191.392)	(607.230)	(23.067)	561.095	1.145.257
Títulos mobiliários "ADRs"	13.756	(4.184)	(2.132)	(81)	1.970	4.022
Títulos soberanos e outros	180.779	(54.979)	(28.022)	(1.064)	25.893	52.850
Linhas de crédito de exportação	(1.065.038)	323.901	165.086	6.271	(152.544)	(311.359)
Bonds	(7.356.620)	2.237.309	1.140.314	43.318	(1.053.677)	(2.150.672)
CRA	(26.983)	8.206	4.183	159	(3.865)	(7.888)
Capital de giro	(31.209)	9.491	4.838	184	(4.470)	(9.124)
NDF BRL x Dólar	(244.500)	74.358	37.899	1.440	(35.019)	(71.478)
Contas a receber	5.876.313	(1.787.115)	(910.858)	(34.602)	841.655	1.717.912
Fornecedores	(1.464.352)	445.341	226.982	8.623	(209.737)	(428.096)
	(200.371)	60.936	31.060	1.181	(28.699)	(58.576)
Taxa de câmbio - outras moedas						
Instrumento	Cenário Valores expostos	Cenário remoto -30%	Cenário possível -15%	Cenário Provável	Cenário possível 15%	Cenário remoto 30%
Time deposit ^(a)	798.886	(242.959)	(123.831)	(4.704)	114.423	233.550
Time deposit - Rial saudita	557.505	(169.549)	(86.416)	(3.283)	79.851	162.984
NDF BRL x CLP	(175.000)	53.221	27.126	1.030	(25.065)	(51.160)
NDF BRL x EUR	(60.000)	18.247	9.300	353	(8.594)	(17.541)
	1.121.391	(341.040)	(173.821)	(6.604)	160.615	327.833
Taxa de juros - IPCA						
Instrumento	Cenário Valores expostos	Cenário remoto -30%	Cenário possível -15%	Cenário Provável	Cenário possível 15%	Cenário remoto 30%
NTN - Notas do tesouro nacional	916.116	(14.914)	(9.747)	(4.581)	586	5.753
CRA	(8.885.468)	144.655	94.541	44.427	(5.687)	(55.801)
Debêntures	(289.453)	4.712	3.080	1.447	(185)	(1.818)
SWAP IPCA x CDI	6.498.977	(105.803)	(69.149)	(32.495)	4.159	40.814
	(1.759.828)	28.650	18.725	8.798	(1.127)	(11.052)
Taxa de juros - CDI						
Instrumento	Cenário Valores expostos	Cenário remoto -30%	Cenário possível -15%	Cenário Provável	Cenário possível 15%	Cenário remoto 30%
CDB	7.451.797	(476.542)	(340.733)	(204.924)	(69.115)	76.381
Operações compromissadas	36.972	(2.364)	(1.691)	(1.017)	(343)	379
Fundo de investimentos	25.214	(1.612)	(1.153)	(693)	(234)	258
LFS - Letra financeira do sênior	100.396	(6.420)	(4.591)	(2.761)	(931)	1.029
CRA	(2.070.284)	132.395	94.664	56.933	19.202	(21.220)
Linhas de crédito de exportação	(1.118.537)	71.530	51.145	30.760	10.374	(11.465)
SWAP IPCA X CDI	(9.115.390)	582.929	416.801	250.673	84.545	(93.433)
	(4.689.832)	299.916	214.442	128.971	43.498	(48.071)
Taxa de juros - SELIC						
Instrumento	Cenário Valores expostos	Cenário remoto -30%	Cenário possível -15%	Cenário Provável	Cenário possível 15%	Cenário remoto 30%
LTF - Letra financeira do tesouro	40.046	(2.573)	(1.837)	(1.101)	(365)	370
Taxa EIBOR 3M						
Instrumento	Cenário Valores expostos	Cenário remoto -30%	Cenário possível -15%	Cenário Provável	Cenário possível 15%	Cenário remoto 30%
Capital de giro	(947.603)	12.898	8.435	3.971	(492)	(4.955)

(a) Os valores são substancialmente denominados em Lira Turca (TRY).

Commodities de milho, farelo e óleo de soja

Para o cenário provável das commodities a Administração usa como referência o valor futuro dos ativos em 31 de dezembro de 2025 e, desta forma, entende que não há mudanças no resultado das operações.

Nos cenários possível e remoto foi considerado em ambos os casos uma variação tanto positiva como negativa em 15% e 30%, respectivamente a partir do cenário provável. Tais cenários de sensibilidade se originam de informações e premissas utilizadas pela Administração no monitoramento dos riscos anteriormente mencionados.

As informações utilizadas na preparação destas análises têm como base a posição do final do exercício. Os valores estimados podem diferir significativamente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Companhia. Os valores positivos indicam ganhos e os negativos indicam perdas.

	Consolidado				
Resultado operacional - commodities	Cenário				
	Remoto -30%	Possível -15%	Provável	Possível 15%	Remoto 30%
Óleo de Soja - CBOT	760	923	1.086	1.248	1.411
Custo dos produtos vendidos	5.041	2.521	-	(2.521)	(5.041)
NDF	(5.041)	(2.521)	-	2.521	5.041
Efeito líquido	-	-	-	-	-
Milho - CBOT	124	150	177	203	230
Custo dos produtos vendidos	(3.325)	(1.663)	-	1.663	3.325
Collar	(27.460)	(9.115)	-	5.232	23.577
NDF	3.325	1.663	-	(1.663)	(3.325)
Efeito líquido	(27.460)	(9.115)	-	5.232	23.577
Milho - B3	823	1.000	1.176	1.353	1.529
Custo dos produtos vendidos	(100.473)	(50.236)	-	50.236	100.473
Collar	134.488	67.244	-	(67.244)	(134.488)
Futuro	(27.460)	(9.115)	-	5.232	23.577
Efeito líquido	6.555	7.893	-	(11.776)	(10.438)

Política contábil

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, conforme Resolução CVM 76/22.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, pelo VJR ou pelo VJORA. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, e reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* de fluxo de caixa, que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e classificados como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em Outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

Hedge de fluxo de caixa: a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida na rubrica de Outros resultados abrangentes e a parcela inefetiva no Resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados ao resultado ou ao balanço patrimonial quando o objeto é reconhecido, ajustando a rubrica em que foi contabilizado o objeto de *hedge*.

Quando o instrumento é designado em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, as mudanças no valor justo do elemento futuro dos contratos de câmbio a termo e do elemento temporal das opções são reconhecidas em utros Resultados Abrangentes. Quando da liquidação do instrumento, esses custos de *hedge* são reclassificados ao resultado em conjunto com o valor intrínseco dos instrumentos.

Uma relação de proteção é descontinuada prospectivamente quando deixa de atender aos critérios de qualificação como *hedge accounting*. Na descontinuidade de uma relação de *hedge* de fluxo de caixa em que ainda se espera que ocorram os fluxos de caixa futuros protegidos, o valor acumulado permanece em Outros resultados abrangentes até que os fluxos ocorram e haja sua reclassificação ao resultado.

Hedge de valor justo: a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de *hedge* é ou será reconhecido. O objeto de *hedge*, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo.

Hedge de investimento líquido no exterior: o resultado efetivo da variação cambial do instrumento é registrado em Outros resultados abrangentes, na mesma rubrica em que são reconhecidos os ganhos (perdas) na conversão dos investimentos objetos da relação. Apenas quando da alienação dos investimentos protegidos, o montante acumulado é reclassificado ao resultado do exercício.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia estabeleceu os segmentos de acordo com as atividades de negócio das quais se pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para qual haja informação individualizada disponível, portanto os segmentos que a Companhia administra os negócios são: “Brasil (MI)”, “Internacional (ME)”, e “Corporate”.

Os segmentos operacionais compreendem as operações de vendas de todos os canais de distribuição e são subdivididos de acordo com a natureza dos produtos cujas características são descritas a seguir:

- a) **In natura:** produção e comercialização de aves (inteiras e cortes), suínos e outros cortes;
- b) **Semiprocessados:** produção e comercialização de alimentos *in natura* cozidos e defumados;
- c) **Processados:** produção e comercialização de alimentos processados, congelados e industrializados derivados de aves, suínos e bovinos, margarinas, produtos vegetais e a base de soja; e
- d) **Outras vendas:** comercialização de farinhas para *food service*, comercialização e desenvolvimento de ingredientes de nutrição animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes), healthcare (saúde e bem-estar) e *pet food*, assim como por produtos agropecuários, entre outros.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Brasil (MI)		
<i>In-natura</i>	8.420.350	7.106.852
Semiprocessados	2.425.238	1.971.191
Processados	22.662.820	19.436.930
Outras vendas	2.285.429	2.854.376
	35.793.837	31.369.349
Internacional (ME)		
<i>In-natura</i>	23.753.045	24.926.603
Semiprocessados	702.482	659.349
Processados	4.146.205	3.803.759
Outras vendas	653.162	619.978
	29.254.894	30.009.689
Total receita líquida	65.048.731	61.379.038
Resultado operacional		
Brasil (MI)	3.525.542	3.073.224
Internacional (ME)	3.172.966	3.981.318
Corporate	(52.752)	(214.156)
Total operacional	6.645.756	6.840.386

Política contábil

Os segmentos operacionais representam componentes da Companhia que desenvolvem atividades de negócio para obtenção de receitas e incorrência de despesas. A identificação dos segmentos reflete a forma como a Administração revisa periodicamente as demonstrações financeiras para fins de acompanhamento do desempenho e tomada de decisão, em conformidade com a NBC TG 22/R2 (Resolução CVM 103/22).

A Administração avaliou o modelo de gestão vigente e definiu os segmentos operacionais que atendem aos critérios quantitativos e qualitativos de divulgação, organizados de acordo com as principais divisões de negócio da Companhia.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A política de contratação de seguros da Companhia considera a concentração e relevância dos riscos, obtidos a partir de seu programa de gerenciamento de riscos.

		31/12/25
Principais apólices	Cobertura	Montante da Cobertura BRL
Riscos Operacionais	Coberturas contra danos materiais a edificações, instalações, estoques na indústria, máquinas e equipamentos e lucros cessantes.	4.364.878.760
Transporte de Mercadorias	Mercadorias em trânsito e em estoques nos armazéns.	1.230.196.930
Responsabilidade Civil Geral	Reclamações e responsabilidade civil por danos causados a terceiros.	436.247.200

Cada entidade legal possui limites específicos que não se complementam.

30. COMPROMISSOS

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos, os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e, geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente e, por essa razão, não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido por competência.

Em 31 de dezembro de 2025, os compromissos firmes de compra totalizaram R\$6.204.592 na Controladora e R\$6.722.311 no Consolidado (R\$4.164.738 na Controladora e R\$4.523.501 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

31. PARTES RELACIONADAS

31.1. Partes relacionadas com a controladora

A seguir as operações entre a Controladora e suas partes relacionadas:

	Controladora									
	Saldo em aberto									
	Clientes		Fornecedor		Títulos a receber		Títulos a pagar		Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Al Khan Foodstuff LLC ("AKF")	66.073	121.815	-	-	-	-	-	-	-	-
Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products	538.768	329.766	-	-	-	-	-	-	-	-
Al-Wafi Factory	382.033	273.253	4.603	-	6	-	-	-	-	-
Banvit Bandirma Vitaminli	-	-	-	-	29.024	29.065	4	-	-	-
BRF Arabia Holding Company JSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRF Energia S.A.	-	-	181.284	357.870	-	-	-	-	-	-
BRF Food Processing Facto	-	-	-	-	427	-	-	-	-	-
BRF Foods GmbH	-	170.508	-	-	-	-	-	-	-	-
BRF Foods LLC	-	-	-	-	277	-	-	311	-	-
BRF Global Company South Africa Proprietary Ltd.	729	-	1.151	3.786	-	-	-	-	-	-
BRF Global GmbH	267.155	1.665.209	213.469	11.104	968	-	3.199.427 ^(a)	5.279.524	-	-
BRF GmbH	-	-	-	-	-	-	1.568.982 ^(b)	1.561.003	-	-
BRF Henan Food Co., Ltd	4.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRF Japan KK	1.520	-	480	2.144	-	-	-	-	-	-
BRF Korea LLC	-	-	898	684	-	-	-	-	-	-
BRF Kuwait Food Management Company WLL	7.758	27.951	-	-	-	-	-	-	-	-
BRF Shanghai Management Consulting Co. Ltd.	-	-	4.659	4.717	-	-	-	-	-	-
BRF Singapore Foods PTE Ltd.	-	-	2.808	203	-	-	-	-	-	-
Federal Foods LLC	339.162	238.631	-	-	-	-	-	-	-	-
Federal Foods Qatar	157.263	171.384	-	-	-	-	-	9	-	-
Hercosul Alimentos Ltda.	-	20.178	-	-	-	446	-	-	-	-
Hercosul International S.R.L.	19	83	-	4.641	-	-	-	-	-	-
Hercosul Sol. Transp. Ltda.	43	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Joodi Al Sharqiya Food Production Factory LLC	137.589	76.775	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogiana Alimentos S.A.	41.901	16.343	323	-	2.302	517	226	-	-	-
Sadia Alimentos S.A.U.	-	-	-	-	-	-	2.250	2.535	-	-
Sadia Chile SpA	310.781	188.431	-	-	19	45.826	-	31	-	-
Sadia Uruguay S.A.	8.556	6.563	-	-	-	1.146	5.583	18.624	-	-
Agropecuária Jacarezinho Ltda.	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dicasold S.A.	-	1.659	-	-	-	-	-	-	-	-
Fazenda São Marcelo Ltda.	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marfrig Chile S.A.	15.319	3.626	-	-	-	-	-	-	-	-
Marfrig Global Foods S.A.	7.089	15.044	25.961	36.266	511	582	637	229	532.428	-
MFG Agropecuária Ltda.	3.619	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MMS Participações LTDA	-	-	-	-	146	-	-	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	246	257	-	114	-	-	-	-	-	-
Quickfood S.A.	78.576	24.223	-	-	-	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	-	-	-	-	1.114.138 ^(c)	2.177	-	-	-	-
	2.368.272	3.351.699	435.636	421.529	1.147.818	79.759	4.777.110	6.862.266	532.428	-

(a) O montante refere-se a pré-pagamento de exportação, operação usual feita entre as Unidades Produtivas no Brasil com as subsidiárias que atuam como tradings para o mercado internacional.

(b) A BRF S.A. realiza reembolsos por perdas incorridas no curso normal de suas operações.

(c) Valor se refere a mútuo com prazo de vencimento em 1º de setembro de 2026, com remuneração que reflete condições de mercado.

	Controladora							
	Reconhecidos no resultado							
	Vendas		Custos		Resultado financeiro		Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Al Khan Foodstuff LLC ("AKF")	382.891	223.698	-	-	-	-	-	-
Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Produc	2.255.324	1.113.357	-	-	-	-	-	-
Al-Wafi Factory	499.886	178.839	-	-	-	-	-	-
BRF Energia S.A.	-	-	(287.089)	(266.893)	-	-	-	-
BRF Global GmbH	4.589	7.520.164	-	-	(265.403)	(499.102)	-	-
BRF (Henan) Food Co. Ltd.	4.028	-	-	-	-	-	-	-
BRF Japan	-	-	-	(4.618)	-	-	-	-
BRF Korea	-	-	-	(1.382)	-	-	-	-
BRF Kuwait Food Management Company WLL	402.725	231.280	-	-	-	-	-	-
BRF Shanghai	-	-	-	(7.414)	-	-	-	-
BRF Singapura	-	-	-	(16.532)	-	-	-	-
BRF South Africa	-	-	-	(5.522)	-	-	-	-
Federal Foods LLC	1.431.442	761.526	-	-	-	-	-	-
Federal Foods Qatar	442.555	232.919	-	-	-	-	-	-
Hercosul Alimentos Ltda.	-	44.113	-	-	-	-	-	-
Hercosul International S.R.L.	80	-	(5.362)	-	-	-	-	-
Hercosul Sol. Transp. Ltda.	6	-	-	-	-	-	-	-
Joddy Al Sharqiya Food Production Factory LLC	193.935	85.328	-	-	-	-	-	-
Mogiana Alimentos S.A.	184.511	49.756	(137)	-	-	-	-	-
Sadia Alimentos S.A.U.	-	-	-	-	(149)	(189)	-	-
Sadia Chile SpA	532.509	350.120	-	-	-	-	-	-
Sadia Uruguay S.A.	62.479	56.088	-	-	-	(3.835)	-	-
Agropecuária Jacarezinho Ltda.	-	-	-	-	-	-	238	-
Dicasold S.A.	36.850	21.045	-	-	-	-	-	-
Fazenda São Marcelo Ltda.	-	-	-	-	-	-	227	-
Marfrig Chile S.A.	30.687	26.080	-	-	-	-	-	-
Marfrig Global Foods S.A.	82.699	72.684	(708.408)	(413.850)	7.423	8.227	18.654	17.601
MFG Agropecuária Ltda.	3.996	-	-	-	-	-	519	-
Pampeano Alimentos S.A.	7.862	1.147	(5.717)	(1.934)	-	-	-	-
PlantPlus Foods Brasil	-	-	(189)	-	-	-	-	-
Quickfood S.A.	179.769	118.860	-	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	-	-	-	-	3.541.291	-	-	-
	6.738.823	11.087.004	(1.006.902)	(718.145)	3.283.162	(494.899)	19.638	17.601

As operações com as empresas controladas não impactam as demonstrações financeiras consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

31.2. Partes relacionadas consolidadas

	Consolidado								
	Saldos em aberto								
	Clientes		Fornecedor		Títulos a receber		Títulos a pagar		Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25
Agropecuária Jacarezinho Ltda.	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Dicasold S.A.	19.990	1.659	-	-	-	-	-	-	-
Fazenda São Marcelo Ltda.	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Marfrig Chile S.A.	15.439	3.626	-	-	-	-	-	-	-
Marfrig Global Foods S.A.	7.089	16.145	26.617	36.266	511	582	637	229	532.428
MFG Agropecuária Ltda.	3.619	-	-	-	-	-	-	-	-
MMS Participações LTDA	-	-	-	-	146	-	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	246	257	-	114	-	-	-	-	-
Quickfood S.A.	78.575	24.223	-	-	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	765	1.416	21.123	5.587	1.114.138 ^(a)	-	-	-	-
	125.739	47.326	47.740	41.967	1.114.795	582	637	229	532.428

(a) Valor se refere a mútuo com prazo de vencimento em 1º de setembro de 2026, com remuneração que reflete condições de mercado.

	Consolidado							
	Reconhecidos no resultado							
	Vendas		Custos		Resultado financeiro		Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Agropecuária Jacarezinho Ltda.	-	-	-	-	-	-	238	-
Dicasold S.A.	89.129	21.045	-	-	-	-	-	-
Fazenda São Marcelo Ltda.	-	-	-	-	-	-	227	-
Marfrig Chile S.A.	30.780	26.691	(38)	(668)	-	-	-	-
Marfrig Global Foods S.A.	82.699	72.684	(717.889)	(413.850)	7.423	8.227	18.654	17.601
MFG Agropecuária Ltda.	3.996	-	-	-	-	-	519	-
Pampeano Alimentos S.A.	7.862	1.147	(5.716)	(1.934)	-	-	-	-
PlantPlus Foods Brasil	-	-	(189)	-	-	-	-	-
Quickfood S.A.	179.769	118.859	-	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	3.866	4.389	(331.696)	(186.315)	13.399	-	-	-
	398.101	244.815	(1.055.528)	(602.767)	20.822	8.227	19.638	17.601

32. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

32.1. Participação dos funcionários e administradores no resultado

A Companhia concede participação nos resultados aos colaboradores com base no atingimento das metas anuais previamente acordadas. Para os administradores, aplicam-se as disposições estatutárias propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelo Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura. O valor estimado da participação a ser pago foi reconhecido no resultado do exercício, considerando as responsabilidades exercidas e a probabilidade de cumprimento das metas estabelecidas.

32.2. Remuneração dos administradores

O total da despesa com remuneração e benefícios aos conselheiros, diretoria estatutária e ao executivo-chefe da auditoria interna é demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração consolidada dos Administradores	101.894	136.519
Total	101.894	136.519

Adicionalmente, os diretores executivos (não estatutários) receberam entre remuneração e benefícios o total de R\$ 15.022 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 22.396 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

33. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia concede a colaboradores elegíveis, ações restritas e ações por performance, regidas por planos aprovados em Assembleias Gerais, com os objetivos de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; (iii) possibilitar à Companhia e às sociedades sob o seu controle, atrair e manter as pessoas a ela vinculadas. O limite de outorga é de 2,5% das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas do capital social total da Companhia.

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprova a outorga de ações restritas, elegendo os beneficiários em favor dos quais a Companhia concederá tais ações, estabelecendo os prazos, quantidades e condições de aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

A obtenção dos direitos aos beneficiários está condicionada a: (i) vinculação contínua do beneficiário à Companhia por três anos após a data de outorga (*grant date*); (ii) obtenção de um retorno mínimo ao acionista ("*Total Shareholder Return*") definido pelo Conselho de Administração nos contratos de outorga e apurado ao fim do período de aquisição (*vesting period*); ou (iii) quaisquer outras condicionantes determinadas pelo Conselho de Administração em cada outorga realizada.

Conforme informado no contexto operacional, devido ao processo de Incorporação de Ações da Companhia pela Marfrig, os planos para os programas de ações restritas estão sendo avaliados pela Administração para atualização de suas bases e referências.

A posição das ações outorgadas em aberto é demonstrada a seguir:

Data		Quantidade		Outorga ^(a)
Outorga	Prazo de aquisição de direito	Ações outorgadas ^(b)	Ações em aberto	Valor justo da ação
01/07/22	01/07/25	4.703.472	-	14,11
01/06/23	01/06/26	4.758.877	951.230	7,38
01/07/23	01/07/26	2.108.504	445.783	8,98
01/04/24	01/04/27	2.323.377	970.118	16,35
01/07/24	01/07/27	1.086.352	512.293	19,54
01/04/25	01/04/28	2.308.198	1.630.250	19,16
01/07/25	01/07/28	1.064.825	851.545	20,72
		18.353.605	5.361.219	

(a) Valores expressos em Reais (R\$).

(b) Base de ações outorgada antes da dedução do imposto de renda.

A movimentação ocorrida no exercício das ações outorgadas está apresentada na tabela abaixo:

	Remuneração
Quantidade de ações em aberto em 31 de dezembro de 2024	9.712.356
Canceladas (a):	
Ações restritas - outorga de abril de 2025	(379.612)
Ações restritas - outorga de abril de 2024	(499.079)
Ações restritas - outorga de julho de 2024	(119.926)
Ações restritas - outorga de julho de 2023	(120.616)
Ações restritas - outorga de junho de 2023	(647.172)
Ações restritas - outorga de julho de 2022	(186.811)
Ações restritas - outorga de julho de 2025	(57.439)
Exercidas:	
Ações restritas - outorga de abril de 2024	(845.328)
Ações restritas - outorga de junho de 2023	(1.676.400)
Ações restritas - outorga de julho de 2022	(1.200.494)
Ações restritas - outorga de julho de 2023	(685.189)
Ações restritas - outorga de julho de 2024	(393.394)
Outorgadas:	
Ações restritas - outorga de abril de 2025	2.308.198
Ações restritas - outorga de julho de 2025	1.064.825
True-up:	
Ações restritas complementares - outorga de abril de 2024	11.337
Ações restritas complementares - outorga de junho de 2023	22.485
Ações restritas complementares - outorga de julho de 2022	17.170
Ações restritas complementares - outorga de julho de 2023	11.152
Ações restritas complementares - outorga de julho de 2024	6.418
Ações restritas - conversão MBRF - outorga de abril de 2024	(175.097)
Ações restritas - conversão MBRF - outorga de junho de 2023	(172.447)
Ações restritas - conversão MBRF - outorga de julho de 2023	(83.769)
Ações restritas - conversão MBRF - outorga de julho de 2024	(95.772)
Ações restritas - conversão MBRF - outorga de abril de 2025	(298.336)
Ações restritas - conversão MBRF - outorga de julho de 2025	(155.841)
Quantidade de ações em aberto em 31 de dezembro de 2025	5.361.219

Política contábil

A Companhia oferece a seus colaboradores elegíveis planos de ações restritas e de performance de sua própria emissão. A Companhia reconhece como despesa o valor justo das ações, apurado na data da outorga, em base linear durante o período de serviço exigido pelo plano, em contrapartida ao: patrimônio líquido para os planos exercíveis em ações; e passivos para os planos exercíveis em caixa. Quando as condições vinculadas ao direito às ações restritas não são cumpridas, a despesa reconhecida é revertida, de forma que a despesa acumulada reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão entregues.

A despesa dos planos é reconhecida na demonstração do resultado de acordo com a função exercida pelo beneficiário.

34. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Em atendimento ao item 43 e 44(a) da NBC TG 03/R3 (Resolução CVM 92/22) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a seguir demonstramos as alterações dos passivos provenientes das atividades de financiamento, decorrentes de operações com e sem efeitos de caixa:

							Controladora
Descrição	Saldo em 31/12/2024	Fluxo de caixa	Alterações não caixa			Saldo em 31/12/2025	
			Combinação de negócios	Novos contratos	Movimento de taxa de câmbio	Outros ^(a)	
Empréstimos e financiamentos	17.780.242	3.505.265	-	-	(1.071.840)	2.073.368	22.287.035
Passivo de arrendamento	3.593.701	(814.373)	-	955.259	-	287.606	4.022.193
Reservas de capital e ações em tesouraria	1.276.099	(615.277)	-	-	-	25.895	686.717
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	912.510	117.672	-	-	(56.611)	-	973.571
	23.562.552	2.193.287	-	955.259	(1.128.451)	2.386.869	27.969.516

							Consolidado
Descrição	Saldo em 31/12/2024	Fluxo de caixa	Alterações não caixa			Saldo em 31/12/2025	
			Combinação de negócios	Novos contratos	Movimento de taxa de câmbio	Outros ^(a)	
Empréstimos e financiamentos	20.740.548	3.707.748	258.693	-	(1.447.601)	2.302.614	25.562.002
Passivo de arrendamento	3.992.929	(1.033.051)	-	1.190.767	(46.278)	317.445	4.421.812
Reservas de capital e ações em tesouraria	1.276.099	(615.277)	-	-	-	25.895	686.717
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	1.199.441	(232.644)	-	-	238.330	-	1.205.127
	27.209.017	1.826.776	258.693	1.190.767	(1.255.549)	2.645.954	31.875.658

^(a) Os valores apresentados em outros para empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento referem-se a despesas de juros incorridos, custo na emissão de operações financeiras e ajuste a valor presente de arrendamento no exercício.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Impacto do conflito no Oriente Médio

A Companhia está monitorando os potenciais efeitos decorrentes do conflito deflagrado no Oriente Médio ao final de fevereiro de 2026, após a ofensiva militar conduzida pelos Estados Unidos e Israel. Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes sobre a cadeia de suprimentos, sobre as operações da Companhia ou sobre suas rotinas logísticas e comerciais.

Adicionalmente, não foram observados efeitos adversos sobre o processo de conclusão do contrato de investimento celebrado entre BRF Arabia e HPDC, cujo desfecho resultará na constituição da Sadia Halal. As partes continuam avançando conforme o cronograma originalmente pactuado, não havendo, até o momento, evidências de que o contexto geopolítico comprometa a viabilidade ou os termos da referida transação.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E INTEGRIDADE

Resumo das Atividades do Comitê de Auditoria e Integridade em 2025

A atual composição do Comitê de Auditoria e Integridade ("CAI") foi eleita em 26 de setembro de 2025, conforme reunião do Conselho de Administração. O Regimento Interno do CAI encontra-se disponível no site <https://ri.brfglobal.com>. O CAI se reuniu periodicamente conforme disposto no seu Regimento Interno, em reuniões ordinárias e extraordinárias, que, no exercício de 2025 totalizaram 08 (oito) reuniões. As principais discussões ocorridas estão descritas abaixo, as quais foram apresentadas e discutidas nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria e Integridade

As reuniões contaram com a participação, sempre que necessário e conforme a Ordem do Dia, de representantes do Conselho de Administração, do Comitê Executivo, Diretores, Gerentes, Auditores Internos, Auditores Independentes e assessores externos para permitir o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.

Os principais assuntos discutidos pelo Comitê de Auditoria e Integridade foram:

- A Auditoria Interna recebeu em 2021 a "Certificação da Avaliação da Qualidade do departamento de Auditoria Interna", concedida pelo Instituto dos Auditores Internos ("The IIA"), organização internacional e independente, que avalia globalmente a qualidade das atividades de auditoria interna de organizações públicas e privadas, tornando a BRF a 25ª empresa certificada no Brasil, o que demonstra o contínuo investimento em uma estrutura de governança eficiente, com altos padrões éticos e de transparência;
- Acompanhamento e supervisão das investigações nacionais e internacionais pelas autoridades, especificamente, Autoridade da Arábia Saudita, Brasil e Turquia;
- Discussão do planejamento, escopo e principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais ("ITR") e parecer para a emissão das demonstrações financeiras de 2025;
- Acompanhamento dos status dos testes de efetividade dos controles internos da Companhia, tendo em vista endereçar eventuais deficiências significativas que pudessem ser reportadas nas demonstrações financeiras;
- Discussão, aprovação e supervisão do plano de trabalho anual da Auditoria Interna, bem como do seu orçamento e eventuais revisões;
- Acompanhamento e análise do resultado de investigações realizadas em trabalhos especiais;
- Acompanhamento dos relatórios dos trabalhos de Auditoria Interna;
- Acompanhamento da implementação dos Planos de Ação resultantes dos relatórios de Auditoria, com ênfase nos aspectos de maior criticidade, reportando ao Conselho de Administração os itens de maior relevância;
- Monitoramento do funcionamento do Canal de Denúncias e acompanhamento das averiguações e das denúncias classificadas como de alta criticidade;
- Acompanhamento da revisão da Política do Sistema de Integridade, treinamentos, controles e práticas de compliance pelos administradores e colaboradores, para aderência às exigências da lei anticorrupção, bem como iniciativas voltadas à manutenção da Certificação da 37001:2016 (Sistemas de Gestão Antissuborno);
- Acompanhamento das ações relacionadas ao Plano de Aperfeiçoamento do Sistema de Integridade, decorrente da assinatura do Acordo de Leniência junto às autoridades brasileiras Controladoria Geral da União ("CGU") e Advocacia Geral da União ("AGU"), em 28 de dezembro de 2022;
- Monitoramento da gestão dos termos de ajustamento de condutas celebrados junto aos órgãos reguladores;

- Acompanhamento dos comunicados e questionamentos apresentados e respostas da Administração para ofícios dos órgãos reguladores;
- Opinião para aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras anuais;
- Revisão e observações quanto ao formulário de Informações Trimestrais (“ITR”) e ao formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”);
- Avaliação e monitoramento, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia;
- Discussão e acompanhamento do processo de atualização do Formulário de Referência;
- Análise e opinião da proposta enviada ao Conselho de Administração da contratação da empresa de Auditoria Independente, supervisão das atividades da Auditoria Independente, envolvendo o escopo e o planejamento dos trabalhos, para assegurar sua independência e a qualidade dos serviços prestados; e
- Acompanhamento dos temas relacionados à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados e temas referentes à segurança da informação (*cyber-security*).

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E INTEGRIDADE

O Comitê de Auditoria da BRF S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Relatório da Administração e o relatório emitido sem modificações pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 16 de março de 2026.

Tang David

Membro

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Membro Externo Independente e Coordenador

Esmir de Oliveira

Membro Externo Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/22, a diretoria executiva da BRF S.A. declara que:

(a) revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(b) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Miguel de Souza Gualarte

Diretor Presidente Global

Jose Ignacio Scoseria Rey

Diretor Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores, Gestão e Tecnologia

Artêmio Listoni

Diretor Vice-Presidente de Operações Industriais e Logística

Fabio Duarte Stumpf

Diretor Vice-Presidente de Agro e Qualidade

Fábio Luis Mendes Mariano

Diretor Vice-Presidente Mercado Halal

Heraldo Geres

Diretor Vice-Presidente do Jurídico, Tributário, Assuntos Corporativos e Gente

Leonardo Campo Dallorto

Diretor Vice-Presidente de Mercado Internacional e Planejamento

Manoel Reinaldo Manzano Martins Junior

Diretor Vice-Presidente Mercado Brasil e *Marketing*